UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

EDUARDO ZAYAT CHAMMAS

*A DITADURA MILITAR E A GRANDE IMPRENSA: OS EDITORIAIS
DO JORNAL DO BRASIL E DO CORREIO DA MANHÃ
ENTRE 1964 E 1968*

São Paulo

2012

EDUARDO ZAYAT CHAMMAS

*A DITADURA MILITAR E A GRANDE IMPRENSA: OS EDITORIAIS
DO JORNAL DO BRASIL E DO CORREIO DA MANHÃ
ENTRE 1964 E 1968*

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco
Napolitano de Eugenio

São Paulo

2012

Para Camila.

Para os meus pais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado entre os anos de 2009 e 2012, mas vinha sendo gestado desde pelo menos 2004. Ao longo desses anos, foram muitas as pessoas que cruzaram os meus caminhos e os caminhos da pesquisa, direta ou indiretamente, sem as quais esta empreitada não teria sido possível.

Em primeiro lugar, agradeço ao orientador Marcos Francisco Napolitano de Eugenio pela confiança que depositou no meu trabalho, mesmo reconhecendo algumas limitações de tempo e dedicação. Desde a época da graduação, foram inúmeras as conversas, reuniões, indicações de leitura e leituras críticas feitas por um orientador atento e paciente, sempre a indicar caminhos e possibilidades.

A Maria Helena Rolim Capelato, o meu agradecimento pela inestimável contribuição na banca de qualificação, além de ter sido importante professora e interlocutora nos tempos de graduação. A Francisco Fonseca, também, os meus agradecimentos pelas questões suscitadas na qualificação.

Os professores Lincoln Secco, Maria Lígia Coelho Prado, Ana Paula Torres Megiani e Flávio de Campos foram importantes referências em diferentes momentos da minha trajetória, e também participaram de alguma forma das conversas que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa. As disciplinas da pós-graduação ministradas pelos professores Renato Janine Ribeiro e Maria de Lourdes Monaco Janotti foram de grande importância para as minhas reflexões e para o trabalho.

Alguns grupos de estudo constituíram-se como importantes espaços de formação, reflexão e discussão, e a eles sou grato por isso. O Grupo de Estudos sobre Fascismo e Ditadura, com Joana, Lidiane, Ricardo, Lucas, Fernando F., Fernando M., Cristiano, Nádia, Tatiana e alguns outros que participaram das nossas conversas teve grande importância na discussão sobre as formas autoritárias na sociedade capitalista, colaborando na minha aproximação com o objeto de estudo. Deste grupo, um agradecimento especial a Lidiane, Ricardo, Fernando F. e Fernando M. por tantas outras leituras e conversas.

O coletivo formado por Gustavo, Carolina, Danilo, Isadora, Fábio, Marcelo e Dinalva foi fundamental para a minha formação intelectual e política, aprofundando leituras de Marx e da tradição marxista e suscitando questões acerca do lugar do Brasil na periferia do capitalismo. O grupo de estudos da pós-graduação, com Fernando, Carolina, Camilla, David,

Lucas, Fábio e Cecília e orientado pelo professor Marcos, contribuiu com a leitura crítica da qualificação e com os debates sobre a historiografia da ditadura.

Não poderia deixar de agradecer às amigas Cláudia, que foi fundamental na minha primeira ida ao Rio de Janeiro, e Paula, que pouco antes do fim do trabalho colaborou intensamente com as minhas pesquisas na Biblioteca Nacional. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca Nacional, do Arquivo Edgard Leuenroth e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sempre prestativos em meio a muitas estantes e rolos de microfilme.

Agradeço aos mestres na escola e na vida, Andréa, Conceição, Wagner, Plínio, Dudu, Davi e Giba, que despertaram o meu olhar para muitas questões aqui presentes e me apaixonaram pelo estudo da História e das humanidades em geral. Ao camarada e amigo Alípio Freire, fonte de inspiração e profunda admiração, que tanto contribuiu com sua vitalidade, com sua experiência de vida e com suas reflexões. Aos amigos Gabriel, André, Luana e Tiago, interlocutores fundamentais ao longo da pesquisa. Aos também amigos Pedro, Lucas, Flora, Gaú, Inês e Silvia, com quem tantas vezes conversei sobre os dilemas e angústias da pesquisa e que estiveram sempre por perto, apesar do afastamento exigido pelo trabalho. Aos amigos Roberta, Wagner e Sérgio, que dentro e fora do ambiente de trabalho acompanharam a minha caminhada.

Por fim, um agradecimento à família, pela compreensão diante do meu sumiço, aos meus pais e à minha irmã, pelo carinho e apoio e por toda a ajuda possível e impossível para que esta empreitada fosse bem sucedida, e à Camila, pela presença constante, pela paciência, pelo companheirismo, pelo incentivo e pelo acolhimento em tantos e tão intensos momentos.

*Num certo sentido é possível dizer, hoje, sobre o Brasil
dos acontecimentos de 68, que tudo mudou e não mudou,
que tudo passou e não passou.*

Irene Cardoso

RESUMO

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O presente trabalho é um estudo dos editoriais dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* entre os anos de 1964 e 1968, no contexto da ditadura militar, com o objetivo de compreender o papel da imprensa e a relação do campo liberal com os militares nos quatro primeiros anos do regime, momento de construção e consolidação da ordem autoritária. A investigação dos editoriais de dois dos mais importantes órgãos da imprensa escrita da época permite reconstituir as trajetórias muitas vezes ambíguas e contraditórias dos jornais, iluminando aspectos importantes da história social e política do período. Os editoriais escolhidos para análise estão separados em três momentos distintos, significativos no contexto pesquisado: o golpe militar e o início da ditadura em 1964; a consolidação da ordem autoritária entre 1965 e 1966 e a ascensão das forças de oposição entre 1967 e 1968 até o Ato Institucional nº 5.

Palavras-chave: História e Imprensa. Golpe militar. Ditadura militar. *Jornal do Brasil*. *Correio da Manhã*.

ABSTRACT

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *The military dictatorship and the press: the editorials of Jornal do Brasil and Correio da Manhã between 1964 and 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This work is a study of editorials of the newspapers Correio da Manhã and Jornal do Brasil between 1964 and 1968, in the beginning of the military dictatorship, with the aim of understanding the role of the press and the relation between liberals and militaries in the first four years of the military government, in a period of construction and consolidation of the authoritarian order. The research of the editorials of two of the most important press organisations makes it possible to recognize the trajectories often ambiguous and contradictory of those newspapers, revealing important aspects of social and political history of the period. Editorials chosen for analysis are separated into three different periods: the military coup and the beginning of the dictatorship in 1964; the consolidation of authoritarian order between 1965 and 1966 and the rise of opposition between 1967 and 1968 until the Ato Institucional nº 5.

Keywords: History and press. Military coup. Military dictatorship. *Jornal do Brasil*. *Correio da Manhã*.

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional Nº 1
AI-2	Ato Institucional Nº 2
AI-5	Ato Institucional Nº 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
<i>CM</i>	<i>Correio da Manhã</i>
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
<i>JB</i>	<i>Jornal do Brasil</i>
<i>JT</i>	<i>Jornal da Tarde</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MIA	Movimento Intersindical Antiarrocho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 A IMPRENSA COMO FONTE	14
1.2 IMPRENSA, HISTÓRIA E DITADURA MILITAR	17
2 A IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS 1960	22
2.1 <i>JORNAL DO BRASIL (JB)</i>	22
2.2 <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	28
2.3 <i>TRIBUNA DA IMPRENSA, ÚLTIMA HORA E O GLOBO</i>	31
3 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: A IMPRENSA E OS MILITARES	33
3.1 A CRISE DE MARÇO DE 1964	33
3.2 AS TENSÕES APÓS O GOLPE	38
3.3 A CASSAÇÃO DE JUSCELINO KUBITSCHKE	47
3.4 O ESTATUTO DA TERRA E A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA	50
4 A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM AUTORITÁRIA: DO ATO INSTITUCIONAL Nº 2 (AI-2) À ELEIÇÃO DE COSTA E SILVA	55
4.1 O AI-2	55
4.2 A ELEIÇÃO DE COSTA E SILVA	65
5 HÁ SAÍDA POSSÍVEL? – A IMPRENSA E A OPOSIÇÃO	71
5.1 A FRENTE AMPLA	72

5.2 O MOVIMENTO OPERÁRIO	79
6 O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968.....	86
6.2 A SEXTA-FEIRA SANGRENTA E A PASSEATA DOS CEM MIL	91
6.3 A GUERRA DA MARIA ANTONIA	97
6.4 O 30º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE).....	100
6.5 O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5)	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de duas inquietações que há muito me acompanham. Em primeiro lugar, sempre que me deparo com discussões sobre a ditadura militar em diferentes contextos, chama a atenção o lugar que a imprensa ocupa na memória social – ou ao menos na memória produzida pela própria imprensa, que acaba repercutindo e sendo reproduzida em outros espaços. Essa memória coloca a imprensa no lugar heroico da resistência à ditadura, da oposição democrática aos militares, de vítima dos arbítrios e da censura do regime militar. Incomodava-me saber, no entanto, que seu papel não foi exatamente esse (ou não *apenas* esse). Assim, ficava a me perguntar quais eram os mecanismos que operavam na construção dessa narrativa.

Em segundo lugar, inquietava-me a ideia, que também circula socialmente, de que a ditadura teria sido *apenas* uma ditadura *militar*. É possível notar uma tentativa constante, por parte de muitos dos sujeitos históricos envolvidos com o golpe e o regime, de se desresponsabilizar pelo autoritarismo e pela tortura, como se ambos houvessem sido de responsabilidade exclusiva das Forças Armadas.

Por sugestão do orientador, decidi deixar de lado momentaneamente a discussão sobre a *memória* que se constituiu sobre a imprensa na ditadura, para ocupar-me da trajetória da imprensa no período, no contexto em que foi sendo gestada essa memória.

Diante dessas duas inquietações, comecei a estudar o papel da imprensa no golpe e durante a ditadura, e percebi que havia uma lacuna na produção historiográfica sobre o período. Não havia nenhuma pesquisa abordando as relações da imprensa com os militares nos quatro primeiros anos do regime, no momento de construção e consolidação da ordem autoritária.

Ao mesmo tempo, revelou-se que o intervalo entre 1964 e 1968 merecia ser privilegiado na busca pela compreensão da participação do campo liberal¹ na ditadura militar, por conta das tensões políticas e das nuances próprias do período, num momento em que os

¹ Para Marcos Napolitano (2011, p. 332), “o campo liberal durante o regime militar era formado por amplos segmentos do MDB (posteriormente, PMDB), da imprensa e das empresas de mídia e de algumas entidades profissionais e empresariais, como a OAB, a ABI e a FIESP.”

liberais de diferentes matizes disputavam o poder na cena pública e tentavam influir nos rumos do regime².

Além disso, os estudos sobre a imprensa revelaram-na como importante espaço de representação e manifestação dos interesses liberais³. Decidido a estudar os editoriais da imprensa entre 1964 e 1968, fui buscar os órgãos da imprensa escrita mais adequados para tal empreitada.

Reconheci em dois jornais do Rio de Janeiro um imenso potencial para o trabalho. O *Correio da Manhã*, considerado por muitos um jornal de oposição à ditadura, mas também famoso pelos seus editoriais Basta! e Fora! – que, respectivamente nas edições dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964⁴, defendiam enfaticamente a saída de João Goulart da presidência às vésperas do golpe –, foi um dos escolhidos. Sua trajetória peculiar – de jornal que clamava pela queda de Jango a veículo de oposição à ditadura que fechou as portas pressionado e perseguido pelos militares – chamou a atenção.

O outro escolhido foi o *Jornal do Brasil (JB)*, importante órgão da imprensa escrita à época, reconhecido por muitos como pioneiro no processo de modernização da imprensa no Brasil e famoso pelas edições que procuravam burlar a censura ao criticar os militares. Feitas as escolhas a partir das trajetórias dos jornais, que poderiam ajudar a revelar elementos importantes da relação dos liberais com os militares, descobrimos na literatura especializada que eram dois dos maiores, mais importantes e mais influentes jornais do período⁵.

O *JB* teve influência política e tiragem crescentes ao longo dos anos 1960, além de ter sido o jornal símbolo do processo de modernização da imprensa escrita entre as décadas de 1950 e 1960, enquanto o *Correio da Manhã* era o matutino carioca de maior tiragem antes da

² Outra possibilidade seria investigar a atuação liberal no processo de abertura e redemocratização, mas optamos por trabalhar com o contexto de construção da ordem autoritária. Neste momento, as ambiguidades e contradições da atuação liberal são mais evidentes.

³ Não consideramos a imprensa mera porta-voz dos interesses liberais: ela é ao mesmo tempo espaço de representação dos interesses liberais e ator social a ser analisado em sua dinâmica própria.

⁴ Dado que ao longo do trabalho faremos menção a inúmeros trechos dos dois jornais selecionados para análise, sobretudo de seus editoriais, pedimos licença ao leitor para substituir a indicação de referência desses trechos no modelo autor-data pela simples menção da edição do jornal do qual se originam. A opção não advém de desdém pela indicação rigorosa das fontes – que estão claras e disponíveis no trabalho –, mas do apreço pela fluidez da leitura do texto.

⁵ Nenhum deles existe mais. O *Correio da Manhã* fechou as portas em 1974, após ter sido vendido em 1969 por conta da pressão que sofria dos militares, e o *JB* tornou-se recentemente um “jornal digital”, sem versão impressa, por conta dos problemas financeiros pelos quais passou entre os anos 1990 e 2000.

ascensão do *JB* (com exceção dos jornais populares) e teve uma trajetória bastante relevante para a investigação que me propus a fazer.

Escolhi dois jornais do Rio de Janeiro para a análise por considerar que a cidade, tendo sido a capital federal até pouco tempo antes do recorte estabelecido para a pesquisa (além de continuar sendo sede de alguns órgãos públicos e ministérios), ainda concentrava os debates políticos de maior influência e repercussão, além de ser o principal centro cultural do país.

Os jornais que circulavam na antiga capital tinham um peso político significativo: “o Rio de Janeiro, apesar de não ser mais o centro político, certamente continuou sendo o centro cultural do país, irradiando tendências e repercutindo profundamente todas as mudanças vividas na sociedade brasileira” (ASSIS, 2011, p. 3). A partir dos anos 1970, há um deslocamento dessa centralidade, e São Paulo começa a se tornar a caixa de ressonância política do país, em que pese o Rio de Janeiro continuar tendo sua importância.

Escolhidos os jornais e feito o primeiro levantamento bibliográfico, fez-se necessário encontrar um acervo que reunisse a coleção completa dos dois veículos. Descobri que, naquele momento (2008/2009), o único lugar em que seria possível fazer a pesquisa era a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Assim, fiz duas viagens à cidade – uma em julho de 2009 e outra em janeiro de 2010 – para proceder à consulta desse acervo.

A possibilidade de digitalizar as páginas pesquisadas em microfilme nos foi de grande serventia. As viagens ao Rio de Janeiro funcionaram como importante momento para mapear, triar e selecionar as fontes que nos interessavam, de forma que a análise pudesse ser feita em São Paulo.

Durante a pesquisa, soubemos que o *website Google* havia digitalizado e disponibilizado na internet o acervo completo do *JB*. As idas ao Rio de Janeiro tornaram-se desnecessárias: o Arquivo Público do Estado de São Paulo havia adquirido recentemente a coleção completa do *Correio da Manhã*. Foi possível pesquisar os dois jornais em São Paulo: um na internet e o outro no Arquivo Público. Com o fechamento deste para reforma no final de 2011, no entanto, novas viagens se fizeram necessárias – mas agora para Campinas, pois o Arquivo Edgard Leuenroth também possui a coleção completa do *Correio da Manhã* em microfilme.

Como era necessário trabalhar por amostragem – devido aos prazos da pesquisa seria impossível analisar todas as edições dos dois jornais –, estabeleci critérios para a seleção dos editoriais. Tais critérios foram pensados a partir da leitura da historiografia sobre a ditadura

militar, especialmente no período 1964-1968. Com isso, foi possível estabelecer os momentos fundamentais dos quatro primeiros anos do regime – os de maior tensão política, de inflexão, de mudança de direção, de definição dos rumos da ditadura, de manifestação concentrada ou significativa da oposição.

Ao mesmo tempo, embora fosse impossível analisar detidamente todos os editoriais do período, pude ao menos consultá-los, buscando mapear outros possíveis objetos de análise. Assim, consegui fazer uma seleção significativa do *corpus* documental, o que permitiu o bom andamento da pesquisa. O fato de os jornais se tornarem mais acessíveis, em São Paulo e depois São Paulo e Campinas, permitiu voltar a eles sempre que necessário, no esforço de preencher lacunas que apareceram ao longo da pesquisa.

1.1 A IMPRENSA COMO FONTE⁶

As empresas privadas de comunicação (ou os meios de comunicação de massa) pretendem ocupar o lugar das praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo. Essa característica é ainda mais marcante nos países de América Latina, por se tratar de sociedades tradicionalmente elitistas e conservadoras nas quais o espaço público sempre foi restrito e limitado⁷.

A escolha da imprensa escrita como fonte está relacionada ao fato de que no século XX os órgãos de comunicação tornaram-se também órgãos de poder. Para além de serem empresas privadas, os interesses desses órgãos não são estritamente financeiros: procuram representar valores ou interesses de setores da sociedade. Ao recriarem a realidade à sua maneira – como produto de uma articulação entre sua ideologia, suas representações simbólicas, seus interesses político-econômicos imediatos e sua constante tentativa de

⁶ Para as reflexões teóricas sobre a imprensa, as principais referências são: Fonseca, 2005; Capelato, 1986; Capelato e Prado, 1980; Kucinski, 1998; Grillo, 2004; Abramo, 2003.

⁷ No Brasil, não por acaso, o momento histórico em que havia efetivamente a possibilidade de alargamento da esfera pública – que pode ser observada por meio da tentativa de inserção das classes populares na vida política nacional, vide direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente – foi duramente atingido pelo golpe de 1964.

formulação e delimitação da agenda de debates públicos –, os órgãos de comunicação tentam exercer o seu poder de influência sobre os leitores.

Não se pode esquecer também que há no Brasil, historicamente, um “alto grau de concentração da propriedade dos meios de comunicação, [...] pois sete grupos familiares repartem entre si a posse da maioria esmagadora dos meios de comunicação” (KUCINSKI, 1998, p. 23). Por mais que existam diferenças entre os projetos editoriais ou pontos de tensão e de distanciamento entre os jornais – e veremos isso na análise que segue sobre o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* –, o lugar social a partir do qual se expressam é semelhante⁸.

Os jornais desempenham um papel informativo e ao mesmo tempo ideológico, pois têm como princípios a objetividade e a ideia de representação do real, mas se utilizam desses mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade para representar o real à luz dos seus interesses, tornando-se assim “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

A ideia de *imparcialidade* dos jornais e o entendimento da imprensa como expressão da opinião pública são mecanismos importantes que operam na construção ideológica dos jornais: eles reafirmam a todo momento sua imparcialidade e o fato de serem porta-vozes dos interesses do povo (ou de falarem em nome da opinião pública). Na lógica do seu discurso, isso lhes confere legitimidade. Não falam por si ou por seus interesses específicos, mas pelo conjunto da sociedade, que só pode se expressar através de suas instituições representativas – e a imprensa seria uma das mais importantes.

Por isso a “política das ruas” é rechaçada, consequência da ojeriza que os liberais brasileiros têm à participação política das massas⁹. Trata-se de um mecanismo largamente

⁸ Segundo Kucinski (1998, p. 16), “a estrutura de propriedade das empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum [...]. Por seu caráter documental os jornais são as bases de partida dos processos de definição da agenda de discussões e de produção do consenso”.

⁹ Segundo Carvalho (2010, p. 113), “as ações políticas diretas que valorizavam a via extraparlamentar para as mudanças sociais eram vistas como formas de coação sobre as instituições”. Examinando as críticas da imprensa à atuação política de Leonel Brizola no governo João Goulart, o autor nota uma tentativa de os jornais diferenciarem “a pressão sobre as instituições políticas, definida como autêntica opinião pública e originada de diversas fontes sociais legais, das pressões feitas durante o governo Goulart, consideradas coações, originadas das ações diretas dos movimentos populares. Enquanto o primeiro tipo de pressão era considerado legítimo, contribuindo para que o parlamento tomasse conhecimento de uma específica vontade coletiva, a outra pressão designava uma forma de intimidação, contrária à natureza das instituições que valorizavam a argumentação como mediação para as decisões públicas” (CARVALHO, 2010, p. 114).

utilizado na grande imprensa para mascarar seus interesses privados, fazendo-os parecer universais. Da mesma forma, a ideia de imparcialidade transmite ao leitor a impressão de que o jornal não está comprometido com nenhum dos lados, e que seu relato e opiniões são desinteressados.

O fato de a imprensa escrita ter poucos leitores em relação à população total não pesa contra os jornais como fonte da pesquisa. Se a maior parte de sua circulação dá-se entre as camadas médias e altas urbanas – são elas as fontes, as protagonistas e as leitoras das notícias –, numa circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo as pautas e agendas criadas e definidas pela imprensa escrita são reproduzidas pelos meios de comunicação de maior alcance como o rádio e a televisão, o que confere grande importância à imprensa escrita na articulação de interesses que outras mídias reproduzem¹⁰.

Por todos os motivos acima expostos, consideramos que os principais órgãos de comunicação da imprensa escrita da época são fonte privilegiada para a investigação, pois podem explicitar o papel da imprensa na construção de representações de si e da ditadura militar, além de contribuir para a compreensão dos interesses e conflitos que estavam em questão entre as várias perspectivas das elites liberais em torno do regime.

Na medida em que setores do campo liberal se aproximam ou se afastam dos militares, essa relação e esse conflito de interesses aparecem na grande imprensa. Nesse sentido, a morte lenta do *Correio da Manhã* a partir de 1968 é um evento significativo, pois dá mostras das opções feitas pela ditadura acerca dos órgãos da imprensa escrita que poderiam continuar a circular, além de revelar parte das tensões existentes entre os militares, a imprensa e os liberais.

Sobre a escolha dos editoriais como objeto de análise¹¹, percebemos que eles costumam condensar os múltiplos interesses dos jornais, em geral espalhados na escolha da capa, das manchetes, das imagens e das afirmações destacadas, nas entrevistas, na

¹⁰ Discutindo o panorama da imprensa escrita brasileira no final dos anos 1990, Kucinski (1998, p. 24) afirma que “por suas raízes oligárquicas, seu caráter documental, alta qualidade gráfica e circulação entre as elites e os condutores da mídia, cabe aos quatro grandes jornais brasileiros de temática nacional a iniciativa na definição da agenda de discussões: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Esses jornais são lidos todas as manhãs extensamente pelos condutores de programas de rádio, servem de pauta para as ordens de cobertura das equipes de TV e para as grandes revistas semanais; são recortados pelas assessorias de imprensa dos políticos e das grandes empresas, para circular entre seus quadros dirigentes”.

¹¹ A discussão sobre os editoriais baseia-se principalmente nas obras de Fonseca (2005), Grillo (2004) e Abramo (2003).

hierarquização dos assuntos etc. Assim, analisar os editoriais significa trabalhar com o espaço próprio do jornal, em que ele se posiciona explicitamente sobre a cena política e se coloca publicamente defendendo determinadas posições ou pontos de vista, simultaneamente como empresa privada e instituição social.

Além disso, os editoriais, como gênero opinativo, costumam trazer conselhos, críticas, elogios e propostas de mudança, introduzindo o relato do acontecimento e do discurso alheio em uma estrutura argumentativa explícita. Trata-se de uma argumentação que parte do relato dos acontecimentos para se legitimar: o relato dos fatos, pretensamente objetivo, integra-se à linha argumentativa. O relato de acontecimentos serve de sustentação para a interpretação, criando, com isso, um efeito de objetividade ao ancorar os argumentos em evidências factuais.

O posicionamento dos jornais confunde-se intencionalmente, nas palavras de Abramo (2003, p. 31), com o seu “desafio de informar com isenção”:

o órgão de imprensa apresenta a opinião *no lugar* da informação, e com o agravante de *fazer passar a opinião pela informação*. O *juízo de valor* é inescrupulosamente utilizado como se fosse um *juízo de realidade*, quando não como se fosse a própria mera exposição narrativa/descritiva da realidade.

Nos editoriais, muitas vezes os jornais reforçam o paradigma da “informação com isenção” para afirmar seu ponto de vista, buscando basear seu *juízo de valor* em um determinado *juízo de realidade*, o que confere mais confiabilidade às opiniões expressas no editorial.

A análise dos editoriais serve, portanto, aos objetivos da pesquisa, pois permite que se percebam com clareza os interesses do jornal e a construção que este faz da realidade a partir das suas próprias notícias e reportagens para fundamentar suas opiniões.

1.2 IMPRENSA, HISTÓRIA E DITADURA MILITAR

Algumas obras e pesquisas historiográficas já apresentaram estudos sobre a ditadura a partir da imprensa ou sobre a imprensa na época da ditadura. Entre elas, podemos mencionar: *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*, de Maria Aparecida de Aquino (1999); 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart, de Alzira Alves de Abreu (2008);

Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988, de Beatriz Kushnir (2004); *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski (2003); *O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado*, de Juliana Gazzotti (2006); e *A Rede da Democracia*, de Aloysio Castelo de Carvalho (2010).

Maria Aparecida Aquino (1999) investiga a questão da censura entre 1968 e 1978 em dois jornais: *O Estado de S. Paulo*, diário da grande imprensa, e o semanário *Movimento*, da imprensa de resistência. A partir desses dois estudos de caso e após mapear a trajetória e o projeto político de cada um dos jornais, a pesquisa busca compreender as relações entre o Estado autoritário, a censura e a imprensa escrita no período.

O artigo de Alzira Alves de Abreu (2008), publicado no livro *João Goulart: entre a memória e a história*, examina o papel da imprensa na queda do presidente de João Goulart, o Jango, mostrando que “a imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo”, o qual teria sido utilizado “como uma das principais justificativas para a derrubada do governo” (ABREU, 2008, p. 108).

A análise da autora divide-se em quatro momentos: o apoio da imprensa à posse de Goulart; o apoio da imprensa ao parlamentarismo e ao plebiscito; a Revolta dos Sargentos e o início do afastamento da imprensa em relação ao governo Jango; e, por fim, a defesa, pela imprensa, da saída de João Goulart da presidência. Segundo a autora, o objetivo da imprensa ao apoiar o golpe “não era a implantação de um regime autoritário, mas sim o restabelecimento da ordem, da hierarquia, e a eliminação do perigo comunista” (ABREU, 2008, p. 126-127). A proposta do artigo é que “a atuação da imprensa seja incorporada aos esquemas explicativos da queda do regime constitucional, em março de 1964” (CARVALHO, 2010, p. 23).

A pesquisa de Beatriz Kushnir (2004) investiga a relação dos jornalistas com os censores entre 1968 e 1988, analisando “a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam a função de jornalistas nas redações” (KUSHNIR, 2004, p. 26). A autora dedica-se a explicar, em primeiro lugar, a questão da censura, tendo como referência o “tripé legislativo” que lhe deu sustentação na ditadura militar – a legislação de 1946, 1968 e 1970. Em seguida, a pesquisa busca reconhecer o lugar social dos censores, a partir do exame de algumas trajetórias e de sua função na relação com o Estado. Por fim, na última parte da obra, a autora examina o caso da *Folha da*

Tarde, conhecida como “o jornal de maior tiragem”, por conta da presença de policiais entre os jornalistas.

Bernardo Kucinski (2003), o único “não historiador” entre os autores mencionados, consta neste tópico devido a seu importante esforço de mapear a chamada “imprensa alternativa” – os periódicos de menor circulação, não ligados a grandes conglomerados empresariais e que fizeram oposição à ditadura –, na obra *Jornalistas e Revolucionários*. Esta é dividida em três partes: na primeira, o jornalista faz um panorama da “imprensa alternativa” no Brasil entre 1964 e 1980; na segunda parte, conta a trajetória de jornais alternativos que tinham “motivação essencialmente jornalística” (KUCINSKI, 2003, p. 9): não eram ligados a nenhum partido ou frente política; na parte final, o autor apresenta a história dos jornais *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, todos ligados de alguma forma a organizações políticas de esquerda.

O artigo de Juliana Gazzotti (2006) busca questionar a ideia (defendida pelos proprietários do jornal) de que o *Jornal da Tarde* (*JT*) teria feito oposição à ditadura a partir do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Por meio da análise da questão da censura e da tortura nas páginas do jornal, a autora observa a crítica conservadora do *JT* aos militares após o AI-5.

A obra *A Rede da Democracia*, de Aloysio Castelo de Carvalho (2010), investiga a articulação da Rede da Democracia, que a partir de outubro de 1963 uniu os jornais *O Globo*, *JB* e *O Jornal* em torno do movimento civil e militar que lutava pela deposição do presidente João Goulart. Em sua obra, o historiador examina o conceito de “opinião pública”, fartamente utilizado pelos jornais para dar legitimidade ao golpe, para em seguida analisar a crítica da imprensa ao Congresso, considerado “paralisado”, e o discurso da própria imprensa, que se colocava no papel de representante da sociedade e expressão legítima da opinião pública.

Por meio desse breve levantamento de obras e pesquisas historiográficas sobre a ditadura a partir da imprensa ou sobre a imprensa na época da ditadura, podemos notar diferentes perspectivas de investigação.

Kushnir (2004) e Aquino (1999) dedicaram-se à questão da censura de diferentes formas, pesquisando os órgãos de imprensa e sua relação com o poder militar ou a trajetória de alguns jornais que foram vítimas de censura. Kucinski (2003) elaborou um panorama da chamada “imprensa alternativa”. Abreu (2008) e Carvalho (2010) investigaram a imprensa no contexto do golpe de 1964, seja de forma panorâmica, buscando compreender o papel da imprensa em geral na deposição de João Goulart, seja a partir do estudo da articulação de três

jornais que visavam à derrubada de Jango. Gazzotti (2006) pesquisou um jornal no contexto do AI-5, analisando a relação ambígua da imprensa com os militares depois do quinto Ato Institucional.

Todas essas pesquisas, à exceção do trabalho de Kucinski (2003), têm um aspecto comum: nenhuma delas se dedica a fazer *apenas* uma história da imprensa, na medida em que também pretendem investigar a história da ditadura *por meio* da imprensa (Luca, 2005, p. 118). A imprensa é compreendida como importante fonte para o estudo do golpe e da ditadura militar, como parte dos acontecimentos, influenciando e sofrendo influência das ações dos sujeitos nos diferentes contextos analisados – ou seja, nessas pesquisas a imprensa é reconhecida como ator social, e sua análise ilumina aspectos importantes do período estudado.

Nossa pesquisa tem o mesmo sentido: a intenção é analisar dois importantes jornais nos primeiros anos da ditadura militar, entre 1964 e 1968, com o objetivo de buscar elementos na imprensa escrita para mapear as tensões internas do campo liberal¹², bem como seus consensos mínimos acerca da ditadura, além de buscar compreender os dilemas, impasses e interesses de dois importantes jornais da grande imprensa no início da ditadura militar.

Esta dissertação está dividida em sete seções. No capítulo 2, que sucede a esta Introdução, apresenta-se um panorama da imprensa no Brasil dos anos 1960, traçando a história do *JB* e do *Correio da Manhã*.

No capítulo 3, discutem-se as aproximações e distanciamentos entre os militares e os liberais no primeiro ano da ditadura, da preparação do golpe em março de 1964 ao debate sobre o Estatuto da Terra em outubro do mesmo ano. No capítulo 4, analisa-se a posição editorial dos jornais em dois momentos cruciais para a consolidação da ordem autoritária: o Ato Institucional Nº 2 (AI-2), de outubro de 1965, e a eleição de Costa e Silva, em outubro do ano seguinte.

Nos dois últimos capítulos, busca-se compreender o lugar da oposição na opinião dos jornais entre os anos de 1967 e 1968, período privilegiado para a investigação devido ao ascenso das forças de oposição: o capítulo 5 é dedicado à análise da Frente Ampla e do movimento operário, e o capítulo 6 analisa especificamente a posição editorial dos jornais diante das manifestações estudantis, devido à importância e à grande repercussão que as ações

¹² Para a discussão das tensões internas do campo liberal, ver Décio Saes (1985), principalmente capítulos 3, 4 e 5.

do movimento estudantil tiveram em 1968. O capítulo termina com a análise dos jornais no contexto do AI-5, que encerra o período a que se dedica esta pesquisa.

Nas Considerações Finais, retomam-se as questões acima levantadas, no esforço de contribuir para a compreensão do lugar da imprensa no início da ditadura militar e da relação entre os liberais e os militares no contexto de gestação, construção e consolidação da ordem autoritária.

2 A IMPRENSA CARIOCA NOS ANOS 1960¹³

Entre os anos 1950 e 1970, a imprensa no Brasil passou por um intenso período de mudanças. Nos textos que tratam dessas transformações, as três décadas são consideradas momento de um importante processo de modernização e profissionalização.

De acordo com Alzira Alves de Abreu (2002, p. 9), foi a partir dos anos 1950 que os jornais passaram a depender financeiramente da publicidade: “Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios”. Algumas mudanças ocorreram no próprio mundo da publicidade (profissionalização, desenvolvimento dos conceitos e técnicas de *marketing* etc.), indício de que outras transformações estavam ocorrendo: estimulados pelo crescimento urbano e industrial e o consequente alargamento do mercado consumidor no país, os negócios em torno da publicidade aumentaram significativamente.

Foi também durante essa modernização que ocorreu a concentração dos meios de comunicação. Por se assemelharem cada vez mais às empresas, aproximando-se do discurso da gestão empresarial eficiente e moderna que busca o lucro, muitos dos jornais de menor circulação, daqueles mais politizados e dos jornais populares acabaram por desaparecer ou mudar de dono, transferindo-se para os grandes conglomerados de mídia que começavam a se formar. Segundo Abreu (2002, p. 17), “em 1950 existiam no Rio de Janeiro 22 jornais diários comerciais, entre matutinos e vespertinos, [...] em 1960 esse número foi reduzido para 16 jornais diários, e no final de 1970, para sete”.

2.1 JORNAL DO BRASIL (JB)

As reformas pelas quais passaram alguns dos jornais tornaram-se paradigmáticas do referido processo de modernização da imprensa, e a mais simbólica de todas – porque uma das primeiras e talvez a mais profunda, ou ao menos a mais eficaz do ponto de vista

¹³ Para a compreensão do cenário da imprensa carioca nos anos 1960, as principais referências são: Abreu, 2002; Ribeiro, 2007; Barbosa, 2007; Sodré, 1999; Cotta, 1997; Andrade, 1991; Figueiredo, 1998.

mercadológico – foi a reforma do *JB*¹⁴. Ela teve início em 1956, quando foi lançado o *Suplemento Dominical*, com a contribuição de jovens artistas, escritores e poetas. Em seguida, o jornal criou o *Caderno B*, dedicado às artes e à cultura em geral. Por fim, a partir de 1962, instituíram-se as editorias de política, economia, internacional, cidade, esportes etc.

Ao mesmo tempo, entre 1956 e 1966 o jornal reestruturou o seu parque gráfico e passou por um processo de reaparelhamento técnico-industrial. A reforma deixava claro que a modernização da imprensa não se limitaria a mudanças nos padrões jornalísticos:

Houve uma total reestruturação de sua organização empresarial, com adoção de modernas técnicas de gestão. Foram alteradas também as técnicas de *marketing*, as metas de propaganda, as estratégias de circulação, a veiculação dos classificados e dos anúncios de varejo e as promoções. (RIBEIRO, 2007, p. 156)

Todas essas transformações marcaram uma mudança significativa na trajetória do jornal. O *JB* surgiu em 1891 como um jornal monarquista, tendo como um de seus fundadores o diplomata e político do Império Joaquim Nabuco. Em 1893, depois de mudar de dono por conta das pressões do governo da República, o jornal tornou-se republicano, mas fazia oposição à ditadura de Floriano Peixoto. Nessa época, Rui Barbosa era diretor e redator do *JB*, responsável por radicais editoriais antiflorianistas. Em 1894, após mudar de dono novamente, o “*JB* deixou de ser doutrinário e passou a ser um órgão mais informativo, centrado nos casos policiais, nas campanhas populares e na crítica aos costumes” (RIBEIRO, 2007, p. 154).

As dificuldades financeiras decorrentes da construção de sua nova sede na Avenida Central fizeram com que o jornal fosse hipotecado, e em 1918 o *JB* passou a ser propriedade de Ernesto Pereira Carneiro¹⁵. Para resolver a crise financeira do veículo, a saída encontrada foi torná-lo um jornal de anúncios classificados, dedicando a maior parte do seu espaço ao pequeno anunciante: “Com os classificados, o *JB* conseguiu estabilidade financeira (era o único jornal do Rio a atender esse mercado), mas foi gradativamente perdendo importância como órgão noticioso.” (RIBEIRO, 2007, p. 155)

¹⁴ “Houve um aumento de cerca de 40% nas tiragens do *JB*, em 1956, depois de iniciada a reforma. Em pouco tempo, o jornal suplantaria em número de vendas o *Correio da Manhã*, até então o maior matutino do Rio” (RIBEIRO, 2007, p. 157).

¹⁵ Conde Pereira Carneiro a partir de 1919, quando recebeu a distinção de conde papal do Papa Benedito XIV (RIBEIRO, 2007, p. 155).

Ao mesmo tempo, o Conde Pereira Carneiro firmava-se como um importante empresário: era dono da Cruzeiro do Sul de Aviação, de um estaleiro naval e, a partir de 1935, da *Rádio Jornal do Brasil*. No entanto, com a morte de Pereira Carneiro em 1954, sua esposa, conhecida como Condessa Pereira Carneiro, e seu genro Nascimento Brito assumiram a direção do jornal, comandando a reforma do *JB* e colocando-o novamente entre os grandes jornais do Rio de Janeiro – o que ele tinha deixado de ser desde que se tornara apenas um jornal de pequenos anúncios, em 1921.

Um dos nomes mais importantes dessa reforma foi o de Odylo Costa Filho, que assumiu a chefia da redação no final de 1956 com a responsabilidade de encaminhar as mudanças desejadas pela Condessa e por Nascimento Brito. Odylo, no entanto, era “ativo militante da UDN” (RIBEIRO, 2007, p. 161), o que teria provocado uma pressão da parte do presidente Juscelino Kubitschek por seu afastamento, no mesmo momento em que Nascimento Brito negociava com o governo “um empréstimo do Banco do Brasil para a compra de novas máquinas” (RIBEIRO, 2007, p. 162).

Odylo Costa Filho participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), em abril de 1945, sendo ainda secretário de Imprensa da Presidência da República e diretor da Rádio Nacional no breve mandato de Café Filho, logo após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Sua escolha para chefe de redação e seu afastamento por pressão de Juscelino Kubitschek trazem à tona características importantes do *JB* na época da Condessa Pereira Carneiro: de um lado, o conservadorismo político do jornal, que ficaria muito marcado nos anos da ditadura militar, e de outro lado a sua dependência em relação ao Estado por meio das verbas de publicidade e pelas fontes de empréstimo e financiamento – fenômeno comum aos grandes jornais do período –, limitando bastante a sua independência editorial.

Com a reforma pela qual passou, o *JB* foi um dos primeiros jornais no Brasil a adotar o discurso da imparcialidade, da transmissão objetiva e impessoal da informação separada dos comentários opinativos. O discurso de que o jornalismo apenas espelha o mundo e de que o jornal é uma representação fiel da realidade faz com que os jornais ganhem legitimidade e o poder simbólico de traduzir o mundo para o leitor.

Apesar de ter tido influência política e tiragem significativas ao longo dos anos 1960, o *JB* perdeu importância nos anos 1970 para *O Globo* – que se tornou a principal referência entre os jornais do Rio de Janeiro –, e para os jornais de São Paulo, na medida em que essa cidade passou a ter relevância política e cultural crescentes.

Em 1991, quando o jornal completou cem anos, publicou um encarte especial em comemoração à edição centenária. Matheus e Barbosa (2008, p. 113), ao analisarem o discurso do *JB* relacionado a seu centenário, perceberam que

o editorial e os artigos recortam a história do *Jornal do Brasil* em quatro fases: uma “origem” estendida, que representa, na cronologia dessas narrativas, os 60 anos anteriores à década de 50; “a reforma”, que significa o período de transição para um novo jornalismo e para o qual não se estipulam marcos iniciais nem finais; os anos 60/70, quando o jornal se tornaria expressão de resistência em favor da liberdade; e finalmente a década de 80, em que o *JB* se estabilizaria como promotor da justiça.

Dois aspectos chamam a atenção na narrativa de sua história elaborada pelo próprio jornal no início dos anos 1990: em primeiro lugar, a sua “‘origem’ estendida”, no dizer das autoras do artigo supracitado. Como nas suas primeiras três décadas de vida o jornal mudou de dono e de orientação política algumas vezes, torna-se difícil estabelecer uma narrativa linear e contínua acerca da sua história, como em geral exigem os momentos de construção da memória. Mesmo depois de 1918, já como propriedade de Ernesto Pereira Carneiro – de quem o jornal será herdado pela Condessa Pereira Carneiro e por seu genro Nascimento Brito –, o *JB* ainda não é considerado um importante jornal de grande circulação, como gostaria de ser lembrado em 1991.

Assim, todo esse período que vai de 1891 aos anos 1950 – instável e de difícil assimilação por uma narrativa grandiloquente da história do jornal – é reunido sob a ideia de uma longa origem, que teria dado espaço às míticas reformas modernizantes dos anos 1950 e 1960, quando o *JB* se tornou efetivamente um grande e importante jornal.

De acordo com Matheus e Barbosa (2008, p. 116),

o *JB* é comparado a uma pessoa que passou por crises de personalidade mas que acabou “se encontrando” conforme amadureceu. Deste modo, todas as opções do período pré-50 consideradas equivocadas em 1991 são atribuídas à imaturidade. [...] Os quase 40 anos de história (de 1918 a 1957) [período que inclui a Era Vargas e que corresponde, em larga medida, à época em que o *JB* era apenas um jornal de classificados] não são narrados em nenhum momento [da edição centenária] textualmente.

Outro aspecto que nos chama a atenção é a fase em que “o jornal se tornaria expressão de resistência em favor da liberdade” (MATHEUS; BARBOSA 2008, p. 113). Na citada edição comemorativa, Zuenir Ventura foi o jornalista convidado por Nascimento Brito para

escrever sobre a história do *JB* entre os anos 1960 e 1970. Em seu texto, essa ideia do jornal como “expressão de resistência em favor da liberdade” é enfatizada:

Durante esse período [anos 1960 e 1970], o *JB* viu as trevas se abaterem sobre o país, mas acabou vendo também o renascimento da luz. Foi testemunha, sempre, e muitas vezes vítima dos acontecimentos. Desagradou a uns e a outros. Em 61, foi censurado pelo governo Carlos Lacerda, e em 64 teve sua sede militarmente invadida pelos fuzileiros navais do governo de Jango; sofreu incontáveis ações de arbítrio e, de dezembro de 68 a janeiro de 69, circulou sob censura prévia; enfrentou censores na redação, sofreu um implacável boicote econômico, teve diretores e editores presos em pelo menos duas ocasiões e deixou de circular duas vezes como protesto – em 29 de agosto de 61, quando 90% de seu material foi censurado pelo governo estadual de Carlos Lacerda; e no dia 15 de dezembro de 68, quando um de seus diretores, o embaixador Sette Câmara, foi preso pelos militares (VENTURA, 1991, p. 7).

De acordo com Ventura (1991), o *JB* foi testemunha e vítima dos acontecimentos entre 1960 e 1970. Para um jornal, é importante que ele tenha sido testemunha dos acontecimentos, pois a sua função social é narrar, com objetividade e imparcialidade, esses acontecimentos aos seus leitores – ou seja, o *JB* acompanhou as mudanças intensas pelas quais passou o país nesse período e cumpriu a sua função social. O próprio fato de ter testemunhado e narrado a tentativa de se impedir a posse de João Goulart em 1961 e o arbítrio do AI-5 em 1968 fez com que o jornal fosse censurado e se tornasse “vítima dos acontecimentos”. O que Ventura (1991) não conta, no entanto, porque isso não seria interessante lembrar em 1991, é que a partir do golpe de abril de 1964 as relações do *JB* com a ditadura foram muito mais ambíguas do que faz parecer a sua narrativa, como veremos mais à frente.

Para ressaltar o mito da resistência, Ventura (1991, p. 7) retoma duas edições do *JB*:

Dois dos maiores feitos desse período, porém, não foram premiados, mas ficaram como exemplo de que se pode criar mesmo em condições adversas. São duas edições – as do dia 14 de dezembro de 1968 e do dia 12 de setembro de 1973 – suficientes para enriquecer uma antologia da resistência jornalística.

Nessas duas edições, o jornal burlou a censura, fazendo críticas indiretas ao AI-5 (dezembro de 1968) e noticiando o golpe militar no Chile e a morte de Salvador Allende (setembro de 1973). Como lembram Matheus e Barbosa (2008, p. 117), as duas edições “são lembradas como monumento à resistência jornalística. [...] [Elas] alimentam até hoje o mito da resistência e a fábula do jornalista esperto contra autoridades ignorantes, sobretudo militares”. Podemos completar: além de serem monumento à resistência jornalística e alimentarem esse mito, elas cristalizam uma memória que silencia acerca do apoio do *JB* ao

golpe e à ditadura. Esse silêncio aparece novamente quando Ventura (1991, p. 7 grifo nosso) afirma que

o *JB* testemunhou o fim glorioso de um governo, o de JK, cobriu a estrondosa eleição e a melancólica renúncia de seu sucessor – Jânio Quadros –, registrou a tumultuada ascensão e queda de João Goulart, **assistiu a um golpe militar, o de 64, e a um golpe dentro do golpe, o de 68, resistiu ao império de cinco ditadores – Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo** –, acompanhou as ações da guerrilha urbana com assaltos a bancos e o sequestro de dois embaixadores – o americano Charles Burke Elbrich e o suíço Von Holleben – e do cônsul japonês Nobuo Okuchi.

O jornal *assistiu* ao golpe e *resistiu* ao império de cinco ditadores. O único momento em que Ventura (1991, p. 7 assume em seu texto o apoio ao golpe, uma sucessão de acontecimentos justifica tal tomada de posição pelo jornal:

Sem alinhamentos incondicionais, a não ser ao ideário liberal em política – em economia era ortodoxo –, o *Jornal do Brasil* apoiou e desapoioou livremente, o que nem sempre lhe garantiu o acerto das posições. Em 1961, defendeu a posse do vice-presidente João Goulart, apoiou a política externa independente de San Tiago Dantas, defendeu o princípio da não-intervenção em Cuba, repudiou a Revolta dos Sargentos, o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros, e por tudo isso acabou apoiando o golpe de 64: acreditava que a continuidade democrática estava ameaçada e que uma intervenção militar seria a solução para a crise institucional. Em compensação, não hesitou em se colocar contra o movimento militar já no seu início, por ocasião do AI-1 e das primeiras cassações. “A Revolução não pode nem deve ser facciosa e hipócrita”, advertiu.

No entanto, e também discutiremos isso mais à frente, a visão que Ventura (1991) busca eternizar da relação do *JB* com os militares a partir do primeiro Ato Institucional é propositadamente linear, fruto de uma narrativa única e simplificada: é possível afirmar que o *JB* hesitou bastante em se colocar contra o movimento militar e, mesmo quando o fez, foi dentro de determinados limites e em circunstâncias específicas, a serem examinadas com rigor nos próximos capítulos.

2.2 CORREIO DA MANHÃ

O *Correio da Manhã* estava entre os mais importantes jornais impressos do Rio de Janeiro no período a que se dedica esta pesquisa. Ele fora o matutino de maior circulação até o final dos anos 1950, quando foi ultrapassado pelo *JB*.

O jornal surgiu em 1901, fundado por Edmundo Bittencourt, e caracterizou-se no seu próprio discurso como um jornal de oposição combativo e crítico aos poderes estabelecidos da República. Em seu artigo de apresentação, essa postura ficou marcada inclusive na crítica à neutralidade e na defesa do “jornal de opinião”:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagemma para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião. (CORREIO DA MANHÃ¹⁶, 1901 *apud* SODRÉ, 1999, p. 287)

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999, p. 287), essa postura oposicionista teria valido grande prestígio ao jornal nas camadas populares. Ao mesmo tempo, era o “veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana” (SODRÉ, 1999, p. 287), no que concorda Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 64) ao afirmar que seu público era composto “basicamente pelo escalão médio da administração, por militares, comerciantes, professores e donos de pequenas empresas”.

No governo Campos Salles, apresentava-se como um novo jornal criado para ser independente e ficar distante das práticas de corrupção e troca de favores com o governo. Fez oposição a Hermes da Fonseca na época da repressão à Revolta da Chibata, apoiou o tenentismo, publicou as cartas falsas atribuídas a Arthur Bernardes que criticavam duramente Hermes da Fonseca e provocaram intensa crise política – resultando inclusive no fechamento temporário do jornal por Arthur Bernardes.

Entre 1929 e 1930, na época das eleições que opunham o Partido Republicano Paulista (PRP) de Júlio Prestes à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, o *Correio da Manhã* apoiou

¹⁶ CORREIO DA MANHÃ. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1901.

Vargas contra Prestes, mantendo sua linha de oposição ao governo que durou toda a República Velha. Ao longo dos anos 1930, no entanto, voltou para a oposição, alinhado com os interesses liberais da alta burguesia e da classe média alta. O jornal apoiou, por exemplo, o Movimento Constitucionalista de 1932, mas logo após a eclosão da guerra civil procurou se desvincular dos paulistas que pegaram em armas contra Vargas.

De acordo com Ribeiro (2007, p. 65), a mudança de orientação do jornal em relação ao seu público nos anos 1930 – agora voltado para leitores de maior poder aquisitivo – esteve associada a interesses publicitários, “que nesse momento passaram a se impor com mais vigor à imprensa”. Além disso, o surgimento de jornais mais populares conferiu ao *Correio da Manhã* caráter elitista. Foi também em março de 1929 que Paulo Bittencourt, filho de Edmundo, assumiu a direção e a propriedade do jornal. Todas essas transformações levaram a uma linha editorial mais moderada, um pouco diferente da tônica do *Correio* durante as suas duas primeiras décadas de existência.

No entanto, os 20 primeiros anos de sua história, de oposição marcada ao governo, reafirmada pelo próprio discurso do jornal em defesa de uma imprensa combativa e independente, fizeram surgir o mito fundador do *Correio da Manhã*: sua história se explicaria sempre por sua postura liberal, sua independência em relação ao poder, seu oposicionismo, sua defesa intransigente da legalidade, sua combatividade e seu forte caráter opinativo. Esse mito fundador seria recuperado em diferentes momentos de sua trajetória e confirmado nas mais diversas passagens da história política do país, sendo louvado até hoje, entre os anos 1990 e 2000, em textos e depoimentos que relembram o percurso do jornal.

Ficaria célebre, por exemplo, a entrevista publicada em 22 de fevereiro de 1945 pelo *Correio da Manhã* com José Américo de Almeida (CORREIO DA MANHÃ, 1945 *apud* ANDRADE, 1991, p. 62-66), político paraibano que havia estado ao lado de Vargas desde 1929, mas que rompeu com ele depois do golpe de 1937 (José Américo era pré-candidato à presidência quando ocorreu o golpe que cancelou as eleições de 1938 e instaurou a ditadura do Estado Novo). O entrevistado fez duras críticas ao governo federal e à ditadura varguista, e a publicação da entrevista pelo *Correio da Manhã* significou, à época, o enfrentamento da censura que vigorava até então. É inegável que a entrevista teve grande repercussão, mas na narrativa do jornal e daqueles que o rememoram de forma laudatória¹⁷, tratava-se de uma

¹⁷ Entre os textos recentes que contam uma história heroica e laudatória do *Correio da Manhã*, enfatizando sua oposição à ditadura e dando pouco valor ao apoio ao golpe, podemos elencar: 1) O livro de Jeferson de Andrade (1991), que já no título ressalta a ideia de um jornal combativo que foi vítima do autoritarismo e da violência dos

“histórica entrevista que mudou a vida política do país” (ANDRADE, 1991, p. 64). O *Correio da Manhã* teria sido, assim, “decisivo para a queda da ditadura” (CASTRO, 2001, p. D-5).

Pouco se fala, no entanto, seja na bibliografia especializada, seja nos textos de memória, da relação do *Correio da Manhã* com o Estado Novo. A memória que se tem sobre o diário remete apenas ao ano de 1945, já no final do Estado Novo, quando ele rompe a censura e publica a entrevista com José Américo.

Identificado com as classes médias conservadoras e com o pensamento liberal, nos anos seguintes o jornal esteve próximo da UDN, sempre com um posicionamento antivarguista:

Em 1945 e, novamente, em 1950, o *Correio da Manhã* apoiou a candidatura à presidência de República do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN. O jornal fez forte oposição a Vargas: apoiou o Manifesto dos Coronéis, fez violentas críticas ao aumento de 100% do salário mínimo e apoiou o inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica para apurar o crime da Rua Toneleros. Após a posse de Café Filho, Paulo Bittencourt sugeriu o nome de Eugênio Gudín [referência no pensamento liberal brasileiro] para a pasta da Fazenda, sendo prontamente atendido. (RIBEIRO, 2007, p. 67)

Apesar da proximidade com a UDN nas questões políticas centrais do período, o *Correio da Manhã* fazia questão de marcar sua independência, evitando ser tomado como porta-voz do partido. Isso fica claro, por exemplo, na defesa intransigente das posses de Getúlio Vargas em 1951 – apesar do apoio à candidatura de Eduardo Gomes – e de Juscelino Kubitschek em 1956, diferentemente das posições assumidas pela UDN.

Essa postura que se reivindicava independente e legalista veio à tona novamente quando, em 1961, apesar do seu antitrabalhismo radical, o jornal posicionou-se favoravelmente à posse de João Goulart, o que lhe rendeu inclusive a apreensão de uma edição pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que já tinha trabalhado para o *Correio*.

militares; 2) O livro de Pery Cotta (1997), que conta passagens do *Correio da Manhã* a partir de 1965 – ano em que o autor começou a trabalhar no jornal –, sempre valorizando a resistência à ditadura e as ameaças autoritárias ao jornal; 3) O texto de Ruy Castro (2001), Para o *Correio da Manhã*, com uma lágrima, no qual o jornalista, que começou sua carreira no *Correio da Manhã*, conta um pouco da “história gloriosa” do jornal no ano em que se comemoraria o seu centenário, lamentando a sua morte precoce (no texto, o jornalista chega a afirmar que os editoriais Basta! e Fora!, publicados pelo jornal em 31 de março e 1º de abril de 1964, defendiam, nos marcos da Constituição, a renúncia ou o *impeachment* de Jango, mas não o golpe militar); 4) O texto de Fuad Atala (2001), Réquiem para um leão indomado, em que outro ex-jornalista do *Correio* também relembra os cem anos da fundação do jornal falando de sua independência e rebeldia; 5) O epitáfio a respeito de Niomar Moniz Sodré Bittencourt publicado no *O Globo* (2003), Niomar Bittencourt, proprietária do “Correio Da Manhã”, 87 Anos, que ressalta sua “firme defesa da democracia”.

Em agosto de 1963, morreu Paulo Bittencourt e assumiu o jornal sua segunda mulher, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Mesmo com a mudança na direção do matutino, o *Correio da Manhã* manteve uma linha editorial de enfática oposição a Jango. Publicou os famosos editoriais Basta! e Fora! em 31 de março e 1º de abril de 1964, defendendo a deposição imediata do presidente, e saudou em seguida a vitória dos militares.

No entanto, depois de apoiar a UDN por duas vezes, fazer oposição radical a Getúlio Vargas e João Goulart e defender a deposição de Jango e a subida dos militares ao poder, o *Correio da Manhã* acabou por se tornar um dos grandes baluartes da oposição e da crítica aos militares. Talvez resida aí a singularidade de sua trajetória: um dos jornais mais identificados com o liberalismo conservador no pré-golpe se tornou, na ditadura, a referência na grande imprensa para setores da esquerda e parte daqueles que lutavam contra o regime.

No discurso do *Correio*, nada mais coerente com a sua própria história: em se tratando de um jornal liberal, independente, legalista e combativo desde sua origem, fazia-se necessário criticar Jango e exigir sua saída, assim como se fazia necessário opor-se aos avanços autoritários dos militares no poder. É essa narrativa que pretendemos problematizar nesta dissertação.

2.3 TRIBUNA DA IMPRENSA, ÚLTIMA HORA E O GLOBO

Entre os jornais dos anos 1950 e 1960 no Rio de Janeiro, dois se destacam por seu caráter fortemente político: a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e *Última Hora*, de Samuel Wainer. A *Tribuna da Imprensa* foi criada em 1949 para que o jornalista Lacerda pudesse se posicionar claramente, em consonância com a sua trajetória em direção ao mundo da política. Sempre esteve entre os vespertinos cariocas de menor circulação, apesar de sua reconhecida influência política – pelo fato de ser de propriedade de um jornalista consagrado e com forte projeção na política.

O jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, esteve no pólo oposto à *Tribuna*, em vários sentidos. Se Lacerda era famoso por seu antigetulismo visceral, Wainer se aproximou de Vargas no final dos anos 1940 e se utilizou dessa proximidade para fundar seu próprio jornal. Diferentemente da *Tribuna*, o *Última Hora* foi um jornal de grande circulação, mais entre os

trabalhadores do que entre as camadas médias urbanas. Os embates entre os dois jornais e seus proprietários ficaram famosos na época, e o *Última Hora* acabou por tornar-se o grande porta-voz do trabalhismo, a ponto de ter sido o único jornal a circular no dia após o suicídio de Getúlio Vargas (1954) e ter sido empastelado em 1964, logo após o golpe.

Não escolhemos nenhum deles para nossa investigação justamente por terem posições políticas muito marcadas. De um lado, a *Tribuna* era a extensão do antigetulismo de Lacerda, e de outro o *Última Hora* era trabalhista, afinado desde sempre com Vargas e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como esses dois jornais expressavam pontos de vista e perspectivas políticas específicas, não colaborariam – a não ser indiretamente – com o nosso esforço de reconhecer as representações da ditadura na grande imprensa e as possíveis tensões e impasses entre os liberais e os militares. Quando Lacerda vende a *Tribuna*, o jornal continua a ter baixa circulação e perde sua densidade e importância políticas.

Para concluir esse panorama geral da imprensa carioca nos anos 1960, é importante discutir brevemente a trajetória do jornal *O Globo*. Sua tiragem subiu bastante no final dos anos 1950 e nos anos 1960, mas ele só assumiu a liderança do mercado no Rio de Janeiro em meados da década de 1970, beneficiando-se inclusive do processo de concentração empresarial dos meios de comunicação. Assim como o *Correio da Manhã* do pré-golpe, sempre adotou um posicionamento político próximo ao conservadorismo liberal, e manteve-se nessa posição ao longo da ditadura militar – ao contrário do *Correio da Manhã*, *O Globo* seguiu apoiando os militares.

Ele não é objeto de análise nesta pesquisa por ter se consolidado como jornal de referência apenas nos anos 1970. Até então, nas duas décadas anteriores, seu público leitor crescia, mas esse crescimento não correspondia a um aumento significativo da sua influência política. *O Globo* foi durante os anos 1960 o maior vespertino carioca, mas os vespertinos eram considerados jornais de menor impacto.

3 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: A IMPRENSA E OS MILITARES

3.1 A CRISE DE MARÇO DE 1964

Ao observarmos as posturas do *JB* e do *Correio da Manhã* na crise de março de 1964, duas questões se destacam:

a) As reformas modernizantes: como dissemos acima, os dois jornais tiveram posturas diferentes em relação às reformas propostas pelo presidente João Goulart. O *JB* foi mais contundente em sua oposição, e rechaçou de imediato toda e qualquer possibilidade de reforma. O *CM*¹⁸ teve posição mais condescendente e não deixou tão marcada a sua oposição ao projeto de Goulart. No entanto, ambos os jornais deixam clara a sua concepção de reforma, que não é muito divergente. Ela está ligada a um projeto de modernização capitalista. Reformar, nesse caso, significa diminuir os entraves para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na afirmação do editorial do dia 2 de abril de 1964 do *CM*: “Queremos as reformas de base, que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes”.

b) A saída para a *crise*: na segunda quinzena de março, os dois jornais constroem uma leitura da crise à sua maneira, de forma a impor sua solução. Essa crise desdobra-se em várias outras: é uma crise institucional, financeira, econômica, política, social etc., e é sempre considerada de responsabilidade do presidente João Goulart, que teria levado o país ao caos e à instabilidade. Assim, os jornais começam a falar em “resistência democrática” ou “defesa do regime”, conclamando diferentes atores – por vezes indeterminados – à ação. O *JB*, por exemplo, afirma em seu editorial de 29 de março de 1964:

Esta não é a hora dos indiferentes. Principalmente no Exército, que tem poder preventivo¹⁹ capaz de impedir males muito maiores do que aqueles que já nos atingem sob a forma de insegurança pessoal e familiar. [...] Sim; pregamos a

¹⁸ Doravante, assim será abreviado o nome do *Correio da Manhã*, devido à frequência com que será citado. No caso do *Jornal do Brasil*, utilizamos para todo o trabalho a sigla *JB*, pela qual é popularmente conhecido o jornal.

¹⁹ É possível notar nesse trecho do editorial a gênese da memória do “golpe preventivo”, que também irá se difundir a partir de meados dos anos 1990, assim como a tese da corresponsabilidade da esquerda (ver nota 20).

resistência. O JORNAL DO BRASIL quer que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito.

Na edição do dia 15 de março de 1964, o *CM* publica editorial intitulado Equívocos, criticando a participação de João Goulart no célebre comício da Central do Brasil de dois dias antes. O que chama a atenção no texto é o ensaio de interpretação histórica feito pelo jornal: de acordo com o *CM*, João Goulart e Leonel Brizola estariam à direita do espectro político nacional por serem herdeiros políticos de Getúlio Vargas, que apesar de ter subido ao poder por força de uma revolução de cunho liberal (1930), acabou por exercer um “governo discricionário” (1937-1945). O texto compara a postura de Vargas, que fechou o Congresso em 1937 contra “as tradições democráticas da Nação”, e a fala de Brizola, que teria exortado os presentes a defenderem o fechamento do mesmo Congresso caso as reformas não fossem aprovadas.

Assim, o editorial busca estabelecer um campo de referências históricas – é preciso lembrar que o Estado Novo tinha acabado há menos de 20 anos, e a ditadura varguista ainda estava muito presente na memória social – na sua tentativa de desmascarar Jango e Brizola e apontar os equívocos do primeiro.

No mesmo editorial, o *CM* faz uma crítica contundente ao então governador da Guanabara, Carlos Lacerda: o jornal denuncia que este tem, entre os seus auxiliares policiais, “os mais radicais servidores policiais do chamado Estado Novo”. Apesar de seu antigetulismo, diz o jornal, Lacerda pretendia estabelecer uma “ditadura totalitária” nos mesmos moldes da ditadura varguista.

Desde antes do golpe, portanto, notamos no *CM* uma posição bastante crítica tanto ao trabalhismo de Goulart e Brizola quanto ao governo de Lacerda na Guanabara. Como veremos mais à frente, logo no início da ditadura militar a relação do *CM* com Lacerda será um dos pontos de tensão entre o jornal e o regime.

No mesmo dia 15 de março de 1964, o *JB* também adota uma postura bastante crítica em relação a Jango e ao comício da Central do Brasil, mas fazendo emergir os conflitos sociais que estão ocultos ou camuflados no editorial do *CM*: de acordo com o *JB*, o país vinha pedindo a Jango “o fim da complacência para com os inimigos da democracia brasileira”, mas “o Presidente não só reiterou sua posição complacente como defendeu inimigos da democracia, e indo mais longe, **não perdeu oportunidade para atirar o povo contra o comércio e contra os proprietários rurais e urbanos, também brasileiros**” (grifo nosso).

Na cobertura do *CM*, as preocupações parecem ser mais políticas *stricto sensu*, falando do risco de uma ditadura, enquanto o *JB* chega a falar das palavras de Goulart inspiradas por um “**sentido de luta de classes**” (grifo nosso).

Ainda no editorial do *CM* do dia 15 de março, o jornal se declarava favorável às reformas, “uma aspiração de todo o país que sabe o que elas representam para o seu próprio progresso econômico e social”. Nesse caso, a referência às reformas se dá em um sentido modernizante: elas não seriam necessárias para reduzir as desigualdades sociais ou garantir os direitos dos trabalhadores, como poderia afirmar um trabalhista, mas para impulsionar o desenvolvimento do país.

Poucos dias depois, já em 21 de março, o mesmo *CM* fala em “reformas necessárias que a Nação exige para sua estabilidade econômica e social”. A substituição do termo “progresso” pelo termo “estabilidade” não nos parece despropositada. Diante das crescentes tensões políticas, o jornal fala cada vez mais em estabilidade, paz e segurança. Para o jornal, o sentido das reformas parece mudar de caráter aos poucos: primeiro, serviriam ao progresso, mas em seguida foram tornando-se necessárias para apaziguar as tensões políticas e sociais e pôr fim aos radicalismos.

No editorial do dia 17 de março, o *CM* volta a falar das reformas e sua importância para a modernização do país: a reforma agrária tornou-se uma necessidade porque a abertura das grandes estradas colocou duas realidades muito distintas em contato: a das regiões industrializadas e a do interior, com uma grande diferença de “padrões de vida, de direitos, de salários e condições materiais”.

Na mesma época, no editorial do dia 15 de março, o *JB* falava das “reformas **radicais**” (grifo nosso) propostas por Jango e encaminhadas ao Congresso, contrapondo-as às reformas desejadas pela grande maioria: “a elevação constante do padrão de vida, dentro da ordem econômica e social em que vivemos”. Os decretos presidenciais “desfigurariam a ordem econômica e social vigente”, enquanto o necessário era retomar “o fio da grandeza, através das reformas e do desenvolvimento, ou do amparo ao desenvolvimento, porque só este cria riqueza e bem-estar”. Em outro editorial, do dia 20 de março, já com as tensões acirradas, o *JB* afirmava que era preciso exigir do Congresso “as reformas democráticas que proporcionarão progresso, desenvolvimento, melhor distribuição das riquezas geradas pelos que produzem, *dentro da ordem social e econômica vigente*”.

Podemos observar, portanto, que para os dois jornais as reformas têm (ou deveriam ter) um caráter modernizador, como desdobramento do próprio desenvolvimento do país: o país progrediu e abriu novas estradas, e agora essas estradas precisam levar ao interior o padrão de vida das regiões industrializadas. Esse caráter modernizador, no entanto, não se confunde com nenhum tipo de transformação social. No caso do *CM*, reforça essa impressão o fato de que em algumas passagens o jornal abandona o aspecto “social” das reformas, e elas vão se tornando apenas “econômicas”, como no trecho do editorial do dia 31 de março de 1964: “a Nação quer a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica”. Existem diferenças, no entanto. O *JB* faz oposição mais marcada às reformas, chamando-as de radicais, por exemplo, enquanto o *CM* faz apenas algumas ressalvas.

Ao longo dos dias seguintes, o *CM* nota o cenário de acentuada polarização política, mas procura manter-se equidistante das forças políticas em ação: no editorial do dia 17 de março de 1964, o jornal fala em “demagogos da direita” ou “demagogos do gênero Brizola”, no editorial do dia 24 de março de 1964, “golpe de direita” ou “golpe de esquerda”, “golpistas” ou “continuístas”, criticando sempre ambos e afirmando que haverá eleições “em 65, 70 e sempre que a atual Constituição e a lei determinarem” (editorial do dia 17 de março de 1964). O jornal torna-se, segundo seu próprio discurso, o porta-voz dos anseios do povo: tanto o “golpismo” quanto o “continuismo” são fruto da ação política de minorias descoladas da maior parte da população, mas o povo – assim como o jornal – defende a continuidade da vida democrática.

As tensões do *CM* com o governo Goulart, no entanto, acentuam-se a partir do dia 20 de março, quando se noticia a possibilidade do monopólio estatal da importação e distribuição do papel para os jornais. Para o jornal, tal monopólio sufocaria a “crítica livre”, como se lê em sua edição do dia 20 de março de 1964. O editorial também nos permite vislumbrar a autoimagem do jornal, ou as referências que ele próprio faz ao papel da imprensa:

Seria o fim da liberdade da manifestação do pensamento e, fatalmente, o fim de todas as outras liberdades, de todas as instituições livres e da própria democracia. Seria uma forma de sufocar o Congresso e o Poder Judiciário. Seria o fim dos partidos políticos e das garantias constitucionais.

Para além das questões políticas, há um óbvio interesse comercial: monopólio estatal da importação e distribuição do papel pode significar alta nos preços e aumento no custo de

produção, implicando redução da margem de lucro. Como já dissemos, os jornais aproximam os seus projetos ideológicos estratégicos dos seus interesses econômicos mais imediatos.

O apelo do jornal (fim “de todas as instituições livres”, fim “da própria democracia”, “fim dos partidos políticos”) serve para pressionar o governo, mas remete a uma questão aqui já discutida: a pretensão de os jornais ocuparem o lugar das praças públicas na definição do espaço coletivo da política – só haveria política e democracia na imprensa. O jornal procura manter-se como a consciência crítica das instituições representativas e dos Poderes, inclusive definindo agendas e disseminando valores ideológicos.

No *JB*, o adjetivo “radical” vai sendo imputado a quase tudo que está relacionado ao governo Jango. Em 20 de março de 1964, o jornal publica editorial afirmando que é preciso “devolver ao país a paz e a tranquilidade perdidas, retirando a iniciativa dos radicais que cortam todas as pontes de saída democrática”. O jornal começa a construir a ideia de que se a saída da “resistência democrática” for autoritária, a responsabilidade terá sido dos radicais²⁰.

Os dias 31 de março e 1º de abril marcam o auge das críticas do *CM* ao governo João Goulart. Nos dois editoriais de capa que se tornaram célebres, *Basta!* e *Fora!*, o jornal acaba por defender a deposição imediata do presidente. Seus argumentos são fundamentalmente institucionais: o presidente teria desrespeitado o Congresso ao tentar governar por decretos-leis, usurpando as funções do Poder Legislativo; estaria levando adiante uma política continuísta (no que seria uma tentativa de permanecer no poder, sem respeitar a Constituição de 1946 e as eleições de 1965); e teria, por fim, destruído a disciplina nas Forças Armadas.

O *CM* coloca-se a falar em nome da opinião pública e em defesa das instituições: “A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.” Seu editorial do dia 31 de março terminava com um chamado: “Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!”

No dia seguinte, 1º de abril de 1964, na capa, logo acima do editorial *Fora!*, o *CM* publicou o Artigo 83 da Constituição de 1946 (que versava sobre o juramento do presidente de defender e cumprir a Constituição), afirmando que João Goulart “jurou e não cumpriu. Não

²⁰ Ironicamente, essa é a memória que tem vigorado desde meados dos anos 1990, imputando à esquerda a co-responsabilidade do golpe.

é mais presidente da República”. O editorial dessa data fala bastante em insegurança, intranquilidade, desordem, anarquia, crise política, social, militar e financeira, e usa a seu favor o discurso da legalidade: o *CM* defendeu “intransigentemente” a posse de João Goulart em 1961, assim como defendia a Constituição naquele momento – João Goulart não poderia mais governar o país. O próprio jornal parece tentar se defender de possíveis acusações de antitrabalhismo, e seu posicionamento pela deposição de Goulart ganha legitimidade ao ancorar-se na defesa da Constituição: não se trata de uma opinião ou de uma opção política, mas de uma defesa intransigente da legalidade.

O principal argumento contra Goulart é o de que ele gostaria de permanecer no poder a qualquer preço, instaurando para tanto o caos no país, mas o próprio editorial parece ter dificuldades em apontar o não cumprimento da Constituição, que seria a mais sólida das justificativas para a saída do presidente. O efeito da permanência de Jango no cargo presidencial seria o início de uma ditadura, mas há uma passagem reveladora no próprio editorial: o jornal admite ser contra “**a perspectiva** de ditadura” (grifo nosso).

Nesse mesmo editorial do *CM* no dia 1º de abril, reaparece também o jornal que fala em nome do povo, porta-voz da opinião pública: “O povo depois de uma larga experiência reage e reagirá com todas as suas Forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas” ou “A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.”

3.2 AS TENSÕES APÓS O GOLPE

Nos dias imediatamente posteriores ao golpe, o *JB* insistia, em vários dos seus editoriais, no retorno à normalidade democrática. O editorial do dia 4 de abril, por exemplo, começava da seguinte forma:

Nada agora pode ser mais urgente do que a substituição do poder transitório pelo poder constitucional permanente, em sua plenitude e normalidade. Este é um dever sagrado da liderança revolucionária, militar e civil, para com as inspirações legalistas do movimento vitorioso e para com as justas ânsias de tranquilidade do povo.

Logo no dia 2 de abril, em editorial de capa intitulado Vitória, ao mesmo tempo em que comemora o “afastamento do sr. João Goulart” (“a nação saiu vitoriosa”), o *CM* já se diz pronto para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia e a liberdade: “O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita.” Chama a atenção o fato de que o mesmo jornal que apoiou de forma despudorada o golpismo de 31 de março e 1º de abril antevê alguns dos dilemas que virão a seguir. O jornal apostou em uma ação – o golpe em nome da democracia – que continha em si sua contradição de maneira gritante – a gênese de uma ditadura.

Percebe-se que há intranquilidade quanto aos rumos políticos do país. O *JB* reafirma, em sucessivos editoriais do mês de abril, que o golpe foi uma “revolução legalista” e, assim como o *CM*, esforça-se em rechaçar as acusações de que teria sido um “movimento direitista”. A ação dos militares teria sido guiada por um “espírito público desinteressado”. Ao mesmo tempo, o jornal fala que “a revolução não se completou ainda”, o que exigia a manutenção de um estado de atenção para que a “revolução” não fosse derrotada pelos mesquinhos interesses das lideranças civis. Indiretamente, o jornal defendia a permanência dos militares no poder – só assim estaria assegurada a continuidade da “revolução”.

Logo no dia 3 de abril, o *CM* expressa forte descontentamento com a atuação do governador da Guanabara Carlos Lacerda após o golpe. De acordo com o jornal, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara, sob o comando do governador, havia invadido e empastelado o *Última Hora*, além de outras arbitrariedades e violências cometidas pela Polícia da Guanabara – a “Polícia Política” de Lacerda. Para o *CM*, Lacerda estaria desrespeitando a ordem constituída desde o golpe de 1º de abril, visando ao “aniquilamento dos adversários” de sua futura candidatura à presidência. Assumindo que o golpe havia restabelecido a democracia, o jornal afirma: “[Lacerda] reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando **como se estivéssemos em plena ditadura.**” (grifo nosso). Ao defender o *Última Hora*, o *CM* posiciona-se em favor da liberdade de imprensa:

Só uma ilegalidade o DOPS não confessa, nem menciona: a invasão e a destruição do vespertino *Última Hora*. Pode-se discordar – como discordamos – da orientação desse jornal. Mas é um jornal. O ataque a esse como a qualquer jornal é crime contra a liberdade de imprensa. Advertimos todos os jornais da Guanabara e do país: se o crime contra aquele vespertino ficar impune, a liberdade de imprensa no Brasil acabou.

O jornal silencia acerca das perseguições políticas – por exemplo, nos sindicatos e movimentos sociais – e das cassações de mandatos, mas não se furta a criticar os atentados contra a liberdade de imprensa, o que revela um dos alvos da imprensa (em consonância com os liberais): acabar com a política das ruas e com a representação institucional do trabalhismo, sem perder o seu lugar de legítima representante da opinião pública. O *JB* nem sequer se posiciona a respeito do empastelamento do *Última Hora*.

Assim como dissemos acima sobre o *JB*, que defendia a permanência dos militares no poder para que as lideranças civis não colocassem as causas da “revolução” em risco, o *CM* também recorre às Forças Armadas diante dos arbítrios cometidos por Lacerda no governo da Guanabara e Ademar de Barros no governo de São Paulo:

Às Forças Armadas, ainda uma vez, cabe essa tarefa de impedir que o movimento vitorioso desambe para as represálias pessoais ou de grupos. Elas, que deram execução ao movimento, têm agora o dever de preservá-lo contra o processo de degenerescência com que o ameaçam a cupidez política de uns e a vocação ditatorial de outros.²¹

Os dois jornais reiteram sempre o seu compromisso com a democracia e com a legalidade, mas não se furtam a exigir a manutenção dos militares no poder para garantir o sucesso da “revolução”. De acordo com o *CM*, a saída da crise política, instaurada por João Goulart e ainda não resolvida pelo “governo revolucionário”, seria “a formação imediata de um governo federal responsável e com autoridade para governar”. Nos primeiros dias de abril, o jornal mantém o seu apoio aos militares e confia nos rumos políticos do “governo revolucionário”. As tensões aparecem apenas em relação às lideranças civis – notadamente Lacerda – que poderiam se aproveitar desse momento de instabilidade para executar os seus projetos pessoais.

No dia 5 de abril, o *CM* publica editorial intitulado Palavras de um chefe, em que se utiliza de declarações recentes de Castelo Branco para elogiá-lo. Para o jornal, existem “medidas de segurança, compreensíveis porque indispensáveis à consolidação da vitória”, mas em nome dessas medidas “são perpetradas arbitrariedades, atos de vindita, pessoais e de grupos”. É nesse contexto que as Forças Armadas devem exercer o seu papel: “Invocamos, nessa situação, uma força real, viva e nobre, não atingida pela radicalização: é o Exército, são

²¹ Para o debate sobre as Forças Armadas como “poder moderador”, ver Martins Filho (1995 e 2008) e Stepan (1975).

chefes militares como o General Humberto de Alencar Castelo Branco”. Ao elogiar Castelo, general próximo de políticos civis que apoiaram o golpe, esvazia-se o “Comando Supremo da Revolução” em um momento ainda incerto do movimento.

Esse elogio de Castelo Branco pelo jornal ocorre no mesmo momento em que é lançada a candidatura do general à presidência. O *CM* admite que sua eleição é inconstitucional, mas isso não se constitui em um problema, o que desmascara o argumento tantas vezes utilizado pelo próprio jornal de que Goulart teria sido derrubado pelo descumprimento da Constituição. Em notícia, publicada no 5 de abril, o jornal afirma:

Apurou a reportagem que o coordenador da candidatura Castelo Branco junto aos parlamentares será o deputado José Maria Alkimim e a eleição do ex-chefe do Estado-Maior [Castelo Branco], **apesar de constitucionalmente inelegível (art. 139, item I, letra C)**, deverá concretizar-se até a próxima quinta-feira. (grifo nosso)

O recurso de pontuar o artigo da Constituição que estaria sendo descumprido já havia sido utilizado pelo jornal com destaque no dia 1º de abril de 1964 para noticiar a queda de João Goulart. Desta vez, no entanto, foi dado muito menos destaque às questões constitucionais. A Constituição é utilizada pelo jornal de acordo com as suas conveniências: Castelo Branco parecia ter o apoio do *CM* para assumir a presidência.

Ao mesmo tempo em que noticia o processo de escolha do novo presidente, o *JB* estampa em suas capas notícias acerca da repressão e da perseguição política: “O Exército apreende farto material de propaganda subversiva”, “Aparecem as armas da conspiração”, “Asilados são 20 e presos passam 3 mil”, “A Polícia tem encontrado pistolas, granadas e até metralhadoras nas **organizações comuno-sindicais**”, “Afastados os comunistas da Petrobrás” (grifo nosso).

Essas informações aparecem com a frieza das notícias nos jornais: são meros relatos dos repórteres, muitas vezes acompanhados de fotos da ação do Exército – o que aumenta a percepção do leitor de que o jornal é um autêntico retrato da realidade. Com isso, o jornal busca dois objetivos: de um lado, reforça o acerto do golpe de agir em prol da restauração da legalidade, de outro, sustenta a necessidade de continuidade da “revolução” para evitar a retomada do poder por aqueles que estavam trazendo o caos e a desordem para o país.

O *JB* utiliza a herança do governo Goulart, “que mal começa a ser descoberta em todos os seus descabros”, para legitimar o seu forte apoio dado ao General Castelo Branco: “O País quer um Executivo forte, com autoridade, capaz de exercer na plenitude o governo e a

administração”. Essa postura era cobrada inclusive do Congresso, para que não se perdesse em disputas políticas ou levasse o país a rumos indesejados. A eleição de Castelo torna-se imperiosa nas páginas do jornal, para que o país continue no rumo certo.

Para o *JB*, em abril de 1964 não deveria haver no Brasil a preocupação de “convocar todos para darem sua opinião eleitoral”. Para o jornal, é necessário dar ao povo brasileiro o direito de “**trabalhar em paz, de produzir**, de viver a vida normal dos povos organizados” (grifo nosso) até que todos possam ser chamados a dar a sua opinião eleitoral em outubro de 1965. A *democracia* que o jornal tanto defende em suas páginas passa antes pelas garantias da segurança da propriedade e da produção do que pela participação popular.

Quando é editado o Ato Institucional (mais tarde conhecido como AI-1), no dia 9 de abril de 1964, o *JB* dá espaço considerável em sua capa (quase toda a página) para a publicação de seu preâmbulo, no qual os chefes militares escrevem as justificativas de sua edição. O texto do jornal que introduz a publicação do preâmbulo é ele próprio uma justificativa para os leitores:

O Comando da Revolução sustenta que o Ato Institucional se destina a assegurar ao novo Governo a ser instituído os meios necessários à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e o prestígio internacional do País.

Não há qualquer crítica ou questionamento ao AI-1. Pelo contrário: o jornal endossa enfaticamente a versão dos militares, a ponto de dedicar-lhes quase toda a primeira página da edição com uma introdução que reforça esse ponto de vista. Ao atentarmos para o fato de que o AI-1 estabelece as eleições indiretas para presidente, a suspensão por seis meses da Constituição e de todas as garantias constitucionais, a suspensão dos direitos políticos por dez anos e a cassação de mandatos para todos que fizessem oposição ao novo regime visando a estabelecer de fato o poder dos militares, notamos que as posições do *JB* eram efetivamente bem próximas do discurso dos militares. O jornal abre seu editorial intitulado Ato Institucional com a seguinte frase: “Ontem a **Revolução vitoriosa autolimitou-se, através do Ato Institucional** editado pelo seu Comando Supremo” (grifo nosso).

No discurso do jornal, os militares deram mostras de suas boas intenções ao não revogar a Constituição de 1946 (que continuava em vigor, apesar de estar suspensa por seis meses, com eleições indiretas, suspensão dos direitos políticos e cassação dos mandatos) e

estabelecer um prazo para o AI-1: a posse do novo presidente no início de 1966. Assim, estaria garantida a “breve” intervenção dos militares que garantiria a paz desejada ao país.

Ao se defender antecipadamente dos possíveis arbítrios decorrentes do AI-1, o *JB* afirma que “ninguém pode assegurar que os direitos individuais estejam a salvo”, mas nesse ponto é que “os **compromissos implícitos ou subjacentes** da liderança revolucionária se vinculam mais estreitamente à confiança nacional que lhe deu ponto de apoio” (grifo nosso).

Para o jornal, além de confiar nas boas intenções da liderança revolucionária fazia-se necessário compreender que essa justa, mas penosa delimitação de direitos era na verdade consequência dos atos irresponsáveis do governo anterior. Persiste a estratégia de manter o espectro de João Goulart e seus aliados políticos rondando a nação, de tal forma que se justifiquem os arbítrios do governo que subiu ao poder no início de 1964.

O AI-1 é um ponto de inflexão para o *CM*: “a nação passou a ser tutelada pelos militares”, o que desagradou ao jornal. Outra divergência do *CM* em relação ao AI-1 refere-se ao fim das garantias individuais, mas o jornal se mantém firme na defesa da continuidade da “revolução”: “Não somos dos que entendem que o movimento vitorioso deve deter a marcha. O esquema de Poder montado pelo Sr. João Goulart e seus assecclas, comunistas ou não, deve ser destruído. Mas sem a abolição prática das garantias individuais, sem a ab-rogação do direito de defesa.” Assim, mais uma vez, repete-se o discurso em defesa das garantias individuais, porém nada se fala das cassações e perseguições políticas, das perseguições aos sindicatos e aos trabalhadores, dos asilados políticos, temas que vinham sendo noticiados sem grande destaque.

As divergências apontam para duas questões centrais: a tutela do corpo político pelos militares e a ameaça às liberdades e garantias individuais. O Congresso, por exemplo, é chamado de “mera assembléia consultiva da Junta Militar”. Chama a atenção o fato de que o próprio jornal, que até a edição do AI-1 vinha se manifestando favorável à “revolução”, tenha mudado o seu ponto de vista tão rapidamente:

Desde o dia em que ruiu, ao primeiro piparote, o castelo de cartas do Sr. João Goulart e da camarilha de pelegos, comunistas e aproveitadores de todos os matizes que o endeusava, não surgiu uma palavra de orientação, uma frase, um conceito sobre os problemas básicos que amarguram e agoniam o povo deste País. Substituí-as o frenético silvo das sirenas de camionetas policiais.

Ao mesmo tempo, o jornal afirma depositar as suas esperanças na eleição de Castelo Branco, o mesmo que vinha sendo duramente criticado (junto com os outros militares que compunham a Junta Militar) pela edição do AI-1. Em primeiro lugar, o *CM* chama Castelo Branco de “presidente eleito”, mesmo que sua eleição tenha ocorrido em um “Congresso mutilado”, “mera assembléia consultiva”, denúncias feitas pelo próprio jornal. Em segundo lugar, Castelo “representa agora a oportunidade e a esperança de que o movimento retifique seu rumo e marche para a conquista dos objetivos que motivaram sua deflagração”. A posição aparentemente ambígua do jornal pode ser explicada pelo seu projeto, ou se quisermos, pelas aparentes ambiguidades do projeto liberal e pelo recurso ao “autoritarismo de crise”, nas palavras de Saes (1985, p. 153), que assim o descreve: “a interrupção do processo de ascensão política das classes populares não se completaria senão através da militarização transitória do aparelho de Estado”.

Na tradição liberal-oligárquica, não era possível aceitar a democratização da sociedade brasileira: a ampliação dos direitos políticos e a inserção das camadas populares na cena política nacional provocava ojeriza nos liberais. Desde os anos 1930, o liberalismo oligárquico buscava retomar o poder.

A derrubada de Getúlio Vargas pelos militares em outubro de 1945 e a convocação de eleições para dois meses depois foi ao encontro dos seus interesses, e a intervenção militar que retirou Vargas do poder e em seguida restabeleceu a democracia se tornou paradigmática, pois tratou-se de uma intervenção militar temporária saneadora, ou do recurso ao autoritarismo de crise.

Em um momento de crise, os liberais aceitavam de bom grado uma saída autoritária que recolocasse a democracia, garantindo os direitos individuais e a segurança da propriedade sem necessariamente manter os direitos sociais, já que – na lógica liberal – eles limitam a propriedade e os direitos individuais. Foi nessa experiência que muitos liberais se inspiraram quando conspiraram pelo golpe de 1964, acreditando que, assim como em 1945, excluído o trabalhismo da cena política em seguida seriam convocadas novas eleições.

Com a candidatura de Eduardo Gomes, seria possível pôr fim aos direitos sociais estabelecidos por Vargas. O candidato da UDN largou como favorito, mas o apoio de Vargas a seu ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra foi determinante para o resultado das eleições. Assim, frustrou-se a expectativa dos liberais de retornar ao poder. Mais do que isso: eles deram-se conta do impacto da extensão dos direitos políticos e sociais à classe

trabalhadora – as eleições de 1945 marcam a construção da política de massas por Vargas. As eleições não funcionavam mais como na República Velha: arranjos políticos oligárquicos não seriam mais capazes de determinar os rumos políticos do país.

Para regozijo da UDN, no entanto, o governo Dutra revelou-se distante de Vargas e do trabalhismo, e acabou marcado por uma postura autoritária, moralmente conservadora e economicamente liberal. Em 1950, Eduardo Gomes recolocou a sua candidatura pela UDN e foi novamente derrotado, desta vez por Getúlio Vargas, que voltava à presidência pelo voto popular. Não é por acaso que o *CM* apoiou Eduardo Gomes nas duas eleições e fez oposição ferrenha a Vargas em seu mandato como presidente eleito (1950-1954).

A crise política de 1954/1955 também estava ligada a esse impasse, e a forte reação das camadas populares ao suicídio de Vargas adiou o retorno da tradição liberal-oligárquica ao poder. Além disso, o golpe efetivado pelo general Henrique Lott em novembro de 1955, que precedeu a posse de Juscelino Kubitschek, tornou ainda mais forte a crença dos liberais na intervenção saneadora dos militares seguida pelo restabelecimento da democracia, como em 1945. Em 1961, a presidência de Jânio Quadros foi um fracasso para a UDN. O fim precipitado de seu governo fez com que os mesmos dilemas se recolocassem. Como agir diante da ascensão de um presidente nacional-reformista, herdeiro do trabalhismo de Vargas?

O espectro da conspiração golpista continuava rondando o cenário político nacional, assim como em 1954/1955. Mas foi apenas em 1964, diante de uma crescente polarização política, da mobilização dos trabalhadores organizados e das propostas de reforma agrária e ampliação dos direitos políticos para analfabetos e militares de baixa patente que o golpe se efetivou.

Fazendo emergir sua tradição liberal-oligárquica, parece-nos coerente que o *CM* tenha feito duras críticas ao governo trabalhista de João Goulart e tenha exigido intervenções que o derrubassem, assim como tenha questionado o AI-1. O problema não era o golpe, mas o regime²².

O AI-1 constitui-se em um importante marco na análise dos dois jornais, pois separa suas trajetórias. Para o *CM*, a aposta na militarização temporária do aparelho de Estado começa a mostrar-se arriscada: a desejada intervenção militar saneadora parecia não seguir os

²² Diferentemente do que afirma Adriano Codato (2004) em seu texto O golpe de 1964 e o regime de 1968, consideramos que o *regime militar* efetiva-se já em 1964.

mesmos rumos do golpe de 1945. Enquanto isso, o *JB* privilegia o diálogo com o governo na tentativa de pressionar a elite política civil e militar pela normalização democrática.

A eleição de Castelo Branco, ocorrida no dia 11 de abril de 1964, entra para as páginas do *JB* como um marco do dia em que a “Revolução” curvou-se ao ritual democrático, “num gesto de respeito e sintomático de sua obediência aos fins que a geraram na fonte”, não importando as cassações e perseguições políticas que já vinham ocorrendo. Descortina-se um dos mecanismos de legitimação da ditadura militar no Brasil: o recurso à defesa da democracia e dos valores democráticos, ao menos como paradigma norteador da ação dos militares. Prova disso seriam exatamente o mandato presidencial com tempo determinado e as eleições presidenciais, mesmo que com o Congresso sob permanente ameaça.

Esse apoio entusiasmado do *JB* aos militares tem também os seus pontos de tensão, que vão aparecendo ao longo do mês de abril. Uma das tensões mais reveladoras pode ser notada no editorial do *JB* do dia 17 de abril:

O AI está sendo desrespeitado por muitos daqueles que agem ou falam em nome do movimento 31 de março. O AI não suspende as garantias individuais, mas o que se vê na prática é a impraticabilidade da defesa dessas garantias, quando ameaçadas por atos de prepotência, de arbítrio ou de simples perseguição policial. [...] Ora, não é aceitável que a própria ordem revolucionária viole as regras do jogo por ela estabelecidas.

Enquanto o *JB* silencia acerca das perseguições políticas ou das cassações dos mandatos e defende o AI-1 e a eleição indireta de Castelo, decide se manifestar, já na segunda quinzena de abril, contra o arbítrio que atinge as garantias individuais.

Para o *JB*, as questões políticas e sociais parecem ser de menor importância. Há que se proteger os direitos individuais de cada cidadão diante dos arbítrios do Estado. O problema, assim, não era o golpe antidemocrático ou a derrubada de um presidente constitucional. O problema era o arbítrio *excessivo* do Estado, que fere as liberdades individuais. Essa percepção já em abril de 1964 nos dá indícios das questões que encontraremos ao nos depararmos com a reação do *JB* ao AI-5, em dezembro de 1968, e reforça o que dissemos na Introdução deste trabalho acerca do lugar social do qual falam esses jornais. O *JB*, no entanto, ao contrário do *CM*, precisará de mais tempo para fazer críticas substantivas aos militares.

3.3 A CASSAÇÃO DE JUSCELINO KUBITSCHKE

O AI-1 havia estabelecido em seu Artigo 10 que, empossado o presidente da República, ele teria 60 dias para realizar a suspensão dos direitos políticos por dez anos e a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Castelo Branco assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, o que lhe daria a possibilidade de suspender direitos políticos e cassar mandatos até meados de junho de 1964.

Pouco mais de uma semana antes do final desse prazo²³, os militares elaboraram uma lista com mais de 500 cassações, sendo a de Juscelino Kubitschek a de maior destaque – a ponto de ter sido a única anunciada pelos próprios militares no dia 8 de junho, enquanto todas as outras foram anunciadas posteriormente. As justificativas utilizadas para a cassação de Juscelino pelos militares foram duas: a corrupção e o envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De acordo com a notícia publicada no *JB* na capa da edição do dia 9 de junho de 1964,

as autoridades militares encarregadas do inquérito sobre a administração do Sr. Juscelino Kubitschek, como prefeito de Belo Horizonte e como presidente da República, reuniram um grande número de provas, em que figuram acordos, à base de dinheiro – inclusive um pagamento em dólares – com os comunistas.

Na página 4 do mesmo jornal, uma reportagem enumera os diversos escândalos nos quais teria se envolvido Juscelino Kubitschek, de acordo com as investigações do Inquérito Policial Militar que fundamentou a decisão de cassá-lo. O tipo de denúncia varia bastante: da não repressão aos comunistas e a promessa de retirá-los da ilegalidade durante o período em que ocupou a presidência ao seu baixo comparecimento ao Senado já como senador pelo estado de Goiás, passando por várias acusações de corrupção.

Diante da comoção provocada pela decisão dos militares e narrada pelo próprio jornal, a reportagem parece buscar legitimar aos olhos do público a cassação do ex-presidente. A ditadura estaria cumprindo um dos seus desígnios: o de moralizar o país e restabelecer a ordem, combatendo a corrupção desenfreada que assolava a nação. Isso significava inclusive

²³ Apesar de prosseguir com todo tipo de perseguição política após junho de 1964, a ditadura fazia questão de marcar a “legalidade” dos seus atos. Neste caso, era importante cumprir o prazo para cassação e suspensão dos direitos políticos estabelecido pelo AI-1.

tirar de cena parte dos civis que até então compunham a elite política do país. A cassação de Juscelino Kubitschek foi comemorada com entusiasmo pelos lacerdistas, visto que Carlos Lacerda era um dos grandes adversários políticos do ex-presidente e tinha no combate à corrupção e na luta pela moralização da política duas das suas principais bandeiras. Além disso, eram grandes as chances de Juscelino se candidatar à presidência em 1966, e a sua cassação poderia facilitar o caminho de Lacerda mais a frente, já que ele também nutria planos para a eleição de 1966.

Ao comentar a cassação de Juscelino em seu editorial do dia 9 de junho de 1964, o *JB* critica na sociedade brasileira a sua “falta de memória”: diante das reações adversas à cassação de Juscelino Kubitschek, o jornal lembra que “o Brasil esteve à beira de uma guerra civil”, e que os políticos que reclamam da cassação “não tiveram coragem de reagir ao despotismo da anarquia sindical-palaciana” – “A Revolução de 31 de março foi feita com risco e coragem. Ela veio pôr côbro a uma situação de graves perigos para a segurança nacional, que não encontrou salvaguarda na classe política responsável pelo destino do País.” Assim, aos que questionam as ações dos militares o jornal faz questão de criticá-los por sua inação na época do governo Jango. Para o *JB*, as cassações seriam consequência da radical crise política vivida pelo país poucos meses antes.

O discurso da segurança nacional, constantemente utilizado pela ditadura para embasar seu autoritarismo, é assumido pelo *JB* na defesa intransigente da cassação de Juscelino, inclusive no que diz respeito à corrupção como ameaça à ordem e à obra de reconstrução moral do país:

A Revolução nos salvou. E por isso temos que aceitar o preço de sua execução, da limpeza que procede indo às raízes do mal para impedir a volta a um estilo de governar irresponsável e corrupto, e em virtude disso invertebrado diante dos riscos subversivos contra a segurança nacional. Porque a corrupção também fere a segurança nacional.

Bastante preocupado com as reações negativas à cassação de Juscelino Kubitschek, o jornal busca mais elementos para convencer o seu leitor – possivelmente sensibilizado pela tentativa de exclusão do ex-presidente da cena política – da adequação da medida tomada pelos militares. O *JB* tenta trazer o leitor ao “realismo político”, sem que ele se deixe comover “pelo aspecto humano da questão”. Para trazê-lo de volta ao “realismo político” e evitar

comoção, o próprio jornal recorre à emoção, falando diretamente para a classe média e apelando para um sentimento que ronda o empresário e o chefe de família – o medo:

Qual o empresário que de olhos voltados para dois meses e meio atrás não se recorda de ter tido **sua fábrica sob ameaça** da imposição não justificada de grupos sindicais protegidos do Poder? Qual o chefe de família que, de olhos voltados para dois meses atrás, não recorda **as noites insones, sob os temores de greves sucessivas** [...], todas com motivação política, verdadeiros exercícios para a tomada do Poder, prova de força que visavam enfraquecer as Forças Armadas? E quem ousaria negar os **momentos de quase pânico** vividos pelo País sob o governo dos Jangos e dos Juremas [...] (grifos nossos)

O *JB* conclui o seu editorial defendendo uma decisão que “tem a ver com o destino do regime democrático”, afirmando que “a Revolução tem o dever de agir com realismo, para não se perder”. O “realismo” cobrado pelo jornal se confunde com o autoritarismo dos militares. O *JB* recrimina qualquer “sentido humanístico” decorrente das decisões da ditadura e privilegia o ponto de vista da *realpolitik*, exigindo dureza dos apoiadores da “Revolução”. Nada de idealismo: o sucesso da “Revolução” reside na capacidade que ela tem de se impor.

O *CM* teve reação absolutamente diversa à cassação de Juscelino. O jornal fala de “um atentado que atinge toda a estrutura democrática do país” e do “domínio da força e do arbítrio”, mas ainda vacila ao falar do fim da democracia. Por um lado, trata-se apenas de uma ameaça – “A democracia está ameaçada de desaparecer completamente do cenário nacional” – ou de um caminho provável, mas ainda indefinido – “o País parece caminhar no rumo de uma ditadura militar”. Ao mesmo tempo, o jornal afirma que a cassação de mandatos e de direitos políticos é “estabelecer a ditadura [...] dos incompetentes que contam apenas com a brutalidade das armas”. No momento de construção da ordem autoritária, o *CM* prefere vislumbrar uma disputa política – ou o poder em disputa. Parece uma tentativa de garantir um “rumo democrático” para a “Revolução”.

Essa mesma ambiguidade aparece no tratamento dado aos militares pelo *CM* no editorial que discute a cassação de Juscelino Kubitschek. Sobre Castelo Branco, o jornal afirma que é “um presidente que cede à pressão de uma ala de seu governo”. Para o jornal, o primeiro presidente militar era um democrata, mas era também fraco politicamente, sujeito às más influências do “radicalismo da direita”.

É assim que a cassação de Juscelino é tomada como um problema maior para Castelo Branco, e não para o ex-presidente cassado: “O povo está alerta com a derrota sofrida pelo marechal Castelo Branco, derrota que é muito mais dele do que do Sr. Juscelino Kubitschek.”

O tom do jornal em relação a Castelo Branco irá mudar significativamente com a Lei de Imprensa, como veremos mais à frente. De qualquer forma, estava em curso a gestação de um olhar condescendente com o primeiro presidente militar. O fato de ele ser considerado fraco politicamente, sujeito às pressões da “linha dura”, fez com que fosse tomado como um militar com legítimas aspirações democráticas, levado pelas circunstâncias para o ciclo autoritário que se iniciava. Era preciso fortalecer o presidente contra a “linha dura”, era preciso estimulá-lo a se impor.

Com a cassação de Juscelino Kubitschek, abre-se espaço para a constituição de uma memória liberal acerca do ex-presidente. Como muitos outros (ou quase todos, de acordo com a perspectiva liberal), Juscelino teria apoiado o golpe de abril de 1964 e a eleição de Castelo Branco (como senador por Goiás, ele votou em Castelo), mas teria sido traído em seus “ideais democráticos” logo em seguida pelos militares. Nesse sentido, sua trajetória lembra um pouco a própria trajetória do *CM*: do apoio enfático ao golpe ao afastamento dos militares, resultando em sua cassação. No caso de Juscelino, há um agravante: seu projeto político pessoal de voltar à presidência influenciou sua decisão de apoiar os militares, sendo determinante para a sua cassação.

Sua cassação em 1964, o cerco dos militares à Frente Ampla em 1967/1968, e a morte cercada de suspeitas em 1976 transformaram Juscelino Kubitschek em uma espécie de “mártir liberal” da ditadura, pois ele não teve envolvimento com os trabalhistas e com a esquerda, apoiou veladamente o golpe, votou em Castelo Branco e mesmo assim foi cassado e impedido pelos militares de retornar à cena pública na defesa da democracia.

3.4 O ESTATUTO DA TERRA E A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA

O mês de outubro de 1964 foi rico em discussões acerca do Estatuto da Terra, entregue à discussão pública por Castelo Branco no começo do mês. Ao contrário do que ocorria desde o início de abril, em que o *CM* e o *JB* diferenciavam-se em suas posições relativas à ditadura, os dois jornais tiveram pontos de vista bastante semelhantes: ambos defenderam

enfaticamente a proposta de Estatuto elaborada pelo regime militar²⁴. Em editorial do dia 7 de outubro, o *CM* afirmou: “Temos a grata satisfação de finalmente encontrar motivo para aplaudir uma iniciativa do presidente Castelo Branco”.

Para os dois jornais, o Estatuto da Terra tinha como objetivo central modernizar o campo brasileiro e incentivar o aumento da produtividade agrícola – o que ia ao encontro da expectativa de ambos no sentido da realização de reformas com caráter modernizador, voltadas para o desenvolvimento e progresso do país, de maneira a colocar o Brasil no rol de países desenvolvidos. O apoio às reformas modernizadoras, que os jornais procuravam diferenciar das “reformas de base” propostas por João Goulart – como vimos no início do capítulo ao falarmos da crise de março de 1964 –, reapareceu com força na defesa do Estatuto da Terra. O *JB* diferenciava a ação política de Castelo Branco, fundada no “critério econômico-social da *produtividade*”, da ação política de Jango, fundada no “critério político-social do *distributivismo*”.

Para o *CM*, o Estatuto condicionava o uso da terra à sua função social: era preciso garantir o seu uso para a produção e para as atividades econômicas. Se a motivação dos militares era elevar a produtividade da terra, o *JB* diferenciava o *fazendeiro* do *proprietário de terra*:

O fazendeiro é o proprietário do campo, exerce função econômico-social e explora economicamente a terra; o proprietário da terra é o alugador de um bem subestimado para fins do fisco, e sobrestimado para fins de venda, ou simples especulador de título de propriedade; não exerce diretamente função econômica.

Diante das controvérsias provocadas pela proposta do regime, o *JB* enfatizava o caráter modernizador do Estatuto, em trecho de editorial de 12 de outubro de 1964:

A legitimidade da reação dos verdadeiros fazendeiros, enquanto não esclarecidos quanto à verdadeira natureza do projeto, não deve ser confundida com a reação ilegítima dos proprietários de terra que, além das razões econômicas condenáveis, defendem o *status* agrário porque a *grande propriedade rural* se constitui em fator de prestígio pessoal para eles, de poder oligárquico-feudal para suas famílias, poder que mantém regiões inteiras do Brasil ainda em estilo de vida colonial.

A proposta sofreu forte resistência da UDN, e tanto o *JB* quanto o *CM* identificaram parte dessa resistência às lembranças da reforma agrária de João Goulart e ao medo que ela

²⁴ Os setores mais ligados à oligarquia rural combateram o Estatuto da Terra. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, ligado aos grandes proprietários de terra de São Paulo, manifestou profundo incômodo com a proposta.

provocara entre os defensores da propriedade privada, como mostra o editorial do *JB* de 12 de outubro de 1964: “Muito há a fazer, quando o Brasil democrático voltar a ter confiança em si mesmo, quando os pavores suscitados pela anarquia janguista forem vencidos para permitir um rápido avanço para o Brasil modernizado e feliz”.

Para o *CM*, a resistência dos grandes proprietários de terras ao Estatuto da Terra era comparável à resistência dos proprietários de escravos à abolição da escravidão no final do século XIX, que também teria tido um sentido modernizador: não havia ameaça de “desagregação, pânico e esmagamento da agricultura” em 1964, assim como não tinha havido essa ameaça cem anos antes, apesar dos apelos comuns – com um século de diferença – de proprietários de escravos e de terras.

Ao falar da oposição dos grandes proprietários, o jornal citou, nessa mesma edição, o presidente da Federação das Associações Rurais de Minas Gerais, que dizia que “caso o Congresso Nacional aprove o Estatuto da Terra, conforme o projeto original do ministro Roberto Campos, os ruralistas de Minas serão obrigados a pegar em armas para defender as suas propriedades contra a comunização completa do país”.

Obviamente, tratava-se apenas de um recurso retórico dos grandes proprietários. O então ministro do Planejamento no governo Castelo Branco, Roberto Campos, foi um dos mais importantes pensadores liberais do Brasil, e sua proposta em relação à questão da terra nada tinha de “comunista”. Os impasses em torno desse estatuto opunham uma perspectiva modernizante, defendida pelo regime militar e pelos jornais, a uma perspectiva conservadora, defendida pelos grandes proprietários e pela UDN.

Para Roberto Campos, a proposta do Estatuto da Terra tinha como base três instrumentos: tributação progressiva da propriedade, de acordo com seu tamanho e produtividade; desapropriação com direito a indenização, no caso de terras improdutivas; e colonização de terras ociosas. O próprio ministro do Planejamento traz à tona a diferenciação entre o *fazendeiro* e o *proprietário de terras*: “[precisamos diferenciar] o fazendeiro, que o Estatuto da Terra protege, e o dono da terra, que o Estado precisa expungir, pela pressão tributária se preciso, pela desapropriação se necessário.”

Com o passar do tempo, diante dos impasses criados pela UDN, os jornais acentuaram a crítica ao partido conservador. O *CM* cobrava de Castelo Branco o “caráter reformista” de seu governo, defendido nos discursos do presidente. Estava muito presente a ideia de um país

que precisava de reformas para avançar, mas que se mantinha com um pé no passado enquanto não desatravancasse o seu desenvolvimento capitalista.

Os jornais denunciavam a todo momento o oportunismo e os interesses particulares daqueles que faziam oposição ao Estatuto da Terra, que não corresponderiam aos “interesses públicos” defendidos pelos próprios jornais²⁵. O *CM*, tantas vezes contraditório na questão constitucional desde o golpe de abril, fez questão de denunciar as contradições nos discursos de Bilac Pinto, um dos líderes da UDN: segundo o jornal, ele rejeitava o Estatuto da Terra “para não tocar na Constituição”, depois de ter admitido os ‘retoques’ no capítulo da inelegibilidade e no das garantias individuais”.

Em editorial do dia 16 de outubro, ao falar sobre a necessidade de aprovação do Estatuto da Terra, o *CM* revela seu ponto de vista sobre Castelo Branco e a UDN: “O presidente terá de separar os destinos de seu governo do destino melancólico que espera a UDN.” Se na questão da cassação de Juscelino Kubitschek o problema com Castelo era a “linha dura” que o influenciava, na questão do Estatuto da Terra o problema era a UDN, que emperrava a realização das reformas modernizantes para o país. Mesmo carregado de críticas ao regime militar que se impusera desde 1º de abril, o *CM* seguia confiando na ditadura – que, de acordo com o jornal, dependendo dos rumos tomados ainda poderia colocar o país no caminho certo.

Em 20 de outubro de 1964, Castelo Branco enviou ao Congresso o texto do Estatuto da Terra para exame e discussão na forma da lei. No entanto o texto divulgado no começo do mês para debate público era muito diferente do projeto enviado para aprovação no Congresso, o que para os jornais mostrava novamente as fraquezas do governo Castelo Branco.

A principal alteração dizia respeito à descentralização do aspecto fiscal da reforma agrária proposta pelo governo, posto que o instrumento de tributação progressiva ficaria a cargo dos governos estaduais, como vemos no editorial do *JB* de 21 de outubro de 1964:

Pois o problema da estrutura agrária é de natureza eminentemente política, dependendo, em consequência, sua efetivação da *vontade* de fazê-la. Se aos Estados competirá a decretação dos tributos, aos governadores caberá executar, com maior

²⁵ Os jornais atuam como “educadores” da elite que pretendiam representar, e não apenas como tradutores do seu pensamento. Segundo Capelato (1986, p. 77), “quando a imprensa se definia como expressão da opinião pública, seu discurso era moralizador e se centrava na crítica aos erros praticados pelos governantes; quando se dirigia ao ‘povo’, enfatizava o espírito de ordem e o respeito aos princípios fundamentais da organização social. Neste último aspecto, evidencia-se o objetivo de ‘formar a opinião pública’, tarefa que tinha um conteúdo nitidamente educador”.

ou menor zelo fiscal, a política de reforma agrária pelo tributo. O êxito da reforma dependerá, por isso, da vontade fiscal reformista de cada governador.

Em sua queda de braço com as elites regionais instaladas no Congresso, os militares não conseguiram impor o seu projeto de modernização do campo. O *JB* chegou a falar do retorno ao “velho federalismo” e à “política dos governadores”, fazendo referência à República Oligárquica do início do século.

O *CM* ironizou a derrota simbólica dos militares diante da necessidade de negociação com os grandes proprietários no Congresso, como pode-se ver no trecho abaixo:

Ignorando, ingenuamente, o que se preparava [a negociação do texto do Estatuto da Terra com a UDN], o ministro general Costa e Silva disse, há poucos dias, que a reforma agrária será mesmo feita, “contra os reacionários, para dignificar o homem do campo”. Agora, a pseudo-reforma poderá ser feita, mas não dignificará o governo do marechal Castelo Branco.

Com todo o seu ímpeto modernizante e sua oposição aos setores mais conservadores da UDN, os dois jornais contribuíam para a construção de um discurso a favor da diminuição do poder do Congresso e da centralização do poder nas mãos dos militares. Para os jornais, apenas a força das armas e o poder de imposição dos militares seriam capazes de vencer os interesses das elites regionais conservadoras representadas no Congresso – seu espaço de negociação com o poder central por excelência.

Os trabalhistas já tinham sido derrotados. Agora era preciso afastar os conservadores do caminho, e o discurso modernizador dos liberais era um importante ponto de apoio dos militares nesse processo. Se os conservadores da UDN foram fundamentais para a derrubada de Jango em abril, em alguns aspectos – principalmente em relação à questão da terra e da propriedade – eles impuseram barreiras à modernização capitalista proposta pelos militares e defendida pelos liberais.

Mesmo com trajetórias e perfis distintos, os dois jornais se aproximaram no contexto da discussão sobre o Estatuto da Terra. De um lado, o liberalismo mais ideológico do *CM*, de outro, o liberalismo mais pragmático do *JB*, em seu entrecruzamento a defesa intransigente da modernização capitalista, em ambos os casos sem manifestar preocupações com os direitos sociais.

4 A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM AUTORITÁRIA: DO ATO INSTITUCIONAL Nº 2 (AI-2) À ELEIÇÃO DE COSTA E SILVA

4.1 O AI-2

De acordo com o calendário eleitoral previsto pela Constituição de 1946, em outubro de 1965 ocorreriam eleições para o governo estadual em 11 estados da federação. Em meio à ditadura militar, no entanto, as eleições tinham “caráter plebiscitário”:

Forçado a promover eleições periódicas, dada sua necessidade de legitimação, [o Estado de Segurança Nacional] se vê entretanto dividido por pressões dos setores de linha-dura no sentido de não permitir que a oposição conquiste qualquer grau efetivo de poder político de Estado. As eleições transformaram-se assim em movimentos de crise, de conflito interno do Estado, momentos em que grupos de oposição aglutinam-se e manifestam sua discordância política votando contra o governo. (ALVES, 2005, p. 98)

Em 1965, existia uma expectativa de liberalização do regime e retorno à normalidade, depois da “eliminação de atores políticos ligados ao populismo e a posições de esquerda em geral” (CODATO, 2004, p. 14), uma forte marca de 1964. Os descontentamentos com a política econômica do governo, que havia gerado recessão e arrocho salarial, e a própria tentativa de reorganização de setores da oposição diante da repressão, apontavam para uma possível derrota do governo nas eleições estaduais de outubro.

No governo, havia internamente uma pressão para o cancelamento das eleições e pela continuação dos poderes extraordinários outorgados no Ato Institucional de abril de 1964. Algumas candidaturas da oposição eram consideradas inaceitáveis pelos militares, e o governo fez uso de diversas manobras para barrá-las antes de chegarem às urnas – entre elas, a Lei das Inelegibilidades.

Entretanto a própria ação do governo Castelo Branco que visava garantir que as eleições ocorressem sob seu controle minava a legitimidade que ele pretendia conquistar com as eleições. O retorno à normalidade democrática, justificativa original para a intervenção militar de 1964, entrava em contradição constante com a prática limitadora da ditadura. Tal

contradição foi largamente utilizada pela oposição, que denunciava a tutela militar sobre as eleições e ganhava apoio com isso.

A oposição saiu vitoriosa das eleições nos quatro estados mais importantes em que ocorreu o pleito: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. A eleição de Israel Pinheiro em Minas Gerais e Negrão de Lima na Guanabara foram especialmente incômodas para o governo, entre outras coisas devido ao fato de que ambos eram ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Diante das pressões de setores militares para que interviesse nos dois estados cancelando o resultado das eleições, Castelo Branco encontrou uma saída intermediária: retirou dos governadores o controle sobre a área da segurança pública, que passou a ser controlada diretamente pelo Exército.

Mesmo com essa medida, o avanço da oposição em estados considerados fundamentais para a ditadura militar levou Castelo Branco a baixar por decreto o AI-2. Em sua justificativa, o governo afirmava que “o movimento civil-militar que tomou o poder em 1964 era uma ‘autêntica revolução’ que ‘representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte’” (ALVES, 2005, p. 110).

O “inimigo interno”, razão de ser do primeiro e do segundo Ato Institucional, passa a incluir não apenas os políticos trabalhistas, trabalhadores organizados em sindicatos e forças de esquerda em geral, mas também todos que “desafiavam a própria ordem revolucionária” (ALVES, 2005, p. 110) – ou seja, toda a oposição à ditadura.

O AI-2 ficou marcado por sua intervenção no Poder Judiciário, pelo fim do pluripartidarismo e pelo estabelecimento de eleições indiretas. Dessa forma, teve fim em outubro de 1965 o primeiro ciclo de liberalização²⁶ da ditadura. Mais do que isso: o AI-2 fortaleceu o aparato repressivo e permitiu aos militares dar prosseguimento ao desmonte da estrutura política pré-1964: “o fim dos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição [...], a busca da segurança absoluta tornou-se incompatível com o retorno à legalidade” (ALVES, 2005, p. 116).

Em seus editoriais ao longo de outubro de 1965, entre as eleições e o AI-2, o *JB*²⁷ sustentou o ponto de vista do governo, corroborando a visão que levaria ao segundo Ato

²⁶ A proposta de liberalização dizia respeito apenas aos setores de elite da oposição, enquanto os trabalhadores e as forças de esquerda continuaram a sofrer violenta repressão do Estado.

²⁷ Em relação ao mês de outubro de 1965, não encontramos em nenhum dos acervos visitados (Biblioteca Nacional, Arquivo Edgard Leuenroth e Arquivo Público do Estado de São Paulo) as edições do *CM*. Como, no entanto, o episódio do AI-2 é significativo para nossa análise, optamos pela manutenção do tópico no capítulo.

Institucional. No editorial do dia 1º de outubro, por exemplo, intitulado Opção Democrática, o jornal afirma que

a campanha eleitoral da Guanabara chega ao fim com a perfeita caracterização ideológica da ação realizada pelos comunistas. A oposição foi claramente manipulada pelas técnicas que permitem identificar a matriz ideológica nas concepções táticas usadas. São todas elas velhas conhecidas da opinião pública. A intenção de tumultuar o ambiente eleitoral comandou a preocupação de oferecer nomes para serem vetados, previamente dados como inaceitáveis dentro das regras estabelecidas legalmente pelo governo.

De uma só vez, o jornal aponta para a manipulação da oposição pelos comunistas – o que deslegitima as críticas da oposição ao governo, por considerá-las fruto da ação do “inimigo interno” – e elogia as manobras do governo que tentava controlar as eleições, ao chamá-las de “regras estabelecidas legalmente”.

Mais à frente, no mesmo editorial, o jornal afirma que “a campanha eleitoral serviu, pois, de mero pretexto para a palavra de ordem decidida a impedir a consolidação democrática” – que estaria sendo levada em frente pelo governo. Em outro trecho, o *JB* pondera que

é lícito esperar [...] que o povo consciente da Guanabara saberá, mais uma vez, repelir a infiltração comunista que usa como biombo uma candidatura do PSD. [...] O regime democrático, salvo pelas Forças Armadas com o amplo apoio popular, só se aperfeiçoa através das eleições.

Cabe notar que, desde o início de outubro, percebe-se nas brechas do texto a construção do caminho que levará ao AI-2: se o povo não repelir a infiltração comunista pelo voto, caberá novamente às Forças Armadas salvar o regime democrático.

A ameaça paira no ar: “O carioca tem a seu alcance a arma do cidadão, que é o voto, para fortalecer o regime e banir os riscos contra os quais já uma vez tivemos que pegar em armas.” O jornal parece afirmar que se isso já ocorreu uma vez, pode voltar a ocorrer quando necessário.

No dia das eleições (domingo, 3 de outubro de 1965), o *JB* defendeu em editorial o voto no governo:

o eleitor carioca, liberto de qualquer preconceito, não pode negar que o seu sentimento democrático se identifica, essencialmente, com as diretrizes de um governo que, emanado de um movimento revolucionário, tudo fez e tudo tem feito para não faltar com o respeito sincero e leal pelas instituições.

A argumentação do jornal é clara: os anseios democráticos dos eleitores vão ao encontro das diretrizes do governo, comprometido com o respeito às instituições. Na edição seguinte à eleição (terça-feira, 5 de outubro), no entanto, o jornal reconhece a vitória da oposição e defende o respeito aos resultados do pleito:

Abertas as urnas, a vontade popular começa a definir situações legítimas e indiscutíveis. Nada mais existe para ser questionado, pois as dúvidas se dissipam através dos números que expressam de modo claro a vontade popular. [...] O princípio básico do regime democrático é o acatamento da vontade soberana do eleitor, sobre o qual assenta a responsabilidade pela escolha dos governantes. [...] Não há porque descrescer da ação do governo federal em função de um resultado eleitoral, quando as autoridades estiveram sempre à altura das responsabilidades contraídas com a nação no 31 de março. [...] Revelam-se despreparados para a vida democrática os que, postos face a face com a derrota, vacilam nas convicções essenciais e buscam tergiversar sobre a vontade popular apurada pelo voto direto e secreto. Não se pode alterar impunemente o resultado de um pleito sem se lesar o regime que se funda na decisão soberana da maioria.

Consideramos importante fazer essa longa citação do *JB* do dia 5 de outubro de 1965, pois ela revela uma das faces da posição editorial do jornal na relação com a ditadura: ao mesmo tempo em que defendeu, nos dias anteriores, o voto no governo e a legalidade das medidas que visavam controlar as eleições, nesse editorial o jornal se mostra disposto a influenciar o próprio governo²⁸.

Como era sabido, havia setores militares dedicados a convencer Castelo Branco a cancelar as eleições ou, em seguida, a não respeitá-las. Por sua marca conservadora, em geral bastante elogiosa da ditadura, o jornal se sente capaz de estabelecer uma interlocução com o governo, pressionando-o pelo respeito ao resultado das eleições.

Essa pretensão fica clara no editorial publicado no dia seguinte, 6 de outubro de 1965:

A subversão foi proscria de vez, pouco importam as suas tentativas de reaparecer sob a fantasia de um oportunismo inescrupuloso, ou sob o disfarce de um maquiavelismo que nada tem de democrático. [...] Todo aquele que, impatrioticamente, serve ao esquema da inquietação e da provocação fique certo de que o governo [...] está atento ao jogo astucioso dos que não são adversários leais, mas inimigos do regime, da normalidade e da pacificação nacional.

²⁸ São os princípios gerais da imprensa liberal: expressar a opinião das elites socioeconômicas (quando coincidem com a linha editorial do jornal), educar as elites políticas (inclusive o governo) para que não cedam ao radicalismo e à demagogia, e delimitar um espaço de opinião para a classe média leitora (e eleitora), construindo pautas e agendas.

Com a crítica à “subversão” e à “provocação”, o jornal se equilibra entre a adesão à ditadura, que lhe garantiria a posição de interlocutor privilegiado do governo, e a sutil cobrança para que o resultado das eleições seja respeitado.

Em outro editorial, no dia 7 de outubro de 1965, o *JB* comenta a “crise pós-eleitoral” que teria se instaurado por conta de rumores indicando a intervenção das Forças Armadas nos estados em que a oposição se elegeu. Citando Costa e Silva, então ministro da Guerra, o jornal lembra que

as Forças Armadas não constituem um órgão de decisão política, e como tal não lhes cabe resolver questões como o reconhecimento ou a posse de eleitos. [...] Os militares representam uma estrutura de apoio para o exército desses poderes, de maneira que o seu papel é sempre no sentido de assegurar o respeito às decisões dos órgãos do poder democrático.

Trata-se de uma tentativa de rechaçar os rumores de uma possível intervenção das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, chamar as Forças Armadas a respeitar as eleições, cumprindo o seu papel de apoio no respeito à democracia. Alguns dias depois, em editorial no dia 12 de outubro, o *JB* elogia Castelo Branco por conta do “compromisso de seu governo com as instituições democráticas”. O jornal faz questão de marcar posição em relação a Castelo Branco para se contrapor aos extremismos: “Só aos desesperados radicais da esquerda subversiva e da direita ditatorial pode interessar o enfraquecimento do regime”.

No entanto, no momento em que o governo começou a cogitar enviar ao Congresso uma emenda constitucional que limitaria ainda mais os poderes do Legislativo, em meados de outubro de 1965, o jornal reagiu criticamente, questionando as razões de tais medidas não terem sido tomadas anteriormente – o que lhes daria maior legitimidade e garantiria a lisura das eleições estaduais recém-ocorridas.

O *JB* indica a existência de um governo instável, à mercê de pressões e interesses diversos. Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 109) explica essa instabilidade: “Quando a crise dentro do Estado assumiu proporções que ameaçavam derrubar o governo Castelo Branco, o presidente foi obrigado a tomar medidas que satisfizessem os setores de linha-dura”. Assim, a crise que sucedeu à derrota do governo nas eleições estaduais de outubro de 1965 foi determinante para os rumos da ditadura.

A crítica do *JB* não recai apenas sobre a emenda constitucional a ser enviada ao Congresso, mas também sobre o equívoco de o governo dar às eleições o caráter plebiscitário de que falamos mais acima, como revela o editoria do dia 14 de outubro de 1965:

Em vez de se apoiar sobre os partidos de consistência real, retirando de cada um deles a contribuição que pudessem efetivamente oferecer, a ação governamental repousou exclusivamente sobre um desses grêmios políticos. Em consequência, o resultado das eleições embaraça os gestos do governo, pois o partido que utilizou saiu derrotado da prova das urnas.

O acirramento das tensões e a iniciativa do governo de “retomar as iniciativas restritivas pedidas ao Congresso em nome de uma segurança que não está em causa”, segundo as palavras do mesmo jornal no editorial do dia 16 de outubro, faz com que o *JB* reforce a sua crítica, cobrando fidelidade ao projeto da “Revolução democrática de 31 de março”.

Se o *JB* aponta instabilidade e oscilação no governo, podemos afirmar que o jornal sofre do mesmo mal: depois de alguns dias de críticas ao governo por conta das possíveis restrições que lhe seriam impostas, no dia 20 de outubro de 1965 o editorial Escalada democrática começa afirmando que “Não há crise militar. Não há crise política. A estabilidade do governo não está nem nunca esteve ameaçada.” Para o jornal, a posse de Juraci Magalhães no ministério da Justiça era suficiente para restabelecer “o potencial de confiança na determinação democrática do governo Castelo Branco”.

Na iminência do envio do projeto restritivo do governo para o Congresso, e sendo forte a possibilidade de sua recusa, no dia 22 de outubro de 1965 o *JB* faz duas importantes ponderações: reconhece o “direito” (e não o dever) de o governo pedir as medidas ao Congresso, “na dependência de os representantes do povo concederem ou não essas medidas”, mantendo a “deliberação [do governo] de acatar a decisão, qualquer que seja”, e ao mesmo tempo recomenda ao Congresso um voto de confiança “na ação de um governo que já mostrou sua determinação democrática em mais de uma oportunidade”.

Nota-se o esforço do *JB* de manter-se “equilibrado” em um contexto de forte tensão política, mantendo diálogo entre as várias partes envolvidas: o jornal elogia o esforço democrático de Castelo, rechaça os radicalismos à direita e à esquerda, rejeita a existência de uma crise pós-eleições – numa clara tentativa de arrefecer os ânimos –, critica as medidas

restritivas propostas pelo governo, mas ao mesmo tempo reconhece o seu direito de enviá-las ao Congresso e recomenda ao Congresso que as apoie²⁹.

Há, desse modo, uma tentativa de garantir apoio a Castelo Branco, até como forma de limitar a influência dos setores militares que cobravam uma intervenção mais dura do governo. Pedir um voto de confiança do Congresso em Castelo Branco seria, assim, uma saída intermediária, em que as instituições estariam preservadas – cumpria-se o rito institucional da democracia parlamentar – e o presidente poderia responder à altura àqueles que desejavam maior endurecimento.

No editorial do dia 23 de outubro de 1965, o *JB* passa a defender enfaticamente a emenda constitucional proposta pelo governo³⁰, considerada apenas uma “reiteração dos seus propósitos revolucionários”. Segundo o jornal, caso venha a atender a solicitação do governo, “o Congresso não fará outra coisa senão confirmar a linha de cooperação que vem pautando a sua conduta desde 31 de março de 1964”, lembrando que “o Congresso tem tido até aqui todas as provas de que o governo nunca fez mal uso dos poderes que lhe foram outorgados para evitar o pior e repor o país nos rumos da normalidade”.

No dia seguinte, 24 de outubro de 1965, também em editorial, o jornal elogia o “esforço dramático do presidente da República [...] para a conciliação indispensável entre a legalidade e as exigências de um poder político emanado de um movimento revolucionário”, conciliação que o próprio *JB* tenta fazer ao defender a aprovação no Congresso de medidas restritivas propostas pelo governo. A contradição intrínseca a essa posição se resolveria com a confiança na “determinação democrática” do governo.

A ação do governo de enviar os seus projetos para a aprovação do Congresso marcaria, assim, ainda segundo o mesmo editorial, “os propósitos sinceros [do Poder Executivo] de não quebrar o rito democrático institucional”. Caberia ao Congresso não “se fechar impatrioticamente na incompreensão sectária e exaltada”, o que poderia contribuir para o agravamento do impasse. Trata-se, portanto, de preservar o “rito democrático”, sem que se atente para a sua essência. No entanto, para o jornal, era fundamental que o Congresso se

²⁹ A imprensa aparece como mediadora das ações políticas e da relação entre a sociedade e o Estado.

³⁰ Segundo Alves (2005, p. 109), “o governo tentou inicialmente impor, através do Congresso, uma emenda constitucional que enfraqueceria consideravelmente o Judiciário e limitaria ainda mais os poderes do Legislativo. Mas desta vez o Congresso, em geral obediente, rebelou-se. [...] O governo exerceu intensa pressão para a aprovação desta emenda. Já fora decidido, no Estado de Segurança Nacional, que se o Congresso rejeitasse a emenda o Ato Institucional nº 2 seria imposto por decreto do Executivo. Os indícios de que o Congresso poderia recusar-se a aceitar seu próprio esvaziamento provocaram uma crise política, intensificando-se as pressões dos setores de linha-dura sobre o presidente”.

responsabilizasse pela garantia da “sobrevivência do regime democrático”, posto que o governo já havia dado “provas de sua moderação e de seu espírito conciliatório”.

No dia em que foi decretado o AI-2 (27 de outubro de 1965), o *JB* publicou editorial intitulado Irrealismo político, no qual questiona a classe política em geral e os partidos, que “revelaram-se incapazes de criar programas e exigir de seus representantes e candidatos o compromisso de realizá-los”.

O objetivo do editorial é claramente justificar a intervenção militar que se avizinha, pois a classe política duramente criticada tinha no Congresso o seu principal espaço de organização e representação política – o mesmo Congresso que vinha mostrando ao governo que não aprovaria as restrições propostas pelo Poder Executivo.

Nesse mesmo editorial do dia 27 de outubro, a classe política é classificada pelo jornal de personalista, ambiciosa e despreparada para o Brasil, e o *JB* afirma que a democracia “requer paciência”, mas “isto não quer significar que a paciência do povo deva ser infinita para com a incapacidade da classe política”.

Diante dessa incapacidade em um contexto de crise, só resta apelar à intervenção das Forças Armadas: “A cada crise, o que se vê é a intervenção das Forças Armadas no processo a pretexto de assegurar o curso do regime democrático. Imediatamente o poder volta às mãos das classes políticas, para daí a pouco se restabelecer o mesmo quadro anterior.”

Sempre segundo o mesmo editorial do dia 27, a intervenção militar é resultado direto da incapacidade da classe política, “que se defronta mais uma vez com os problemas que ela não soube resolver a tempo e a hora, porque lhe faltou o sentimento dos verdadeiros interesses do país”.

Se ao longo do mês o *JB* tentou aproximar o Congresso das medidas propostas pelo governo, que estava sendo pressionado por aqueles que defendiam o endurecimento do regime, com a aproximação do segundo Ato Institucional o jornal se antecipa ao decreto e justifica a nova intervenção militar.

No dia seguinte, 28 de outubro de 1965, com o AI-2 decretado, o *JB* elogia a ação do governo, que agiu “em nome dos princípios e dos objetivos da Revolução” e fundamentou-se “no tácito consentimento popular”, sobrepondo-se “a uma ordem política e legal [...] que indica como responsável pela sucessão de impasses no processo democrático brasileiro” – o que justificaria a extinção dos partidos. O editorial fala das “naturais apreensões” diante do poder acrescido que passa a ter o governo, implicando “mais responsabilidades”, mas o

próprio jornal responde que o “testemunho dos últimos dezenove meses” e que o “crédito de confiança que o presidente Castelo Branco fez por merecer da Nação” levam a crer que os poderes excepcionais do AI-2 “não terão uso arbitrário, nem sequer excessivo”.

Para o *JB*, trata-se de um sacrifício a pagar para superar “os erros acumulados ao longo das últimas décadas da nossa conturbada história republicana”. Ainda segundo o mesmo editorial, superado esse passado conturbado, o governo “poderá agir daqui por diante com os olhos postos no futuro [...], devolvendo ao povo, no menor prazo possível, os instrumentos para o correto exercício do sistema democrático de vida”.

Assim, o editorial do dia 28 de outubro de 1965 foi uma peça de defesa intransigente do AI-2, fazendo uma pequena ressalva diante do “poder acrescido” que passou a ter o governo – apreensão logo respondida pela confiança depositada no presidente Castelo Branco. O *JB* justificava o novo Ato Institucional pela inação da classe política e a existência de uma ordem política e legal que impedia a plena realização do processo democrático.

No dia seguinte, no entanto, ao que tudo indica, uma leitura mais atenta do novo Ato Institucional levou o jornal a fazer algumas ponderações em seu editorial. Segundo o *JB*, no dia 29 de outubro de 1965, em alguns de seus artigos o AI-2 buscava “institucionalizar a proscrição de direitos, liberdades e garantias individuais”:

O que ora vemos é a reinstitucionalização de alguns princípios que, por negarem a liberdade do cidadão, a opinião pública supunha definitivamente afastados e condenados. [...] É fora de dúvida que há, no Ato, pontos ostensivos e inequívocos que ferem o que há de mais sagrado na área dos direitos inalienáveis da pessoa humana. [...] [O Brasil] não pode agora enveredar pelo caminho do cerceamento das liberdades que constituem apanágio da dignidade da pessoa humana.

Alguns dias depois, no dia 4 de novembro, o *JB* volta a questionar o fim do direito de defesa estabelecido pelo AI-2, posto que cidadãos corriam o risco de ter os seus direitos políticos suspensos, assim como mandatos poderiam ser cassados pelo Poder Executivo sem direito a recurso, já que o mesmo Ato Institucional proibiu o Judiciário de “examinar as decisões que venham a ser tomadas para a segurança do Estado”. A “incompatibilidade com os objetivos da Revolução” – “expressão dentro da qual cabem todas as arbitrariedades” – poderia levar o Executivo a uma decisão sumária, sem direito a defesa. Além disso, o editorial critica o estímulo à delação presente no AI-2, pois “qualquer autoridade ou pessoa do povo” poderia representar contra outro cidadão.

Pouco antes, no entanto, em editorial no dia 30 de outubro de 1965, o *JB* havia voltado a elogiar o AI-2, desta vez ao se referir especificamente à extinção dos partidos até então existentes, que “não eram dotados de programas de governo, muito menos de ideias políticas, substituídas pelo culto de personalismos e vedetismos que acabaram descambando para formas demagógicas”. Segundo o jornal, seria responsabilidade do governo garantir que “não se proceda à reconstituição da situação anterior com novos nomes. [...] Cabe-lhe o dever de zelar para que, desta vez, os partidos se edifiquem de baixo para cima, numa autêntica realização democrática”.

Essa oscilação do *JB* entre o elogio e a crítica ao AI-2 pode parecer contraditória, mas é uma marca de um olhar conservador para a ditadura: no que diz respeito às questões políticas, principalmente aquelas relacionadas à renovação da cena política nacional e ao expurgo dos trabalhistas, das forças de esquerda e das lideranças “personalistas” da cena política pré-1964, há forte apoio, que costuma vir acompanhado do desejo de reconstituição da democracia parlamentar, ainda que se compreenda o seu sacrifício em nome das “aspirações democráticas” do governo. No entanto, quando as ações restritivas do governo tocam nos direitos, liberdades e garantias individuais, há forte questionamento.

O autoritarismo político e a tutela das Forças Armadas sobre as instituições não provocam mais do que breve apreensão, logo posta de lado devido à “confiança no governo”. Quando esse mesmo autoritarismo restringe as liberdades individuais e viola os direitos do indivíduo, porém, ocorre uma mudança significativa no posicionamento do jornal. É como se pudéssemos separar o autoritarismo da ditadura em dois: o autoritarismo político, compreensível e muitas vezes legítimo, e o autoritarismo “liberticida”, bastante criticado.

Tal crítica, porém, não leva à ruptura com a ditadura. Parece, muitas vezes, um preço a pagar diante da necessária afirmação do poder militar contra os “inimigos internos”. Essa ambiguidade continuará existindo após o AI-5: de um lado, o necessário combate à luta armada; de outro, a ampliação do poder discricionário dos militares na relação com os cidadãos.

4.2 A ELEIÇÃO DE COSTA E SILVA

Com a intervenção no Poder Judiciário, o fim do pluripartidarismo, o estabelecimento de eleições indiretas e a revogação das “disposições constitucionais ou legais em contrário” (revogando, na prática, a Constituição democrática de 1946), o AI-2 (27 de outubro de 1965) frustrou as expectativas de muitos civis – entre eles, Carlos Lacerda – que pretendiam voltar ao poder após o afastamento forçado dos trabalhistas. A eleição indireta de Costa e Silva, um ano depois, marcou a continuação desse processo de consolidação dos militares no poder.

Em sua primeira página da edição de domingo, 2 de outubro de 1966, o *JB* estampa a seguinte manchete: “Costa e Silva será eleito amanhã o 22º Presidente”. No texto que a acompanha, o jornal escreve que

[...] o Presidente Nacional da ARENA, Senador Daniel Krieger, afirma que o Marechal Costa e Silva continuará a administração atual e se inspirará nos ideais revolucionários, adaptando-os naturalmente às circunstâncias e ao tempo, e **acrescentou que sua eleição revela o propósito de conservar o País nos quadros da ordem democrática.** (grifo nosso)

A oposição, no entanto, tem pouco espaço nessa capa: apenas uma nota em que o jornal diz que a “Oposição afirmará que o Congresso está coagido” pelas cassações, já antecipando também as respostas do presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade.

Ainda na mesma edição, em editorial na página 6 (A arte do possível), o *JB* afirma:

O vácuo institucional que se estabeleceu no País após a edição do segundo Ato Institucional, foi preenchido por um ritual que não atende às aspirações políticas nacionais, nem se enquadra na mecânica democrática, mas é a fórmula que se apresenta mais próxima e a única viável, depois das dificuldades que recrudesceram por força dos resultados da primeira experiência de restaurar a vigência integral do regime de 46. É impossível compreender os fatos sem levar na devida conta que o Ato Institucional nº 2 nasceu da insegurança desencadeada pelos resultados das eleições diretas de 65 [...].

O próprio jornal trata de dar legitimidade à eleição de Costa e Silva: é a única saída depois das eleições diretas do início de outubro de 1965 (de onde o governo saiu contrafeito, daí a “insegurança desencadeada pelos resultados das eleições”), “primeira experiência de restaurar a vigência integral do regime de 46” (rompida, de acordo com o *JB*, no governo João Goulart).

Em sua edição do dia 2 de outubro de 1966, o *CM* tem outro destaque, que não a eleição de Costa e Silva – “Castelo anuncia Lei de Imprensa”:

Falando aos jornalistas, em Brasília, o presidente da República confirmou que o seu Governo fará a revisão da atual Lei de Imprensa [...]. Disse mais o chefe da Nação, que não pensa em aumentar, como julgam alguns, as penalidades, nem diminuir o âmbito da liberdade de imprensa, o que considera um “caminho escabroso”, afirmando que o Governo, ao rever a Lei, “não se apoia na inocência nem deseja a truculência, mas defender a verdade, garantir a vez de uma objetiva defesa e assegurar um processo em que o acusador e o acusado tenham tratamento igual e que cada qual se comporte com responsabilidade”. Frisou o marechal Castelo Branco que “isso é também democracia, e assim se faz nos países democráticos”.

Como dissemos mais acima na discussão sobre a eleição de Castelo Branco nas páginas do *JB*, a ideia de democracia foi fartamente utilizada para conferir legitimidade à ditadura³¹.

Na chamada de capa do *JB* para a entrevista que Castelo Branco concedeu aos jornalistas (todos credenciados e com as perguntas previamente submetidas ao Presidente, como faz questão de esclarecer o jornal), o destaque era outro: “‘Frente não engana ninguém’, diz Castelo”, em referência à Frente Ampla, que começava a se articular naquele momento. Sobre a Lei de Imprensa, o jornal apenas corroborava a fala do ditador: “[...] confirmou o Presidente da República a intenção de promover a elaboração de uma nova Lei de Imprensa, afirmando, porém, que o único propósito do Governo é ‘defender a verdade e garantir o direito de defesa’.”

Enquanto o *JB* ignorou solenemente o assunto da Lei de Imprensa nos seus editoriais, o *CM* fez questão de discuti-lo em seu principal editorial: “[...] Faz-se, agora, com a lei de imprensa o mesmo que se fez com outras leis: desmente-se, em palavras, a intenção e desmente-se, em atos, o desmentido.” O jornal aponta as contradições aparentes do discurso

³¹ A democracia se tornou, desde a Segunda Guerra Mundial, um significante-imã – passou a ser positivada (e não apenas descritiva ou até pejorativa como antes) e, com isso, a atrair outros sentidos, a ter sentidos ampliados. Assim, teria se tornado possível fazer referência a um *pai democrático* ou a um *patrão democrático*, enquanto o conceito original de democracia dificilmente poderia ser aplicado às relações familiares ou de trabalho. Portanto, mesmo com a democracia em frangalhos, crescentemente solapada pelos militares, fazer referência à democracia ou comparar-se aos países democráticos, como fez Castelo Branco em sua fala aos jornais, contribuía para a construção de uma legitimidade.

Esse debate deve-se às reflexões feitas ao longo do curso de pós-graduação *Questões sobre o Poder*, ministrado pelo Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no segundo semestre de 2009.

militar, que na verdade faziam parte do próprio jogo político da ditadura, diante das tomadas de decisão sempre nos bastidores, de forma a evitar a publicização dos atos do regime.

E o editorial continua:

E quando o presidente da República afirma, com a mesma audácia do seu ministro, que “apenas se trata de defender a verdade” – sim, é preciso defender a verdade contra o presidente da República. A nova lei destina-se, evidentemente, a impedir essa defesa. Pois o marechal Castelo Branco, dizendo umas palavras deliberadamente vagas sobre o futuro texto, acrescentou: “Isso é também democracia.” Registramos o precioso *também*, que é muito eloquente. No resto, **o também democrata Castelo Branco não é a pessoa mais indicada para dar lições de democracia, também ou não, a quem quer que seja e ao Brasil**”. [grifos nossos]

O tema da eleição de Costa e Silva, nessa mesma edição do *CM*, aparece apenas na parte inferior da primeira página, em que se destaca a dúvida do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em relação ao quórum da eleição. Na mesma chamada, ao fazer um apanhado dos pronunciamentos do candidato único, o *CM* extraiu deles

seu pensamento sobre certos assuntos: POLÍTICA – Ao falar em “retorno da democracia”, admitiu, implicitamente, que este regime não está em vigor, sob o atual Governo. Mas, negou-se a revisar, depois de eleito, atos de exceção, como a cassação de mandatos ou suspensão de direitos políticos.

Ainda na edição do *CM* do dia 2 de outubro, na página dos editoriais, o texto Comédia (abaixo do editorial sobre a Lei de Imprensa) compara de forma altamente irônica “a nomeação de amanhã do candidato militar e único do Governo à Presidência da República” aos três atos de uma comédia teatral. O fim do editorial: “O terceiro ato terá como cenário a suíte presidencial nº 906 do Hotel Nacional em Brasília. Ali entra o marechal Costa e Silva e se instala como hóspede. Pano rápido. A comédia terminou.”

Logo em seguida, uma breve nota editorial aparentemente despretensiosa (“FERIADO: O dia de amanhã foi decretado como feriado nacional. Também feriado da democracia.”) que dialoga com uma nota informativa da primeira página do jornal (“FERIADO: amanhã será feriado nacional por decreto presidencial, diante da realização das eleições.”)

O tom irônico e militante da página editorial do *CM* contrasta com as exigências de um jornalismo “objetivo e imparcial” que vinha se impondo no Brasil desde o início do processo de modernização nos anos 1950. O *CM* marcou suas críticas à ditadura praticamente desde o início, e assumiu o lugar de oposição a ela na grande imprensa. Talvez por isso tenha tido em

alguns momentos maior liberdade editorial, enquanto o *JB* continuava disfarçando o seu conservadorismo sob a capa da neutralidade discursiva e da análise dos fatos. São dois estilos de liberalismo representados na imprensa: de um lado, o *CM*, mais opinativo e marcadamente liberal-oligárquico, de outro lado, o *JB* com seu pragmatismo, tentando se adaptar à conjuntura política e buscando conciliar opinião e objetividade.

Na edição seguinte, do dia 4 de outubro de 1966 (os jornais não circulavam às segundas-feiras), o *JB* estampa em sua manchete: “Costa e Silva eleito: questão social é o ponto crucial do futuro governo”. Dizia a abertura do texto, logo abaixo: “Eleito ontem Presidente da República, por 295 votos, **o Marechal Costa e Silva fez seu primeiro pronunciamento à imprensa através do JORNAL DO BRASIL**, dizendo encarar a questão social ‘como ponto crucial do contexto brasileiro’[...]” (grifo nosso).

Não se pode dizer que é pouco significativo o fato de o Marechal ter escolhido o *JB* para fazer o seu primeiro pronunciamento: o jornal ocupa o lugar privilegiado da interlocução entre os militares, o sistema político-partidário e as camadas médias e altas urbanas. Como as camadas populares não interessavam como interlocutoras (tinham de ser objeto de controle social, ainda que não apenas com violência policial), é em torno desses três atores que a grande imprensa marca o seu discurso. E os militares não escolheriam um jornal crítico ou que não fosse de sua confiança para fazer essa interlocução.

Em editorial da mesma edição do dia 4 de outubro de 1966, o *JB* afirma:

[...] Chegou-se, com características mínimas de normalidade, a uma fase adiantada do processo de transmissão do poder, dentro do sistema político implantado com o movimento de março. **Já não há que discutir, nesta altura, se a forma indireta da eleição ou se o fato da candidatura única constituíram episódios de menor teor democrático. Está o País diante de um fato consumado, cujas premissas não são recentes, mas lança as suas raízes na velha crise da nossa história republicana. Situar o acontecimento de ontem em termos de controvérsia formalística é pretender fugir à realidade nacional.** [...] O Presidente eleito se encontra em condições políticas de conduzir a próxima etapa da reconstitucionalização nacional. Ao Marechal Castelo Branco coube a fase mais ingrata e mais dura do processo iniciado a 31 de março de 1964. [...] **Para corrigir foi preciso reprimir, constranger, desagradar, dizer não às transigências e às tolerâncias. Foi preciso recuar, às vezes, de sinceros propósitos democráticos.** Houve que escolher, a cada passo, o mal menor.[...] Quaisquer que sejam as críticas que se levantem contra o futuro Presidente da República e, em particular, contra a maneira por que foi eleito, é fora de dúvida que ele se apresenta hoje à Nação como intérprete de numerosas e legítimas aspirações, que culminam com o desejo de reconduzir o país à normalidade democrática. [...] Continuar a Revolução significa, a esta altura, salvá-la de um destino frustrante, que seria o de sua obra inconclusa ou malbaratada. (grifos nossos)

Nota-se que apesar de reconhecer contradições no processo de transmissão do poder e repercutir algumas das críticas feitas à eleição de Costa e Silva, o *JB* se mantém absolutamente favorável às decisões tomadas pelos militares, alertando apenas para o fato de que é preciso salvar “a Revolução” de um “destino frustrante, que seria o de sua obra inconclusa ou malbaratada”. É preciso que Costa e Silva reconduza efetivamente o país à normalidade democrática, para que não se frustre a “Revolução” – ao lado da qual o *JB* se coloca.

A avaliação que o *JB* faz da presidência de Castelo Branco é a de um governo de anseios democráticos, porém obrigado a recuar por conta das circunstâncias. Castelo Branco não deveria entrar para a história como um homem autoritário, mas como um homem fiel aos seus ideais que soube ceder nos momentos certos, que soube optar pelo mal menor. Essa memória liberal sobre Castelo Branco, que foi sendo construída desde os anos 1960, continua a dar frutos até hoje: o marechal parecia, aos olhos de alguns cronistas dos anos 2000, um “ditador envergonhado”³².

Com uma cobertura absolutamente diversa em sua edição da terça-feira 4 de outubro de 1966, o *CM* já em sua primeira página dá voz à oposição (“falando em nome da liderança da Oposição, o deputado Vieira de Melo viu a eleição do novo presidente como ‘a marginalização do povo’”), a Carlos Lacerda (que “considerou a eleição do marechal Costa e Silva ‘uma imposição forçada’”) e aos estudantes mineiros e paulistas (que protestaram contra a eleição do marechal, tendo suas passeatas “dissolvidas pela polícia a cassetetes e bombas de gás lacrimogênio, sendo presas trinta pessoas e espancados vários populares”).

A chave para compreender o tom duramente crítico e muitas vezes irônico assumido pelo *CM* na cobertura das eleições do Marechal Costa e Silva está no editorial da edição do dia 4 de outubro:

Convencionou-se chamar de revolução ao regime implantado em 9 de abril de 1964, que deturpou as esperanças de numerosos brasileiros que apoiaram o movimento de 31 de março. Que esse regime não guarda qualquer semelhança com um regime verdadeiramente democrático tornou-se evidente desde o AI-1. A escolha do marechal Costa e Silva, por um Congresso em fim de mandato, mutilado pelo primeiro Ato Institucional e submetido aos instrumentos de coação do segundo Ato Institucional (e o candidato eleito foi o único chefe revolucionário que assinou esses dois instrumentos coercitivos), serviu apenas de confirmação daquilo que todo mundo já sabia. O próprio marechal Costa e Silva viu-se obrigado, em seu

³² Em sua coleção de livros sobre a ditadura militar, o jornalista Elio Gaspari (2002) chama o período entre o golpe militar de 1964 e a edição do AI-5 em dezembro de 1968 de “A ditadura envergonhada”.

discurso, a tentar a impossível comprovação de que está em vigor, no País, um regime democrático. (grifo nosso)

O problema, para o *CM*, não está no golpe de abril de 1964. Pelo contrário: o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart e deu início à ditadura carregava “as esperanças de numerosos brasileiros que apoiaram o movimento de 31 de março”, na voz do jornal. Para ele, as esperanças depositadas no movimento de 31 de março de restabelecer a ordem democrática no país foram traídas logo em seguida, com o AI-1. Da parte do jornal, havia esperança de que a intervenção militar fosse passageira, excluindo os trabalhistas e a classe trabalhadora de cena e restabelecendo a democracia em seguida. Os ideais da “Revolução” já estavam frustrados desde que essa tese começou a se provar falsa, com o AI-1. É essa marca de oposição que ficará registrada na história do *CM*, como o jornal da grande imprensa que aderiu à resistência³³.

Ao contrário do *CM*, o *JB* tinha posições mais pragmáticas e aceitava o regime, apesar de algumas restrições esporádicas. O jornal parecia querer conter o desânimo e a frustração daqueles que em princípio concordavam com o regime e acreditavam em suas pretensões democráticas. Para o *JB*, em outubro de 1966 a “Revolução” ainda poderia salvar os seus ideais democráticos – e essa posição do jornal nos parece importante em sua tentativa de acalmar os ânimos dos leitores. O jornal precisará esperar até dezembro de 1968 para ter suas próprias esperanças frustradas.

A diferença entre os dois jornais é de apenas alguns anos (ou de exatamente quatro atos institucionais). O problema, para nenhum dos dois, foi o golpismo conservador ou a derrubada de Jango. São duas faces, ainda que contraditórias, da posição liberal em relação à ditadura militar.

³³ Com o passar dos anos, sobretudo após o AI-5, haverá um reforço da imagem de resistência da imprensa em geral (não apenas do *CM*) e o esquecimento da imagem “adesista”, aqui representada pelo *JB*.

5 HÁ SAÍDA POSSÍVEL? – A IMPRENSA E A OPOSIÇÃO

O início do mandato de Costa e Silva, em 1967, marcou certa esperança de “liberalização” e abertura democrática, propondo o diálogo com a classe trabalhadora e os estudantes. Segundo Martins Filho (1987, p. 118),

o contraste entre esse discurso [de reativação do jogo político-partidário e de retomada das liberdades individuais] e as medidas tomadas na fase imediatamente anterior [final do governo Castelo Branco, momento de endurecimento da ditadura] pode ser compreendido como uma das principais evidências da contradição então vivida pela camada militar dirigente, diante da alternativa da preservação das formas da democracia “ocidental”, ou de seu abandono em benefício do aprofundamento da militarização, a fim de garantir a continuidade da política de desenvolvimento do pós-64.

Essa possibilidade de liberalização fez com que o descontentamento da juventude estudantil se juntasse ao descontentamento de outros setores da sociedade, inclusive da fração burguesa que se opunha à política de desenvolvimento favorável ao grande capital.

Houve também, desde 1964, crescente depreciação salarial, incrementada com a política econômica do governo Costa e Silva, chefiada pelo ministro da Fazenda Delfim Netto, voltada ao consumo das classes médias superiores e aos incentivos fiscais “concedidos às camadas mais altas da população para estimular o investimento” (ALVES, 2005, p. 139), o que levou à forte mobilização dos trabalhadores.

Chegamos, assim, aos três principais setores da oposição que estiveram mobilizados entre 1967 e 1968: os estudantes no movimento estudantil, os trabalhadores no movimento operário, e parte da burguesia, aliada a lideranças políticas civis tradicionais, na Frente Ampla.

De acordo com Alves (2005, p. 141),

juntos, [esses três setores] exerceram considerável pressão sobre o Estado, provocando um conflito interno sobre duas políticas alternativas: maior liberalização das diretrizes políticas, sociais e econômicas ou uma terceira e ainda mais ampla investida repressiva.

Entre os militares, havia uma clara contradição: de um lado, o discurso do consenso e do diálogo, a chamada “política de alívio” de Costa e Silva; de outro, o aumento da repressão nas ruas por parte da Polícia Militar e de outros agentes do aparato repressivo. Para Martins

Filho (1987, p. 134), havia uma relação instável – fruto dessa contradição – entre o governo Costa e Silva e o movimento estudantil: com a proposta de diálogo, a expectativa do regime era garantir apoio às suas políticas. A repressão, no entanto, marcava a tendência de “aprofundamento da militarização como pré-condição para o prosseguimento de sua política de desenvolvimento”. Continua o autor:

Não se deve pensar que o resultado dessas complexas relações entre o Estado e as classes média e trabalhadora já estivesse pré-determinado em 1967. Ao contrário, foi na cena política propriamente dita que a radicalização dos movimentos populares atuou no sentido de fazer o regime desistir de suas débeis tentativas de manipulação desses setores, optando afinal pelo endurecimento “definitivo”, em fins de 1968. (MARTINS FILHO, 1987, p. 134)

Entre 1967 e 1968, essa contradição entre o discurso do diálogo e a prática da repressão, combinada ao crescente descontentamento dos três principais setores da oposição, evoluiu para uma crise interna – no interior do regime – e externa – política e social – que teve um desfecho radical: o AI-5 e o aprofundamento do autoritarismo.

Assim, ao longo deste capítulo faremos a análise da posição editorial dos dois jornais diante da ascensão dos diferentes setores da oposição entre os anos de 1966 e 1968, até a saída autoritária do AI-5 – que Alves (2005, p. 141) chamou de “terceira e ainda mais ampla investida repressiva” e Martins Filho (1987, p. 118) de “aprofundamento da militarização, a fim de garantir a continuidade da política de desenvolvimento do pós-64”. Poderemos observar a variação da posição dos jornais diante dos diferentes atores sociais e do recrudescimento da tensão política ao longo de 1968, com a proximidade do aprofundamento autoritário pelos militares e com a opção de alguns setores da esquerda pela luta armada.

5.1 A FRENTE AMPLA

Desde outubro de 1965, Carlos Lacerda estava afastado dos militares, principalmente devido ao AI-2, que estabeleceu as eleições indiretas para presidente e o fim do pluripartidarismo.

Assim, aquele que, nas palavras de Mendonça (2002, p. 314), considerava-se o “Chefe Civil da Revolução” e tinha se sentido vitorioso em 1964 “na guerra que, por duas décadas,

travara contra Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos, e também contra [...] os comunistas” acabaria por romper com a ditadura em 1965 por conta das suas pretensões políticas e da sua obsessão em se tornar presidente.

Cada vez mais isolado politicamente, Lacerda foi sendo abandonado inclusive por seus ex-companheiros da UDN que, preocupados com suas próprias carreiras, “a partir da implantação efetiva do bipartidarismo, em 1966, [...] se filiaram à ARENA, naquele momento o único canal possível para se manter alguma influência no governo” (MENDONÇA, 2002, p. 361).

O político carioca, no entanto, não aceitaria fazer parte do partido do governo, e “já em meados de 1966 Lacerda começou a articular a chamada ‘Frente Ampla’, cuja finalidade expressa seria oferecer alternativas à então tímida oposição exercida pelo MDB” (MENDONÇA, 2002, p. 361).

Sua ideia era reunir amplos setores oposicionistas a partir do contato com importantes lideranças políticas civis, como Jânio Quadros, João Goulart, Juscelino Kubitschek e Leonel Brizola, independentemente de suas divergências políticas e posicionamento ideológico, com o objetivo de redemocratizar o país e permitir sua própria permanência “no centro das atenções, preparando o caminho para uma possível candidatura presidencial em 1970” (MENDONÇA, 2002, p. 366).

No mesmo momento em que ocorria a eleição de Costa e Silva, em outubro de 1966, Carlos Lacerda publicava um manifesto na *Tribuna da Imprensa*, lançando a Frente Ampla. Na época do lançamento do manifesto, no entanto, ele ainda estava sozinho – não tinha conseguido as assinaturas de Juscelino e João Goulart, dois de seus principais alvos.

Um mês depois, após viagem a Lisboa, quando Lacerda foi ao encontro de Juscelino, os dois lançaram a Declaração de Lisboa, em que defendiam a formação de “um grande partido popular de reforma democrática”. Tanto o *CM* quanto o *JB* estamparam em suas capas do dia 20 de novembro de 1966 o encontro dos dois líderes políticos: “Juscelino e Lacerda lançam partido da reforma democrática” (*CM*) e “Juscelino e Lacerda lançam partido” (*JB*). Se nas manchetes nota-se uma sutil diferença (o *CM* trouxe a “reforma democrática” para o alto da capa, diferentemente do *JB*), os editoriais marcam bem mais a distância entre os jornais.

Em editorial intitulado Declaração, o *CM* desse mesmo dia 20 de novembro de 1966 faz seguidos elogios à ação de Juscelino e Lacerda:

Não se pode menosprezar as implicações políticas desse encontro. Ele inclusive, juntamente com o manifesto que o antecedeu, traduz a convergência de pontos de vista de grande parte da opinião pública e das correspondentes lideranças, independentemente das dissidências que existem sobre o tratamento prático dos assuntos brasileiros. [...] O que se deseja em linhas gerais são fatores básicos que não podem faltar à tarefa: eleições diretas, com voto secreto; reforma dos partidos, pois ninguém aceita as aberrações que aí estão à guia de agremiações políticas; respeito à ordem jurídica, fator inarredável como garantia de estabilidade de qualquer regime democrático [...]. Ao presidente da República restam ainda opções. Pode entender, marcialmente, que a reunião de correntes não *contra* o governo, mas a *favor* da democratização, é um novo fato subversivo. É agir com a estreiteza revelada em dois anos e meio. Pode, contrariamente, acordar para o fato de que a união do país contra esse estado de coisas merece e exige uma abertura que é de seu dever conceder.

Há uma adesão do jornal à Frente Ampla, na medida em que o editorial ratifica os termos do manifesto e critica o governo. Além disso, o *CM* retoma as suas diferenças com a ditadura desde o AI-1, ao falar da “estreiteza revelada em dois anos e meio” que poderia marcar o entendimento da Frente Ampla como “novo fato subversivo”.

O *JB*, por outro lado, não escreve na edição do dia 20 de novembro de 1966 um editorial específico para tratar do encontro ou da Frente Ampla, mas não por acaso critica duramente Juscelino, Lacerda e Jango no editorial Novas Lideranças, a pretexto de discutir as eleições para o Congresso recém-ocorridas. De partida, ao contrário do *CM*, que clama por eleições diretas, reforma dos partidos e respeito à ordem jurídica, o *JB* elogia as eleições:

Cassações, impugnações, recesso parlamentar e outros lances da nossa crise institucional não impediram que o eleitorado fosse às urnas no dia marcado, podendo fazer uma escolha mais limitada do que seria o normal, porém sempre uma escolha de inspiração e vontade democráticas.

Em seguida, o jornal elogia a “Revolução”, que liquidou “as lideranças anteriores ao 31 de março” e “conseguiu limpar o terreno político das suas distorções conhecidas”, e questiona aqueles que cobram dos militares o “aparecimento de novos líderes”. Ao falar da “espécie de líder que convém ao Brasil de hoje, a um Brasil ansioso de renovação em todos os sentidos”, o editorial critica os principais líderes políticos do Brasil pré-1964:

A mística do desenvolvimento por acaso foi suficiente para fazer do ex-presidente Juscelino Kubitschek um líder verdadeiro; ou por ventura se afere a força de um líder pelas suas horas de voo ou pelas suas qualidades de simpatia pessoal? [...] O título de *derrubador de presidentes* chega para conferir ao ex-governador Carlos Lacerda o registro e a imagem do líder nacional? E que dizer do ex-presidente João Goulart, líder forjado na área doméstica de Vargas e depois imposto aos

trabalhadores, por culpa de quem o Brasil chegou à beira da comunização e da guerra civil?

As três lideranças políticas civis envolvidas na Frente Ampla foram duramente criticadas pelo jornal, sem que o editorial explicitasse a crítica ao movimento. Para o *JB*, era impossível que o povo brasileiro estivesse “chorando a proscrição dos líderes cassados”. O povo brasileiro precisava de líderes, mas “líderes sérios e em novos estilos”:

É inadmissível que ainda lhe interessem [ao povo brasileiro] as lideranças ensimesmadas e estreitamente personalistas, somente voltadas para a saciedade álaque das próprias ambições de prestígio e de poder; e que para alcançarem o supremo objetivo não hesitam em vender a alma ao diabo [...].

Sem tocar em nenhum momento no nome da Frente Ampla e sem falar do encontro de Juscelino e Lacerda ou da possível participação de João Goulart, o *JB* deixa bem claro o seu ponto de vista acerca dessas lideranças no exato instante em que duas delas vêm a público manifestar a sua união em favor da “reforma democrática” (que, para o jornal, não se fazia necessária, posto que as eleições ocorreram com “inspiração e vontade democráticas”).

Ao longo de 1967, as negociações entre Lacerda, Juscelino e Jango continuaram ocorrendo. Não só isso: como Lacerda estava “disposto a formar uma frente realmente ampla” (FERREIRA, 2011, p. 611), participaram das conversas alguns comunistas do PCB como Ênio Silveira, o trotskista Mario Pedrosa, o teatrólogo Flávio Rangel, políticos ligados ao governador cassado Ademar de Barros e militares cassados, como Nélson Werneck Sodré (FERREIRA, 2011, p. 610-611). O historiador Jorge Ferreira (2011, p. 610-611) chega a citar a participação do diretor do *CM* Edmundo Moniz nas reuniões, o que deixa ainda mais evidente o alinhamento editorial do jornal com a Frente Ampla, notado na cobertura que o *CM* deu à Declaração de Lisboa.

Depois de sérias dúvidas de João Goulart acerca da sua participação na Frente, muito por conta de sua animosidade histórica com Lacerda – considerado pelos trabalhistas “o inimigo histórico do trabalhismo, o coveiro da democracia brasileira, um homem sem escrúpulos” e o “assassino de Vargas” (FERREIRA, 2011, p. 610-611) – e das suas diferenças com Juscelino – que nada fez à época do golpe, além de ter votado em Castelo Branco em seguida –, Jango decidiu em agosto de 1967 se juntar às duas lideranças políticas em prol da redemocratização.

Em setembro de 1967, Carlos Lacerda foi ao encontro de Jango, no Uruguai, para selar a entrada do político trabalhista na Frente. Desse encontro, saiu o documento, assinado por Goulart e Lacerda, conhecido como Pacto de Montevideu.

Em sua edição do dia 26 de setembro de 1967, o *JB* publicou editorial intitulado Jogo Proibido, em que critica com veemência a ação política de Carlos Lacerda, relacionando a sua busca por Juscelino e Jango a uma volta ao passado e a “métodos e objetivos abolidos, no trato com parceiros de um jogo proibido”. Em nenhum momento o editorial trata dos termos do documento assinado pelos dois políticos e de suas reivindicações.

No dia seguinte, 27 de setembro de 1967, no editorial Além da Fronteira, o *JB* mantém sua linha crítica, centrando esforços na desconstrução da atuação de Lacerda ao questionar suas contradições e incoerências e sua ambição de se tornar presidente, que o levaram a conversar com “aqueles que ajudou a expulsar do poder”. O editorial associa a movimentação política de Lacerda e suas críticas à ditadura ao fato de que não lhe foi oferecida, “de mão beijada, a presidência da República”. Assim, o personalismo de Lacerda e a sua fixação pela presidência são o principal objeto de análise, crítica e discussão nos editoriais do *JB*, sem que o fato político mereça qualquer olhar mais cuidadoso.

A posição editorial do *CM* chama a atenção: ao contrário do que poderiam indicar o elogioso editorial dedicado à Declaração de Lisboa e à participação de Edmundo Moniz nas reuniões da Frente Ampla em 1967, o jornal à primeira vista parece criticar o encontro de Jango e Lacerda no editorial Frente, publicado no dia 27 de setembro de 1967.

Uma das críticas se dirige ao fato de que o único beneficiado pela “bandeira das eleições diretas” seria Carlos Lacerda, o único dos líderes não cassado. Outra se dirige ao fato de que nenhum dos dois têm uma ficha pregressa de respeito à democracia, e que “o ciclo de crises entre 1946-64 ocorreu sob o signo desses dois demagogos”.

Por fim, o jornal afirma que “um movimento realmente democratizante para o sistema vigente seria, em princípio, bem-vindo”, mas mantém a crítica à “demagogia eleitoreira ou a nostalgia do poder” de Jango e Lacerda: para vingar, o movimento precisaria de mais que isso.

Percebe-se, portanto, que o editorial é mais uma crítica aos dois políticos – historicamente bastante questionados pelo *CM* – do que ao movimento da Frente Ampla em si, que precisaria extrapolar as figuras das suas lideranças políticas para cumprir a sua função

social. Essa postura se confirma no editorial Instituições, publicado no dia seguinte, 28 de setembro:

a Frente só existe, nessa fusão híbrida de tendências, porque as principais correntes políticas se encontram marginalizadas. ARENA e MDB nada representam para o povo, que sufragou candidatos em disponibilidade, independentemente das respectivas legendas, pois a alternativa era o autoritarismo sem qualquer nicho respiratório.

Há, portanto, legitimidade na organização do movimento e em suas reivindicações, assim como o movimento tem representatividade, na medida em que “ARENA e MDB nada representam para o povo”.

Cerca de seis meses depois do Pacto de Montevideu, a Frente Ampla voltou para a capa dos jornais, mas agora por conta de uma decisão do governo. No dia 5 de abril de 1968, poucos dias após a morte do estudante Edson Luís (ver subseção O movimento estudantil em 1968), foi proibida qualquer atividade política da Frente Ampla: manifestações, reuniões, comícios, desfiles, passeatas. A decisão foi recebida com surpresa pelos jornais e pelos políticos, tanto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) quanto do MDB.

No editorial Chover no molhado, publicado em 7 de abril de 1968 pelo *JB*, o jornal critica a portaria do ministro da Justiça que proibiu as atividades políticas desenvolvidas em nome da Frente Ampla, e utiliza o episódio para demonstrar sua frustração com Costa e Silva, que teria reavivado a “parte punitiva dos Atos Institucionais, que o próprio governo atual, ao instalar-se em aura redemocratizadora, apressou-se em esconder no fundo das gavetas, para usufruir o reconhecimento da atmosfera do desafoço que trouxe”, mas que agora voltava à tona.

Assim, para o *JB*, a proibição da Frente Ampla marca o fim da promessa de liberalização do regime feita por Costa e Silva no início de seu governo. Tal crítica, no entanto, não representa o elogio à Frente Ampla – e tal ressalva é feita pelo próprio jornal –, que é tratada, no editorial, como “um artificialismo de alianças”.

Em sua edição do dia 6 de abril de 1968, o *CM* publica o editorial Cumplicidade, no qual também questiona a proibição da Frente Ampla e denuncia o abandono da fase de “normalização constitucional”, prometida por Costa e Silva, substituída agora pela “fase discricionária, das leis de exceção do governo anterior”. De acordo com o jornal, essa

mudança coincide com a reativação de “movimentos de extrema direita”: havia clima propício para o seu ressurgimento.

Outra marca do editorial de 6 de abril de 1968 é a crítica ao aspecto da portaria que proibiu a Frente Ampla que recaí sobre a imprensa: a portaria manda “apreender órgãos de imprensa que ‘divulguem manifestações sobre assuntos de natureza política por todos quantos estejam legalmente impedidos de fazê-lo, inclusive da denominada Frente Ampla’”. Trata-se, portanto, de acordo com o *CM*, de uma

trama para silenciar alguns dos opositores do atual regime e sobretudo para iniciar o amordaçamento da imprensa, que ainda não haviam conseguido, mas cujos primeiros passos nessa direção já haviam dado anteontem, retirando do ar uma emissora carioca.

A emissora a que o editorial se refere é a Rádio Jornal do Brasil, retirada do ar por três dias pelo governo devido a sua cobertura da missa na Candelária em homenagem a Edson Luís, na qual havia grande concentração de estudantes dispostos a sair às ruas em manifestação³⁴. O próprio *JB* já havia publicado editorial sobre a suspensão da rádio no dia 5 de abril.

Nesses dois episódios (possível apreensão de órgãos de imprensa no contexto da proibição da Frente Ampla e fechamento da Rádio Jornal do Brasil), aparece uma questão fundamental na relação da imprensa com a ditadura, principalmente após o AI-5: a censura aos meios de comunicação, que forneceu elementos fundamentais para a autoconstrução do mito da resistência da imprensa ao autoritarismo. O fechamento temporário da Rádio Jornal do Brasil em abril de 1968, por exemplo, provocou críticas pontuais do *JB* ao governo, mas não levou o jornal a rever sua posição em relação aos militares.

Com o fim da Frente Ampla, a pequena repercussão que teve a sua proibição revela sua incapacidade de se constituir como um forte movimento de oposição. Nas palavras de Décio Saes (1985, p. 199),

a média burguesia aspira, em 1968, à recomposição, pela via da democracia parlamentar, de sua influência sobre a política de desenvolvimento, sem por isto

³⁴ Segundo o relato do jornalista Eliakim Araujo (2010), que trabalhava na Rádio JB na época, um repórter chegou à rádio com a matéria sobre a manifestação gravada em uma fita. Além da matéria, o repórter havia captado na gravação o som ambiente em que estudantes gritavam para a polícia “Assassinos, assassinos, assassinos”. Na edição, essa parte do áudio encerrou a matéria que foi ao ar, provocando a suspensão da rádio por três dias.

desejar a retomada do movimento sindical ou a manutenção da legislação social “varguista”. O caráter limitado destes objetivos explica a fraqueza do movimento de oposição burguês: incapacidade de promover alianças de classes, de mobilizar as classes populares – e especialmente a classe operária – contra o Estado militar. [...] A rigor, a Frente Ampla se define desde o começo como um movimento “civilista” de elite, aspirando infiltrar-se nas estruturas do Estado militar a fim de poder comandar, do alto, o processo de desmilitarização e de redemocratização.

No entanto a proibição da Frente Ampla mostra a preocupação dos militares com a possível ascensão de uma força política que atraía setores conservadores que apoiaram o golpe em 1964.

A posição editorial do *CM* – que em certa medida apoiou a Frente Ampla, apesar das críticas a Jango e Lacerda – de considerar o movimento legítimo e reconhecê-lo como uma tentativa de redemocratização do país revela em parte a importância que a Frente teve no contexto de distensão do regime e reorganização da oposição.

O *JB*, mais conservador, manteve distância do movimento. Na ocasião de sua proibição, no entanto, apontou os riscos de se reverter o quadro de liberalização proposto por Costa e Silva no início do seu mandato, ainda que o jornal olhe apenas para a via institucional – as indicações dadas pelo governo dos rumos a seguir –, mas não reconheça legitimidade nos movimentos da sociedade civil³⁵.

5.2 O MOVIMENTO OPERÁRIO

No mesmo momento em que ocorria a política de distensão de Costa e Silva, o governo dava início a um “programa de ‘renovação sindical’” (ALVES, 2005, p. 146): ampliou as funções previdenciárias dos sindicatos e levou em frente um esforço de reorganização sindical, criando vários sindicatos urbanos e rurais próximos da estrutura trabalhista oficial, de forma a garantir ao governo o controle das federações e confederações de trabalhadores.

³⁵ Abril de 1968 foi o primeiro momento em que o *JB* marcou com clareza as suas diferenças em relação aos militares. Essa distância voltaria a aparecer em junho de 1968, no contexto da Passeata dos Cem Mil, e depois em dezembro de 1968, com o AI-5. A crítica ao governo, ainda que tímida, sutil e sujeita a variações, indica o início do tensionamento de uma relação até então marcada pelo apoio constante do jornal à ditadura. Algumas explicações possíveis para esse tensionamento: o grave episódio do fechamento temporário da Rádio Jornal do Brasil pelos militares, a repressão violenta aos filhos da classe média nas manifestações estudantis de junho de 1968 e o crescente descontentamento de setores da burguesia com a ditadura.

Junto com essas medidas, o Ministério do Trabalho formou interventores para a direção dos sindicatos. Com os recursos da máquina estatal e dos fundos retidos dos salários dos trabalhadores, esses interventores conseguiram “ampliar seus poderes e cooptar lideranças secundárias” (ALVES, 2005, p. 146).

No entanto, ao contrário do que esperava o governo, essa política de “renovação sindical” fez aumentar o debate e a participação dos trabalhadores na estrutura sindical oficial. Foi nesse contexto que, em 1967, surgiram as comissões de “oposição sindical”. Como resultado desse processo, duas cidades tiveram importantes greves em 1968: Contagem, em abril, e Osasco, em julho.

Na cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais, a oposição conseguiu ganhar as eleições depois de uma campanha que pautou a democratização da estrutura sindical e a participação direta dos trabalhadores na administração do sindicato, além de fazer duras críticas à política salarial do governo.

Pouco antes das eleições, o cabeça da chapa de oposição, Ênio Seabra, teve a sua candidatura vetada,

mas se a vitória foi incompleta, a campanha foi importante por ter demonstrado os limites do programa de “renovação sindical”, criando entre os metalúrgicos um clima de organização política e eleitoral que contribuiu para o movimento grevista de abril de 1968. (ALVES, 2005, p. 148)

Na cidade de Osasco, em São Paulo, o processo de mobilização envolveu diferentes grupos de oposição:

milитantes da Igreja Católica, estudantes em aliança com os trabalhadores, animadores políticos de uma eleição municipal contestada da qual saiu vitorioso o MDB e, finalmente, trabalhadores organizados em suas próprias comissões de fábrica. (ALVES, 2005, p. 148)

Assim como em Contagem, em Osasco a oposição conquistou o sindicato em 1967, preparando o terreno para a greve de julho de 1968. José Ibrahim, trabalhador da Cobrasma – fábrica de autopeças que empregava cerca de dez mil trabalhadores – que já havia presidido a comissão de fábrica na empresa, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Havia uma crescente mobilização da oposição, e o movimento operário não ficou para trás. À época, os sindicatos chegaram a organizar o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), que “teve vida curta e eficácia questionável, mas contribuiu para o clima de

organização política e eufórica expectativa de maiores concessões por parte do Estado de Segurança Nacional” (ALVES, 2005, p. 151).

Em abril de 1968, explodiu a greve de Contagem: “Em uma semana 15 mil trabalhadores haviam aderido e muitas das principais indústrias da região estavam paralisadas. Os trabalhadores exigiam aumento salarial de 25%, contra o índice oficial de apenas 17%” (ALVES, 2005, p. 151).

Da parte do governo, a resposta à greve de Contagem se deu em duas frentes. De um lado, a forte repressão:

A cidade industrial foi tomada por 1500 policiais, o sindicato, fechado, e aproximadamente 20 lideranças presas. Foram proibidas assembleias, aglomerações operárias, panfletagens e as empresas começaram a convocar os trabalhadores sob ameaça de demissão por justa causa. (CASTELLO BRANCO, 2008, p. 18)

De outro, uma movimentação intensa do governo – o então ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, chegou a comparecer a uma assembleia geral do Sindicato dos Metalúrgicos – que levou à proposta de concessão de um abono salarial para todos os trabalhadores.

O *CM* começou a cobertura da greve de Contagem no sábado 20 de abril de 1968, cinco dias depois de seu início. Na notícia, o jornal fala das reivindicações dos trabalhadores e da visita de Jarbas Passarinho a Minas Gerais, diante da preocupação do governo com “o estado de ânimo dos trabalhadores”.

No dia seguinte, 21 de abril, o jornal trouxe a notícia da concessão do abono salarial aos trabalhadores anunciado pelo governo. Em seus últimos parágrafos, o jornal apresenta as declarações do ministro acerca do encontro com os operários de Contagem: segundo o ministro, “o diálogo que manteve com os trabalhadores foi ‘muito proveitoso’, apesar de algumas vaias que recebeu”.

A expectativa do ministro era de que o impasse fosse resolvido ainda no domingo, mas na quarta-feira 24 de abril o *CM* voltou a publicar uma notícia sobre a greve: “Impasse continua na greve em MG”. A notícia relatava a permanência de Jarbas Passarinho em Belo Horizonte e trazia, ao mesmo tempo, algumas manifestações de solidariedade aos grevistas, como a da Federação dos Trabalhadores Cristãos e a da Assembleia Geral dos Estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além do texto de um boletim que circulou entre os operários com as reivindicações dos trabalhadores.

Em editorial, o *CM* só se posicionou sobre a greve, ainda que indiretamente, na quarta-feira seguinte, dia 1º de maio de 1968. O editorial começa cobrando “maturidade política” de estudantes e operários:

As comemorações do dia de hoje transcorrem num clima de apreensão e expectativa. Se transcorrerem em ordem, como é de se esperar da maturidade política dos trabalhadores e dos jovens, as duas grandes forças sociais presentes a este 1º de maio, poderão reforçar decisivamente as tendências liberais, acelerando a abertura democrática tão essencial à vida do país. Caso contrário, fortalecerão os radicais ansiosos por deter o degelo que a Nação reclama.

A ênfase da cobrança e a responsabilidade pela ordem, portanto, recaem sobre os movimentos da sociedade civil, e não sobre o governo³⁶.

Para o *CM*, nesse mesmo editorial de 1º de maio de 1968, os interesses de trabalhadores e empresários convergem, “pois se vinculam à luta contra o subconsumo, portanto, luta pela ampliação do nosso mercado interno”. Haveria, assim, uma “comunidade de interesses” que os radicais “tendem a colocar em antagonismo”.

De acordo com o jornal, as mobilizações de estudantes e operários são fruto de um país que se industrializa e urbaniza: essas transformações levam a uma conscientização política crescente “que se traduz na formulação de novos ideais de vida, de novas aspirações” e é “na área do trabalho e entre os jovens que essas aspirações assumem maior veemência na sua feição reivindicatória”.

O editorial termina com uma cobrança ao governo:

A missão histórica deste 1º de maio [...] é a de mostrar ao governo que ele deve superar a sua defasagem, eliminar os resíduos do discricionarismo, extinguir focos de obscurantismo e reintegrar a Nação na plenitude de seu destino democrático.

Portanto, a reação em editorial do *CM* à greve de Contagem cobra maturidade política de estudantes e operários e os responsabiliza pela ordem nas manifestações do 1º de maio de 1968, ao mesmo tempo em que busca compreender as manifestações como parte do desenvolvimento do país, e acaba por lhes conferir legitimidade – lembrando, claro, de criticar os radicalismos e o antagonismo entre trabalhadores e empresários.

³⁶ Podemos reconhecer nesse trecho a gênese de uma das interpretações correntes na literatura que busca explicar o AI-5. Adriano Codato (2004, p. 23-25) chamou-a de “explicação que enfatiza certos fatores *externos* ao aparelho do Estado, fatores que atuaram no nível da cena política”, destacando “o papel da radicalização do movimento oposicionista [...] no processo de recrudescimento do regime e do fechamento ditatorial”.

No fim do editorial do *CM* do dia 1º de maio de 1968, há uma lembrança da responsabilidade do governo de “aproximar-se dos anseios nacionais”, numa resposta às manifestações que não seja a da repressão. Assim, há uma nítida tentativa por parte do *CM* de mediar os conflitos e reduzir a tensão política, evitando a radicalização. Mesmo fazendo oposição à ditadura, o jornal visivelmente não adere aos movimentos sociais.

O *JB* demorou mais que o *CM* a tratar da greve de Contagem. Em verdade, na primeira vez em que apareceu no jornal a greve não foi notícia: sua menção esteve vinculada à divulgação da proposta de concessão de abono salarial aos trabalhadores, e essa notícia foi publicada no dia 23 de abril – mais de uma semana após o início do movimento grevista.

No dia seguinte, 24 de abril de 1968, o *JB* estampava em sua capa a chamada para uma reportagem interna com os seguintes dizeres: “Passarinho ameaça grevistas com a Lei de Segurança”. A ênfase está, a todo o momento, nas declarações do governo e na ação de Jarbas Passarinho e Costa e Silva para reprimir o movimento grevista. Aparece, inclusive, um elemento novo na cobertura do jornal, que não havia aparecido no *CM*: a suspeita da “infiltração comunista”.

O ministro Jarbas Passarinho disse aos jornalistas mineiros que os comunistas estão infiltrados no movimento, procurando de toda maneira prolongá-lo ao máximo possível. “Não acredito, entretanto, que a greve seja comandada por eles”.

Como prova da subversão, Jarbas Passarinho mostrou aos jornalistas alguns boletins que circularam entre os operários:

O ministro aproveitou para mostrar cópias de boletins distribuídos nas indústrias em greve, falando que “o dia 1º de maio não é de festa, mas de luta”, pedindo “o aumento da luta na fábrica para não acontecer como em 64, quando estávamos desorganizados”, e dizendo que “não podemos confiar nos pelegos, na Frente Ampla e no MDB, mas mostrar que os trabalhadores estão se organizando para a luta”.

Ao marcar a distância do movimento operário em relação à Frente Ampla, o boletim dá mostras de uma das questões com que a oposição à ditadura se deparou em 1968: suas diferenças sociais e diferentes projetos.

No dia seguinte, 25 de abril, o *JB* anuncia na capa o fim da greve (“Metalúrgicos param greve”), sem que ela tenha efetivamente chegado ao fim. Há um enfraquecimento da greve e o retorno de alguns operários ao trabalho, mas a assembleia dos metalúrgicos decidirá pelo fim da greve apenas quatro dias depois, no dia 29 de abril. Em página interna, o próprio

jornal fala do retorno de 80% dos trabalhadores ao serviço, o que fez com que “praticamente” terminasse a greve dos metalúrgicos.

No dia 26 de abril de 1968, pela primeira vez o *JB* se refere à greve em editorial, para denunciar o caráter “político e oportunista” do abono de 10% concedido aos trabalhadores. O jornal elogia a “energia” com que o governo dominou os grevistas, mas desconfia dos impactos que o abono teria nas empresas e na inflação.

Depois da greve de Contagem, em meados de julho explodiu a de Osasco. A mobilização dos operários em torno das comissões de fábrica levou as lideranças do sindicato a planejar a greve para novembro. A pressão das bases, no entanto, e uma “ação espontânea de greve surgida em uma das fábricas em maio forçou a antecipação, criando o ambiente para o movimento que irrompeu plenamente em julho” (ALVES, 2005, p. 152).

Em 17 de julho de 1968, no dia seguinte ao início da greve de Osasco, o *CM* estampava em sua manchete: “SP: operários ocupam seis fábricas e são desalojados pela polícia”. Na mesma capa, o jornal chamava a atenção para a questão da repressão e para a preocupação, nos “círculos políticos ligados ao governo do estado”, com o rigor da repressão ao movimento. O envio de grande contingente policial às fábricas de Osasco teria ocorrido, segundo o *CM*, por conta dos “rumores de que o próprio Exército poderia intervir”.

Outro receio relatado pelo jornal diz respeito à solidariedade recebida pelos trabalhadores de Osasco, tanto pelo movimento estudantil quanto por operários de outros setores e regiões, como os trabalhadores da indústria automobilística e os metalúrgicos da Grande São Paulo, o chamado ABC paulista. A forte e imediata repressão, no entanto, com a desocupação das fábricas de Osasco no mesmo dia, teria arrefecido os ânimos.

Na edição do dia seguinte, 18 de julho, a greve de Osasco ocupava novamente a manchete do *CM*: “Greve amplia-se em São Paulo e alto comando reúne-se no Rio”. O jornal dá destaque ao apoio de setores e importantes lideranças da Igreja Católica à greve, mostrando que o movimento de trabalhadores não estava isolado. Entre as lideranças políticas do MDB e até mesmo da ARENA entrevistadas pelo *CM*, há o crescente receio de que a greve de Osasco sirva como pretexto para o estado de sítio. A ideia novamente é evitar a radicalização.

No dia 19 de julho de 1968, o jornal publica editorial intitulado O real e o postíço, no qual elogia as aspirações democráticas presentes na solidariedade da Igreja aos grevistas e no retorno dos estudantes às ruas no Rio de Janeiro: “As reivindicações que estão sendo postas nas ruas têm nítido sentido de sobrevivência nacional”. O editorial também fala do

descontentamento do empresariado e chama a atenção para o “concerto de vozes reivindicantes” que se levanta para pedir democracia, enquanto o governo tem a atitude “de quem entrou em órbita”.

Há, por parte do jornal, uma tentativa de sugerir uma pauta comum aos protestos – a redemocratização –, mesmo que essa articulação não houvesse de fato. O jornal projetava nos movimentos de oposição a sua própria pauta. Assim, a posição editorial do *CM* insere a luta operária de Osasco no contexto dos movimentos de oposição à ditadura, questionando a resposta do governo militar. Chama a atenção, no entanto, o fato de que em seu editorial o jornal privilegia a solidariedade da Igreja aos trabalhadores, e não o movimento grevista propriamente dito. A Igreja, nesse contexto, é uma voz moderadora: é a solidariedade da Igreja – e não a greve dos trabalhadores – que participa dos movimentos de oposição.

Essa ênfase fica ainda mais clara no editorial do dia 21 de julho de 1968, em que o *CM* afirma que “se o clero não conseguir conter os jovens e operários, o presidente da República recorrerá às medidas de exceção”. Para o jornal, parece haver uma divisão entre uma oposição “responsável”, da qual a Igreja é importante representante, e uma oposição facilmente seduzida pelo radicalismo, que pode levar o país à exceção com suas ações políticas.

Trata-se, na verdade, de uma separação clara entre os projetos que estavam em questão no movimento de oposição à ditadura. O jornal estava mais alinhado com a oposição liberal à ditadura, desejosa da reconstituição da democracia parlamentar expurgada do trabalhismo, do que com a luta operária ou estudantil.

Com menor destaque, o *JB* também cobriu a greve de Osasco desde o seu primeiro dia. Em seus editoriais, ela aparece uma única vez, no dia 19 de julho de 1968. A ênfase está na atuação bastante elogiada pelo jornal do ministro Jarbas Passarinho:

O que vale ressaltar de pronto, na esperança de que faça escola, é a exceção em que passou a constituir-se o Sr. Passarinho [...]. Em nenhum instante, à frente do ministério do Trabalho, o Sr. Passarinho evitou parlamentar com as lideranças sindicais e jamais sentiu-se pressionado pelo simples fato de cumprir o seu dever.

No editorial, o *JB* ressalta a disposição ao diálogo do ministro do Trabalho, mas silencia sobre a brutal repressão que se abateu sobre os trabalhadores grevistas. Fica clara, no entanto, a intenção de dialogar com setores do governo ao elogiar a postura de um ministro considerado pelo *JB* aberto ao diálogo, “na esperança de que faça escola”.

6 O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1968

O ano de 1968 foi simbólico e significativo no que diz respeito à atuação dos estudantes na luta contra a ditadura. Foi em 1968 que se consolidou a opção de alguns setores da esquerda pela luta armada, e foi também ao final de 1968 que a ditadura militar instituiu o AI-5, que abriu espaço para o período mais violento do regime.

Foi um ano de intensa agitação política em diferentes lugares, como Paris, Praga, Cidade do México e algumas cidades dos Estados Unidos. Em muitas cidades brasileiras, esse ano marcou a ascensão do movimento estudantil – que se radicalizou ao longo do ano – e o aparecimento de um “movimento operário de novo tipo”, em que se esboçava a “superação do sindicalismo populista” (MARTINS FILHO, 1987, p. 120).

Assim, observar a cobertura e os editoriais do *JB* e do *CM* em relação às manifestações estudantis nos dá pistas de como os dois jornais se posicionaram nesse momento crucial da história da ditadura militar, em que havia pressão crescente entre os militares pelo “endurecimento” político e sinais de radicalização da luta popular e das práticas de esquerda (MARTINS FILHO, 1987, p. 138).

Para Maria Ribeiro do Valle (2008a, p. 15), quatro momentos sintetizam os principais episódios “da intensa luta política travada no Brasil em 1968 entre o movimento estudantil e a ditadura militar”: a morte de Edson Luís, em 28 de março; a Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil, no final de junho; a guerra da Maria Antonia, entre 2 e 3 de outubro; e o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), no dia 11 de outubro.

6.1 A morte de Edson Luís

A morte de Edson Luís foi o primeiro episódio desse embate no ano de 1968. Havia, segundo Martins Filho (1987, p. 139), uma “progressiva militarização” da política do governo para o meio universitário desde o fim de 1967. Por vezes, as táticas de repressão, cada vez mais violentas, colocavam em risco a vida de estudantes que participavam de manifestações – mesmo naquelas mais pontuais, com reivindicações específicas, não voltadas explicitamente

contra a ditadura militar. No final de janeiro de 1968, “uma pequena passeata de protesto contra as condições do restaurante universitário do Calabouço foi reprimida a tiros no centro do Rio de Janeiro” (MARTINS FILHO, 1987, p. 138).

Algo parecido voltaria a acontecer dois meses depois, no dia 28 de março. O início de um protesto contra as péssimas condições do restaurante resultou em uma violenta invasão policial, na qual a polícia disparou tiros para desmobilizar os estudantes. Um dos tiros atingiu o estudante Edson Luís, de 17 anos. Edson Luís era um estudante de origem popular, paraense de nascimento – um dos muitos estudantes de fora do Rio de Janeiro que precisava das refeições subsidiadas servidas no restaurante estudantil –, e trabalhava como ajudante de limpeza na manutenção do Calabouço. O fato de não ter nenhuma ligação com organizações de esquerda tornou o seu assassinato ainda mais impactante: a polícia não poderia sequer utilizar seu tradicional argumento à época: o de que se tratava de um “agitador” ou “subversivo”.

Na cobertura dos dois jornais feita no dia seguinte, 29 de março de 1968, as primeiras diferenças vêm à tona nas próprias manchetes: enquanto o *CM* afirmava que “Polícia Militar mata estudante”, o *JB* dizia que “Assassinato leva estudantes à greve nacional”, complementando em seguida:

A morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos – baleado no peito, às 18h30 de ontem, durante um conflito da PM com estudantes no Restaurante do Calabouço – provocou greve geral de várias Faculdades no Rio e o movimento deverá estender-se pelo País.

Enquanto o *CM* responsabiliza a Polícia Militar de partida, o *JB* prefere falar de um assassinato sem assassino, para depois falar apenas de uma morte sem responsáveis que teria ocorrido “durante um conflito”. No próprio dia 29, o *CM* publica um editorial intitulado *Assassinato*, enquanto o *JB* precisará de mais um dia para se posicionar editorialmente. O editorial do *CM* critica duramente a ação da polícia e defende as reivindicações dos estudantes:

Estudantes reuniram-se, ontem, no Calabouço, para protestar contra as precárias condições de higiene do seu restaurante. Protesto justo e correto. O *Correio da Manhã*, nesta mesma página, já condenou a inércia em que o Estado vem-se mantendo diante das reiteradas reclamações estudantis. Apesar da legitimidade do protesto estudantil, a Polícia Militar decidiu intervir. E o fez à bala. [...] Não agiu a Polícia Militar como força pública. Agiu como bando de assassinos. Diante desta

evidência cessa toda discussão sobre se os estudantes tinham ou não razão – e tinham.

O mesmo editorial critica o governador da Guanabara, Negrão de Lima, mas dá-lhe um voto de confiança ao afirmar que o governador foi vítima de uma traição do seu secretário de Segurança, o general Dario Coelho, e da Polícia Militar da Guanabara, de responsabilidade do general. Assim, Negrão de Lima deveria entregar à Justiça “os monstruosos assassinos de ontem”. De acordo com Martins Filho (1987, p. 139), “a polícia militar do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara) estava sob chefia direta do I Exército, considerado um dos núcleos da ação da ‘linha dura’”.

O editorial do *CM* de 29 de março de 1968, portanto, pode ser entendido como uma chamada do jornal para que o governador, “mantido o crédito de confiança que a Guanabara ainda lhe confere”, controlasse a área da Segurança do seu próprio governo, pois havia forte violência dos agentes públicos em curso. No entanto, com as crescentes manifestações e protestos,

a “linha dura” passava a pressionar o governo [federal] para que fosse decretado o Estado de Sítio. [...] Nesse contexto, o comando efetivo da situação na Guanabara ficou nas mãos do I Exército, cujo chefe era também considerado um representante dos “duros”. O governador Negrão de Lima perdeu por completo o controle da situação. (MARTINS FILHO, 1987, p. 139)

É importante lembrar que a eleição de Negrão de Lima para governador da Guanabara em 1965, pelo Partido Social Democrático (PSD), provocou descontentamento entre os militares e representou impactante derrota para a ditadura, tendo se constituído em um dos motivos que levou à edição do AI-2. Para o *CM*, portanto, Negrão de Lima – um governador civil – poderia ser um entrave aos avanços da lógica militarista na política do Rio de Janeiro. Da mesma forma, para a ditadura, Negrão de Lima deveria ser desautorizado e ceder poder aos militares em um contexto de crise como aquele que explodiu com a morte de Edson Luís.

Essa defesa que o *CM* fez, no editorial de 29 de março de 1968, do poder civil de Negrão de Lima, dando seu voto de confiança ao governador, voltou a aparecer poucos dias depois, no editorial do dia 2 de abril. O *CM* comparou o resultado das manifestações que se sucederam à morte de Edson Luís no Rio de Janeiro e em São Paulo. Enquanto no Rio as manifestações subsequentes continuaram a resultar em graves conflitos com a polícia, em São Paulo elas foram pacíficas, por conta da própria ação do governo estadual:

O conflito estendeu-se a outras capitais do país, com exceção de São Paulo, onde ocorreram pacificamente comícios e passeatas, garantidos pela autoridade estadual. Ficou assim demonstrado, por esse exemplo, que onde a violência coatora se omitiu, não houve violência. Que os distúrbios verificados, em outras partes, foram o resultado do desrespeito à lei por parte do governo, ao proibir o exercício de um direito expressamente assegurado até mesmo na Constituição de corte autoritário que aí está.

O trecho citado acima aborda uma questão fundamental: a violência nos protestos e manifestações era, para o *CM*, de responsabilidade do governo, que desrespeitava a lei e proibia o “exercício de um direito” assegurado na própria Constituição “de corte autoritário” – os estudantes estariam apenas resistindo à violência do governo. Exatamente o contrário do que diziam os militares:

O governo utiliza-se do argumento legal-policia para justificar a invasão ao Calabouço, ou seja, caracteriza o protesto estudantil como ilegal por ocorrer sem a autorização dos órgãos responsáveis pela segurança pública. A PM apenas reage ao ataque dos estudantes, segundo os relatos das autoridades envolvidas no incidente. A ação da polícia é sustentada pelo discurso governamental da manutenção da ordem ameaçada por subversivos. E também pelo fato de se encontrarem os estudantes em maioria e portando número superior de armas³⁷. Dessa forma, a agressividade e a violência passam a ser atribuídas aos estudantes, isentando de responsabilidade a PM e, conseqüentemente, o governo. (VALLE, 2008b, p. 36)

No editorial do dia 30 de março de 1968, o *CM* chama a atenção para a falta de uma política do governo para a educação. De acordo com o jornal, a falta de ação e de investimentos do governo na área educacional são a causa das agitações estudantis, preocupados que estão os estudantes em “realizarem manifestações de descontentamento, que revelam a insatisfação de jovens que não encontram, nas escolas, o clima de estudo e a orientação profissional desejados por todos”.

Ao longo do ano, principalmente nos episódios de outubro que marcaram o conflito entre o movimento estudantil e a ditadura militar, essa ideia de jovens que agem “em defesa da educação” vai se perdendo. A legitimidade do movimento estudantil diante do público e o apoio que os estudantes têm no primeiro semestre de 1968 estão ligados às pautas específicas dos estudantes. No entanto, quando há um acirramento das tensões e as pautas dos estudantes vão se aproximando das questões políticas mais gerais – por exemplo, da luta contra a ditadura –, essa legitimidade e esse apoio diminuem significativamente.

³⁷ Em nenhum outro relato da época, no entanto, aparecem notícias de armas nas mãos dos estudantes.

Enquanto, como vimos acima, os editoriais do *CM* responsabilizavam o próprio governo pela violência desencadeada com a morte de Edson Luís no Calabouço, o *JB* seguia por outros caminhos, depois de ter evitado culpar a polícia pela morte do estudante. No editorial intitulado Educação e Polícia, por exemplo, do dia 3 de abril de 1968, o *JB* responsabiliza governo e estudantes ao mesmo tempo:

Com todo o peso de sua autoridade universal, o Papa Paulo VI, sob cujo pontificado a Igreja editou a *Populorum Progressio*, afirmou que a juventude “não advoga por nenhuma forma a violência e a vulgaridade”. Suas palavras chegam ao Brasil em hora oportuna e tanto alcança o governo quanto a classe estudantil, pois não é com descaso que o problema da educação será resolvido, nem será com a violência e o tumulto que os estudantes contribuirão para levar as autoridades a amadurecer uma nova consciência da necessidade urgente da reforma do ensino.

De um lado, portanto, o jornal reconhece a legitimidade das reivindicações dos estudantes ao falar do descaso do governo – que não resolve o problema da educação – ou da “necessidade urgente da reforma do ensino”. Por outro, cita a frase do papa e a toma como referência para a juventude e, mais especificamente, para a “classe estudantil”, afirmando nas entrelinhas o apelo dos estudantes à violência e ao tumulto, ainda que na tentativa de levar em frente suas reivindicações relacionadas à educação.

Outro editorial publicado na mesma data, intitulado Revolução e Comunicação, vai um pouco além na crítica aos estudantes e na legitimação da ação dos militares. O jornal fala de “formas de protesto manipulado por agitadores nas ruas das grandes cidades”, o que poderia ter como resultado o “restabelecimento da unidade” daqueles que atuaram juntos no golpe de 1964 “por imposição de um sentimento instintivo de defesa”.

Assim, no discurso do *JB*, os protestos e as manifestações estudantis podem “restaurar a insegurança”: “o reaparecimento da desordem nas ruas” teria feito todos se lembrarem da desordem existente às vésperas do golpe, fazendo com que se rerepresentasse “a ordem como reivindicação prioritária nacional, exatamente como aconteceu em 1964, quando cansados de agitação todos se dispuseram a pagar o preço alto que nos custou a tranquilidade”. A política das ruas é sempre perigosa. Não sem certo desconforto, o *JB* vai admitindo novamente a possibilidade de recorrer à “ordem” para combater a desordem. Seu pedido por ordem nas

ruas e maior rigor policial seria atendido por vias tortas com o AI-5, em 13 de dezembro do mesmo ano, contra o qual o próprio *JB* acabaria por se lançar³⁸.

6.2 A SEXTA-FEIRA SANGRENTA E A PASSEATA DOS CEM MIL

Os episódios de junho de 1968 fizeram aumentar o grau de tensão na relação entre estudantes e militares. De um lado, estes afirmavam defender o diálogo, numa tentativa de aparecer na cena política como democráticos, vítimas das intransigências e da radicalidade subversiva que teria se infiltrado no movimento estudantil. Com isso, pretendiam “mostrar a sua disposição para atender as questões estritamente educacionais, isolando a massa dos autênticos estudantes das lideranças subversivas” (VALLE, 2008b, p. 37). De outro, o movimento estudantil dispunha-se a dialogar para, com a recusa da ditadura, denunciar as violências e arbitrariedades do poder militar.

As manifestações mais agudas do enfrentamento entre militares e estudantes em junho de 1968 ocorreram na semana entre os dias 19 e 26. Na quarta-feira, dia 19, os estudantes se aproximavam do Ministério da Educação (MEC) em manifestação, com o objetivo de apresentar um documento contendo reivindicações estudantis ao ministro da Educação, quando foram duramente reprimidos pela polícia e partiram para o enfrentamento, organizando barricadas e passeatas pelo centro do Rio de Janeiro.

Na quinta-feira, dia 20, após horas de assembleia na Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha, os estudantes foram cercados pela Polícia Militar, por viaturas do DOPS e por centenas de soldados. Depois de violenta repressão, foram todos encaminhados para o campo de futebol do clube Botafogo de Futebol e Regatas, onde foram novamente agredidos, identificados e presos, no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha.

Em editorial intitulado Rejeição, publicado no dia seguinte, 21 de junho de 1968, o *JB*

³⁸ Chama a atenção o fato de clássicos da historiografia, como *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 145), afirmarem que “os estudantes eram agora abertamente apoiados pela [...] imprensa”. Como pudemos perceber na análise dos editoriais do *JB*, o jornal está mais próximo de responsabilizar os próprios estudantes por novas medidas de repressão e endurecimento do regime ao falar da “ordem” como “reivindicação prioritária nacional”. A memória social que reconhece na imprensa o baluarte da luta pela democracia, fazendo vista grossa a todas as suas contradições, encontra respaldo na historiografia.

apresentava um argumento recorrente à época entre os militares e setores conservadores em geral: a distinção entre os “verdadeiros estudantes” e os “propósitos subversivos de grupos alheios à classe [estudantil] e interessados em estabelecer a discórdia no país”.

Os termos do editorial são próximos da nota emitida pelo comandante do I Exército, general Syseno Sarmiento – citada pelo *CM* no dia 20 de junho de 1968 –, que, depois de dizer-se “seguramente informado de que indivíduos empenhados na subversão de ordem aproveitam-se das reivindicações da classe estudantil”, reafirma seu propósito de preservar a ordem, “mesmo que, para tanto, tenha de, juntamente com medidas restritivas à liberdade individual, responsabilizar criminalmente os perturbadores da ordem pelos atos ilegais que praticarem”.

A pauta propriamente estudantil é reconhecida como legítima, e as pautas políticas são consideradas do interesse das “pretensas lideranças estudantis”, que “pretendem estabelecer a anarquia, como motivação inicial à implantação de um regime de exceção, contra o qual poderiam posteriormente lançar-se com argumentos que preconizam válidos para incitar as massas à luta armada”, nos dizeres do *JB* no referido editorial do dia 21 de junho.

O editorial do jornal escreve, à sua maneira, a história dos próximos meses: reagindo às provocações intencionais dos subversivos, as Forças Armadas seriam obrigadas a instaurar no país um regime de exceção. Com isso, conseguiriam argumentos para “incitar as massas à luta armada”. Novamente, assim como na morte de Edson Luís, o *JB* deixa claro em editorial que, para o jornal, a responsabilidade pela saída autoritária em tempos de crise não seria dos militares e sim das lideranças estudantis, que desejavam o “regime de exceção” contra o qual poderiam mobilizar-se.

O *CM* tinha postura distinta diante dos acontecimentos. Na quinta-feira, dia 20 de junho de 1968, após os conflitos de quarta no centro do Rio de Janeiro, o jornal publicou o editorial País suspenso, no qual criticava a nota emitida pelo comandante do I Exército que ameaçava o país com “medidas restritivas à liberdade individual”:

Essa nota, a desproporção entre a repressão e os fatos que a suscitaram, e a entrada em prontidão à noite, das forças militares, não devolvem a tranquilidade ao país. Empurram-no para a área da suspeita de que algo de sinistro está sendo tramado contra seu destino político.

Enquanto o *JB* apontava para a responsabilização dos estudantes diante de uma possível saída autoritária, o *CM* questionava as ações da ditadura e falava da suspeita de uma

trama entre os militares. Havia clara tensão política e os jornais antecipavam o desfecho trágico de dezembro de 1968, cada qual à sua maneira.

No dia seguinte ao Massacre da Praia Vermelha, 21 de junho de 1968, o *CM* estampou em sua capa a manchete “A guerra contra os estudantes”, apenas com um pequeno texto relatando o ocorrido no dia anterior e duas grandes fotografias de estudantes encostados no muro e deitados no chão, sendo revistados pela polícia, sem nenhuma outra chamada ou notícia – bem diferente da capa do *JB* no mesmo dia, uma capa regular, recheada de notícias, com a manchete “Exército em prontidão rigorosa e nova passeata é anunciada para hoje”, valorizando a postura do Exército em detrimento da repressão sofrida pelos estudantes.

Em editorial desse mesmo dia 21, o *CM* rechaça a tese da “guerra revolucionária”, que estaria por trás do esquema de repressão aos estudantes (“montado no pressuposto de que o governo está em face de uma guerrilha urbana”). Segundo o jornal, apenas uma “visão alucinatória dos fatos” poderia levar à afirmação de que os estudantes querem “implantar uma República Universitária ou proclamar um Estado Acadêmico”.

O *CM* não acusa os estudantes de subversão, mas a própria defesa que faz do movimento estudantil aponta para uma questão que virá adiante, relativa à pauta do movimento: “As suas reivindicações são específicas. (...) Portanto, reivindicações sem conotação política. Não propõem a reforma da sociedade, não preconizam a derrubada do governo – pedem, inclusive, diálogo com o governo.”

Na sexta-feira 21 de junho de 1968, que entraria para a história como a Sexta-Feira Sangrenta, os estudantes organizaram nova manifestação contra a dura repressão dos últimos dois dias. A manifestação começou no MEC e cruzou a Cinelândia em direção à embaixada dos Estados Unidos, onde teve início o sangrento confronto entre as forças da repressão e os estudantes. O centro do Rio de Janeiro tornou-se cenário de um violento embate, que resultou em cerca de 28 mortos, “quase todos trabalhadores do centro da cidade que participaram das lutas de rua” (MARTINS FILHO, 1987, p. 141).

Sobre os acontecimentos dessa sexta-feira, o *JB* e o *CM* sustentaram pontos de vista próximos: ambos criticaram a ausência do governo federal em meio à repressão do dia anterior. Para os dois jornais, a “desordem”, a “anarquia” e a “insegurança” que tomaram conta do centro do Rio foram resultado da “omissão”, da “inação” e da “apatia” do governo

Costa e Silva³⁹. Da parte do *CM*, não há mudança na sua linha editorial em relação aos dias anteriores. O *JB*, ao contrário, ameniza as suas críticas aos estudantes e começa a fazer cobranças em relação ao governo. A repressão violenta contra os filhos da classe média poderia respingar no leitor conservador do *JB*.

Essa mudança de tom – que se manterá nos dias seguintes – parece indicar algo logo percebido pelo movimento estudantil: parte da população estava ao lado dos estudantes. Diante da escalada repressiva do regime e da profusão de imagens contundentes geradas pelos três dias seguidos de embate, outros setores se juntaram às manifestações.

A própria cobertura da imprensa, com ampla divulgação dos acontecimentos de quarta, quinta e sexta-feira, marcados pela dura repressão e pela violência policial, foi questionada pelos militares, que a responsabilizaram por ter provocado empatia de diferentes setores da população com os estudantes.

Esse processo intenso desembocaria na organização da manifestação depois conhecida como Passeata dos Cem Mil, que ocorreu no dia 26 de junho de 1968. Para o *JB*, portanto, era desinteressante manter a linha editorial de crítica severa aos estudantes, num momento em que eles angariavam apoio no questionamento à repressão e à ditadura em geral. Esse crescente apoio aos estudantes poderia deixar o *JB* em posição isolada, caso a linha editorial de crítica aos estudantes fosse mantida.

Houve forte mobilização de estudantes, operários, artistas, intelectuais, religiosos e alguns políticos civis, inclusive ligados à extinta Frente Ampla. A Passeata dos Cem Mil marcou o apogeu da luta de oposição que vinha ganhando força desde a posse de Costa e Silva. Os três principais setores da oposição estavam reunidos na manifestação que lotou o centro do Rio de Janeiro e teve grande repercussão. À época, o governo federal ordenou um recuo tático e decidiu não reprimir a passeata, numa clara tentativa de não ser responsabilizado pela violência em curso desde a quarta-feira anterior, quando havia tido início a sequência de manifestações.

A cobertura da Passeata dos Cem Mil trouxe à tona novamente as diferenças dos dois jornais. A capa do *CM* do dia 27 de junho de 1968 mostrava uma enorme foto da

³⁹ Até hoje, uma das marcas da memória da ditadura no Brasil é a ideia de que a tortura ocorria nos “porões” do regime, o que desresponsabilizava a cúpula militar. O argumento do *JB* de que o “caos” no Rio de Janeiro está relacionado à omissão do governo federal nos remete à mesma linha de pensamento: a violenta repressão é de responsabilidade da polícia e do governo da Guanabara, e não do governo Costa e Silva, empenhado no diálogo. No caso do *CM*, a omissão de Costa e Silva é entendida como cúmplice na “criação de condições para que os radicais da direita [...] deformem e explorem o protesto dos jovens para fins liberticidas”.

manifestação, com destaque para a grande concentração de pessoas, e a manchete “Marcha do povo reúne cem mil”. O *JB* estampava também uma foto da manifestação, com a manchete “Governo criará em 48 horas grupo de trabalho para Reforma Universitária”, dando mais destaque às decisões do governo em resposta à manifestação do que à manifestação propriamente dita.

No seu editorial do mesmo dia 27, o *CM* chama a atenção para a solidariedade recebida pelos estudantes na passeata: “Essa solidariedade significa voto de repulsa popular, não só à repressão policial dos últimos dias, como rejeição da consciência nacional ao confinamento do país num sistema institucional restritivo de suas liberdades.”

Para o jornal, o que permitiu que a manifestação extrapolasse a juventude estudantil foi a própria ação repressora do governo: “O problema dos jovens abriu a questão. Mas ela teria permanecido como questão restrita, se a linha repressiva não houvesse unificado o inconformismo geral, fazendo que, de potencial, se tornasse efetivo.” E essa manifestação faz o *CM* cobrar do governo que atenda não apenas às reivindicações específicas dos estudantes, mas também aos que se solidarizaram com eles, tendo “o dever impostergável de rever sua linha política, procedendo a uma abertura democrática real”.

O *JB*, por outro lado, também em editorial do dia 27 de junho, não deixa de cobrar uma ação do governo, mas com outra ênfase, pois “se nada se fizer se repetirão as manifestações e se extravasará o descontentamento quiçá por maneiras e métodos menos tranquilos do que os empregados ontem”. A preocupação do jornal está na manutenção da ordem para a própria ditadura, e não na democratização: “Sem isso, sem restabelecer o ambiente de segurança indispensável à sobrevivência do regime, é quase cômico falar em planos mirabolantes de desenvolvimento econômico.”

No editorial do dia seguinte, 28 de junho, o *JB* cobra que sejam efetivamente atendidas as reivindicações estudantis, dando vazão a um sentimento, comum à época entre militares e setores conservadores, de que estaria “em curso no país uma trama subversiva, acobertada por reivindicações justas”. Essa afirmação foi retirada pelo jornal de nota publicada pelo Exército após o atentado organizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) ao quartel-general do II Exército em São Paulo, ocorrido no mesmo dia da Passeata dos Cem Mil, e dava embasamento à frase que concluía o editorial: “[Ao governo] só lhe resta de fato revolucionar o ensino antes que o ensino provoque uma revolução ao país.”

Há por parte do *JB* o reconhecimento de que a causa dos estudantes é justa, quando

observadas as suas reivindicações específicas. No entanto essa ideia dará margem mais à frente à defesa da repressão aos estudantes com pautas políticas mais amplas, inclusive de combate à ditadura. Na verdade, o jornal fecha os olhos a alguns aspectos da Passeata dos Cem Mil que indicavam claramente a luta contra a ditadura, destacando na manifestação apenas as reivindicações específicas dos estudantes.

Na crise de junho de 1968, o *CM* manteve-se parcialmente próximo ao discurso de oposição à ditadura, cobrando dos militares uma “abertura democrática real” ao mesmo tempo em que procurava manter as manifestações dos estudantes nos marcos das suas “reivindicações específicas”. O *JB* teve um momento de inflexão, em que sentiu necessidade de aliviar as críticas ao movimento estudantil, mas as suas maiores preocupações eram em relação à “segurança do regime” e à derrota da “trama subversiva” que estava em curso⁴⁰.

A postura dos dois jornais é sintomática da tensão política que vivia o país. Ambos anteciparam, de diferentes pontos de vista, a saída autoritária de dezembro de 1968. Para o *CM*, havia já em junho uma trama entre os militares, do que dava indícios a ameaça de “medidas restritivas à liberdade individual” e a forte repressão que se abateu sobre os estudantes. Para o *JB*, as manifestações estudantis, agitadas por subversivos, tinham o objetivo de provocar um regime de exceção contra o qual os agentes da subversão poderiam lutar de armas em mãos.

Se havia essa forte tensão no momento que marcou o apogeu da crescente luta de oposição que vinha desde a posse de Costa e Silva, a Passeata dos Cem Mil marcou também o início do seu declínio. O cerco começaria a fechar com a desarticulação da Frente Ampla – perseguida pelos militares e nada disposta a se aliar ao movimento operário ou a um movimento estudantil radicalizado – e com a dura repressão ao movimento operário – vide a resposta do governo à greve de Osasco, em julho de 1968 – e ao movimento estudantil – vide a invasão da Universidade de Brasília no final de agosto e o ataque ao Congresso da UNE em outubro.

O segundo semestre de 1968 representou o recrudescimento da tensão, enquanto a contradição dos militares entre o discurso do diálogo e a prática da repressão se encaminhava para o fim: restaria apenas a repressão.

⁴⁰ O *JB* faz a leitura de que a modernização estrutural da sociedade, grande aposta de 1964, consagrará uma ordem democrática. Era preciso primeiro modernizar, e em consequência a democracia aconteceria naturalmente, pois as fontes da tensão social estariam dirimidas. O *CM* defende as “liberdades públicas”, o que implica a crítica ao radicalismo e ao autoritarismo como sistema.

6.3 A GUERRA DA MARIA ANTONIA

No início de outubro de 1968, deu-se o confronto entre os membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC, organização paramilitar anticomunista), instalados na Universidade Presbiteriana Mackenzie, e os militantes do movimento estudantil, instalados na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), localizada na Rua Maria Antonia, em São Paulo.

No dia 2 de outubro de 1968, estudantes da Faculdade de Filosofia cobravam pedágio na rua, recolhendo fundos para a organização do Congresso da UNE, quando membros do CCC atiraram ovos contra o grupo. Teve início a primeira etapa do confronto, interrompida pela chegada da Guarda Civil. Na mesma noite, o Mackenzie abriu seus laboratórios “para que os alunos fabricassem bombas químicas e coquetéis molotov que foram usados contra a Filosofia” (FERRAZ, 1988, p. 226).

No dia seguinte, 3 de outubro, o enfrentamento foi mais grave: membros do CCC arrancaram duas faixas do movimento estudantil penduradas na frente do prédio da Filosofia: “CCC, FAC⁴¹ e MAC⁴² = Repressão” e “Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura” (deixando clara a separação que havia, para o movimento estudantil, entre as organizações de extrema direita e o conjunto dos estudantes do Mackenzie), e o confronto voltou com força. O CCC “atacou com tiros e centenas de coquetéis molotov. Mataram um secundarista de vinte anos, José Guimarães, invadiram a Maria Antonia e incendiaram-na” (GASPARI, 2002). Em resposta à morte de José Guimarães, o movimento estudantil partiu em passeata pelo centro de São Paulo, incendiando alguns carros de polícia encontrados pela frente. Utilizando o argumento de pôr fim ao conflito, o governador Abreu Sodré ordenou a ocupação militar da Faculdade de Filosofia.

Na cobertura do *JB*, em sua edição do dia 4 de outubro de 1968, as agressões perpetradas pelo CCC foram tratadas genericamente como “conflito dos alunos da Faculdade de Filosofia da USP e da Universidade Mackenzie, de São Paulo”. De acordo com o jornal,

⁴¹ Frente Anticomunista.

⁴² Movimento Anticomunista.

“durante a luta, os dois grupos não foram incomodados pela polícia, que ficou apenas observando” – não há menção à proteção dada pela Guarda Civil ao Mackenzie ou à ação conjunta da Polícia Militar e do CCC, o que garantiu superioridade bélica ao Mackenzie (FERRAZ, 1988, p. 226). Uma foto grande mostra vários policiais na entrada do prédio da Faculdade de Filosofia, com a porta destruída nas mãos, e a seguinte legenda: “Invasão: A Força Pública invadiu a Faculdade de Filosofia para dominar a rebelião”.

Ao tratar o confronto apenas como conflito entre os alunos das duas universidades, o *JB* exime o radicalismo de direita de qualquer responsabilidade no episódio. Da mesma forma, a morte do estudante José Guimarães aparece como circunstancial nas páginas do jornal, consequência quase natural do embate: “o conflito recrudesceu ontem, causando a morte de um secundarista, atingido na cabeça por uma bala de calibre 38”. A imagem da Faculdade de Filosofia sendo invadida pela polícia responsabiliza o movimento estudantil pelo confronto, ao dar legitimidade à ação da Força Pública e tratá-la como forma de “dominar a rebelião”.

A análise de Maria Ribeiro do Valle (2008b, p. 43) sobre a cobertura que a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* fizeram do episódio aplica-se também ao *JB* – os culpados pela violência são os próprios estudantes, o que não envolve a polícia:

Este enfoque repercute desfavoravelmente ao movimento estudantil como um todo, pois a violência é divulgada como sendo desencadeada e utilizada pelos estudantes, enquanto a polícia exerce o papel de proteção e, portanto, de manutenção da ordem. A presença da polícia, para os jornais em questão, além de não gerar a violência, põe fim àquela desencadeada pelos estudantes.

O *CM*, por outro lado, denunciou em editorial do mesmo dia 4 de outubro a ação dos “grupos radicais de direita, partidários de uma ditadura total, estimulados pela impunidade de que têm gozado”. Para o jornal, “os elementos da organização terrorista Comando de Caça aos Comunistas, num típico movimento de provocação, atiraram-se contra os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo”.

Depois de caracterizar a agressão do CCC como ação fascista, o *CM* fala de um crescente radicalismo da direita, sustentado pela “apologia da radicalização” feita por Costa e Silva. Ao mesmo tempo, o jornal termina o editorial cobrando do presidente uma atitude para evitar o caos: “Até quando o presidente da República permanecerá na ilusão de conjurar

perigos, simplesmente ignorando-os, quando na verdade gera assim o caldo de cultura da insanidade direitista?”

A crítica ao radicalismo de direita permanece no *CM*: o jornal mantém a sua coerência em relação às manifestações do primeiro semestre ao continuar cobrando das autoridades do governo um freio ao avanço das ações violentas. Há uma mudança importante, no entanto: o jornal aponta uma inflexão na postura de Costa e Silva. Se até há pouco o presidente “declarava-se liberal, mas punha em prática um esquema de força”, agora ele “abandonou os pronunciamentos liberais, substituindo-os pela apologia da radicalização”.

Mas não foi apenas Costa e Silva que mudou no intervalo entre junho e outubro de 1968: segundo Irene Cardoso (1988, p. 237), “naquela ‘guerra’ estão presentes elementos que passarão a definir a luta política no pós-AI-5: foi uma luta ‘armada’, que embora tivesse de um lado rojões, paus e pedras, tinha, de outro, revólveres, rifles, metralhadoras e bombas molotov”. O uso da violência pelo movimento estudantil é, por um lado, resposta ao aumento da violência e da repressão por parte do governo e de forças paramilitares; por outro, fruto da opção de alguns setores do movimento estudantil pela radicalização.

De acordo com João Roberto Martins Filho (1987, p. 150), essa opção é resultado de um impasse a que chega o movimento estudantil em seus dois eixos fundamentais: a campanha pela transformação da universidade (a “luta específica”) e a luta antiditatorial (a “luta política”). Assim, é possível observar no movimento estudantil a tensão entre uma proposta de universidade como um fim em si e a luta pela reforma universitária como um “meio de ação política”. No segundo caso, a ênfase recai na “*impossibilidade* de implantação de um modelo democrático de escola superior numa sociedade capitalista” (MARTINS FILHO, 1987, p. 150).

Ao longo de 1968, as diferentes correntes do movimento estudantil caminharam para a crítica radical:

a oscilação entre as duas concepções da reforma universitária – como fim a ser atingido nos quadros da sociedade existente ou como meio para transformá-la – parece constituir um dos indícios mais nítidos do impasse do qual se aproximava o movimento estudantil de 1968. [...] A partir daí, suas lutas só poderiam avançar com o advento de transformações mais radicais no nível do regime ou da sociedade (MARTINS FILHO, 1987, p. 150).

O deslocamento na posição do movimento estudantil e a mudança no cenário político, com o consequente acirramento das tensões, tiveram consequências importantes: na imprensa,

a violência passou a ser considerada uma marca do movimento estudantil. Até mesmo o *CM* criticou os atos violentos cometidos durante a manifestação em resposta à morte de José Guimarães, e começou a condenar as manifestações estudantis de rua por considerá-las possível pretexto às investidas autoritárias dos militares.

O movimento estudantil deixou de ter o amplo apoio recebido em junho, na época da Passeata dos Cem Mil. Na manifestação que ocorreu após o confronto da Maria Antonia, ao contrário do que se deu na Sexta-Feira Sangrenta e na Passeata dos Cem Mil, a população não se juntou aos estudantes nas ruas e não se solidarizou diante das agressões do CCC. Essa importante mudança ficou evidente na linha editorial do *JB*: o jornal havia mudado levemente o tom da sua cobertura em junho, aliviando em parte as suas críticas ao movimento estudantil, e voltou à sua posição original em outubro, legitimando as ações da repressão.

6.4 O 30º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

Poucos dias depois da guerra da Maria Antonia, o movimento estudantil sofreu sua maior derrota no ano de 1968: o 30º Congresso da UNE, organizado de forma clandestina em um sítio na cidade de Ibiúna, foi descoberto pela polícia. No dia 12 de outubro, a polícia invadiu o sítio fortemente armada e todos os estudantes foram presos. Entre os presos, encontravam-se três importantes líderes do movimento: Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos.

Em editorial publicado no dia 13 de outubro de 1968, o *CM* questiona a prisão dos estudantes:

Por que congresso clandestino? Por que conspiratório? Não. Porque os congressos estudantis, que sempre foram aceitos por todos os governos como conclaves normais, o governo os lançou, de 64 para cá na ilegalidade. Sua clandestinidade é consequência direta do clima repressivo em que afundou o país.

No entanto, se por um lado o jornal é crítico ao governo e questiona a prisão dos estudantes reunidos no congresso da UNE, por outro deixa entrever o que chamamos na historiografia de “teoria dos dois demônios”: havia radicalismos e excessos dos dois lados, tanto à esquerda quanto à direita. Essa leitura dos fatos feita em outubro de 1968 acabava por

justificar o recrudescimento autoritário que ocorreria em dezembro do mesmo ano, ao igualar as ações e o lugar político da esquerda e da direita no contexto pré-AI-5 e tornar circunstancial a saída radical pela direita.

No editorial Responsabilidades, publicado no dia 15 de outubro, o *CM* reitera a sua interpretação do golpe militar de 1964 como uma ação em defesa da democracia:

No último período do governo do sr. João Goulart, grupos de extrema-esquerda chegaram a ameaçar o regime, provocando agitações e distúrbios, mas isso por uma cumplicidade do próprio governo com os extremistas. O movimento militar que derrubou o então presidente tinha como bandeira restabelecer a ordem e defender a democracia ameaçada.

Quatro anos depois do golpe e às vésperas do AI-5, o *CM* mantém sua linha editorial de apoio ao golpe. Em tal contexto, essa tomada de posição pode ser vista como estratégia retórica, em uma nova tentativa de chamar o governo à defesa da democracia contra o “enrijecimento do sistema”, mas não deixa de ser uma marca da postura de um jornal que continuou reivindicando o sentido democrático do “movimento militar” de abril de 1964 e em nenhum momento reviu essa posição, em que pesem todas as críticas feitas ao governo a partir do AI-1.

Ainda no editorial do dia 15 de outubro de 1968, o jornal afirma: “O regime só poderá ser preservado e fortalecido, eliminando-se a ação terrorista dos totalitários, seja de esquerda, seja de direita, com a abertura democrática, e não com o enrijecimento do sistema”. Mesmo que esteja a defender a “abertura democrática” como mecanismo de defesa em relação aos extremismos, é crescente entre os setores conservadores o pensamento de que é preciso “eliminar a ação terrorista dos totalitários de esquerda”, ideia corroborada pelo jornal em seu editorial poucos dias após a prisão dos estudantes no Congresso da UNE.

Como afirma Maria Ribeiro do Valle (2008b, p. 47),

está declarada a “guerra aos extremismos”, sendo que em um dos pólos inserem o Movimento Estudantil. A derrubada do governo passa a ser o alvo de terroristas de esquerda e de direita, causando intranquilidade para a sociedade e colocando em risco a presidência de Costa e Silva. As últimas manifestações estudantis coincidem com a onda crescente de atentados que dissemina um clima de terror.

Na cobertura do Congresso da UNE, o *JB* deu voz apenas aos militares e ao governo. Em nenhum momento o jornal questionou, como fez o *CM*, o fato de o congresso precisar ser clandestino ou o tamanho do aparato repressivo que recaiu sobre os estudantes. Pelo

contrário: o *JB* tornou-se extensão do discurso oficial, elogiando inclusive a prisão dos líderes do movimento no DOPS⁴³, enquanto a maior parte dos estudantes permaneceu no Presídio Tiradentes. Havia, inclusive, um grande espaço dedicado à justificativa dada pelo governador Abreu Sodré às prisões dos estudantes:

O Governador Abreu Sodré comentou que a prisão dos estudantes que participavam do Congresso da extinta UNE significa “um basta à desordem e estou certo de que mais tarde não serei chamado de covarde ou omissos pelos trabalhadores e pessoas de bom senso.” [...] O Governador Abreu Sodré observou que agiu com energia e autoridade para “reprimir a agitação e a subversão, em favor de nossa democracia.” “Aqui entre os trabalhadores declaro que não permitiremos que os subversivos, covardes e terroristas agitem este estado em sua obra depredatória de subverter a ordem pública, gerando a intranquilidade e o caos. Com a prisão dos baderneiros, evito que a violência se torne regra e os traidores se transformem em heróis em nossa terra.”

Na edição seguinte, no dia 15 de outubro de 1968, o *JB* noticia que os estudantes “ameaçam reagir às prisões com violência e greve”. A violência, portanto, está na possível reação dos estudantes às prisões, e não na ação da ditadura que coloca a UNE na ilegalidade, proíbe seu congresso e prende todos os estudantes. Mais uma vez, o *JB* deixa clara aquela que será a marca do pós-AI-5 na reivindicação pela ordem: o movimento estudantil representa a desordem, a subversão, a violência, a intranquilidade, enquanto o governo age em nome da ordem.

Se em algum momento, à época da Passeata dos Cem Mil, o *JB* havia sentido necessidade de cobrar do governo que fossem levadas em conta as reivindicações dos estudantes, agora não se fala mais em reivindicações estudantis, mas apenas em subversão. Mesmo o *CM*, que muitas vezes deu respaldo às manifestações estudantis e responsabilizou o governo pela repressão, começa então a se afastar dos estudantes. Eles estão imersos na política dos radicalismos e dos extremismos, em que pesem as críticas que o jornal ainda faz, por exemplo, à proibição da UNE e das manifestações estudantis. Os estudantes estão isolados: após as prisões, apenas as mães se mobilizam para acelerar a libertação dos estudantes presos, mas não há apoio da população⁴⁴.

⁴³ Vladimir Palmeira, José Dirceu e Luís Travassos só foram libertados em setembro de 1969, como resgate exigido para a libertação do embaixador norte-americano sequestrado por duas organizações da luta armada.

⁴⁴ Neste momento, as opções políticas da oposição não são mais convergentes. De acordo com Codato (2004, p. 34), “a oposição burguesa deseja a ‘redemocratização’ do país, mas revela-se incapaz de mobilizar outros setores sociais para esse objetivo; as camadas médias tradicionais, lideradas pelo movimento estudantil, ao exprimirem sua plataforma política: a ‘verdadeira democracia’ (i. e., as formas de representação política antipopulistas)

As ações do forte aparato repressivo do governo (que no primeiro semestre de 1968 tinham garantido apoio aos estudantes), as crescentes ações terroristas dos grupos paramilitares de direita e a ascensão da guerrilha urbana deixam, segundo os jornais, a sociedade acuada, do que dá mostras o editorial do *CM* no dia 4 de outubro de 1968, à época do confronto da Maria Antonia: “[...] acuaram a juventude. Acuado sente-se o Poder Legislativo. Acuada e indefesa está a classe política (...). Acuada está toda a Nação.”

6.5 O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5)

A mobilização da oposição ao longo do ano de 1968 teve reflexos também no Congresso Nacional: alguns políticos do MDB utilizaram o seu direito a imunidade para denunciar os atos arbitrários do governo na tribuna. Havia uma brecha importante explorada pelos parlamentares, pois a Constituição de 1967 garantia o direito à imunidade parlamentar, e já havia expirado o prazo para os poderes excepcionais do poder Executivo estabelecido pelo AI-2.

Em um desses discursos, no dia 2 de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves sugeriu que a população boicotasse a parada militar de 7 de setembro, evento bastante simbólico para as Forças Armadas. Em resposta à “ousadia” do deputado, os militares encaminharam ao Supremo Tribunal Federal o pedido de julgamento de Márcio Moreira Alves por ter ofendido gravemente a honra e a dignidade das Forças Armadas.

A Constituição, no entanto, estabelecia que apenas o Congresso poderia suspender a imunidade parlamentar do deputado. Em 12 de dezembro de 1968, em sessão conjunta, o Congresso rejeitou o pedido do Executivo. A decisão transformou-se no dia seguinte no pretexto para o governo militar decretar o AI-5, fechando o Congresso por tempo indeterminado e suspendendo todas as garantias constitucionais.

Considerado o mais violento e autoritário de todos os atos institucionais, o AI-5 marcou o fim da primeira fase da ditadura. Uma das suas principais consequências foi a

conflitam com os projetos muito mais radicais de uma facção dos estudantes.” São os “impedimentos relativos que um setor de oposição coloca a outro”.

ampliação quase sem limites do poder do aparato repressivo do regime, respaldado pelas restrições impostas ao Judiciário e à abolição do *habeas corpus* para crimes políticos.

No dia seguinte ao AI-5, 14 de dezembro de 1968, o *JB* publicou a célebre capa em que faz críticas indiretas à ditadura militar, como o quadro da previsão do tempo publicado no canto superior esquerdo com os dizeres: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”. No canto superior direito, outra referência indireta ao AI-5: “Ontem foi dia dos cegos”.

As três fotos da primeira página também eram carregadas de significados: a primeira mostrava Costa e Silva em uma cerimônia de entrega de espadas a oficiais da Marinha com a legenda “Tradição que se renova”. Na segunda, apareciam os ministros militares em uma festa, com a legenda “Identidade profunda”. A terceira foto, absolutamente fora de contexto, mostrava Garrincha ao ser expulso no jogo contra o Chile na Copa de 1962, com a legenda “Hora dramática”. No lugar em que seria publicado o editorial, o jornal publicou uma foto de arquivo de uma brincadeira em que um lutador de judô se deixava derrubar por uma criança.

No dia 15 de dezembro, dois dias depois do AI-5, o *JB* sequer circulou, como protesto contra a ordem de prisão de um de seus diretores. O *CM* não publicou editoriais a respeito do AI-5, por conta da pressão militar que se abateu sobre o jornal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança no cenário da ditadura pós-AI-5, termina nossa análise da posição editorial dos jornais. A partir do final de 1968 o *CM* começou a ser perseguido pelos militares. O poder público e as empresas privadas suspenderam os seus anúncios, até que em setembro de 1969 o jornal foi arrendado e seus novos proprietários assumiram uma linha editorial governista, o que não evitou a morte do veículo em 1974.

O *JB* perdeu importância e influência ao longo dos anos 1970 para o jornal *O Globo* e para os jornais de São Paulo – principalmente a *Folha de S. Paulo*. Permaneceu sob o comando da família Nascimento Brito até 2001, quando foi vendido, em grave crise financeira e com circulação decrescente, para o empresário Nelson Tanure. Entre 2003 e 2007, suas vendas voltaram a aumentar, mas de 2007 a 2010 caíram drasticamente. Em setembro de 2010 o *JB* deixou de ter edição impressa, passando a funcionar como um “jornal digital”, apenas com sua versão na internet.

Com esta pesquisa, esperamos ter conseguido demonstrar, a partir da análise da trajetória do *CM* e do *JB*, como a relação da imprensa com a ditadura militar nos seus quatro primeiros anos foi muito mais ambígua e instável do que pode fazer parecer a narrativa mítica e heroica construída pela própria imprensa acerca da sua história na época da ditadura – uma narrativa que pretende monumentalizar o papel da imprensa na resistência ao arbítrio e ao autoritarismo dos militares, vítima da censura e porta-voz dos valores democráticos.

Essa narrativa bastante enraizada na imprensa é tomada em alguns momentos como verdade pela própria historiografia, que por vezes trata a imprensa como um dos setores da oposição à ditadura mesmo antes do AI-5⁴⁵, fazendo perigosas generalizações. Tentamos, assim, mostrar as nuances da relação de dois dos principais jornais da época com a ditadura militar, ressaltando inclusive as diferenças entre eles, para que não se veja “a imprensa” como um bloco monolítico, único, que compartilha de um mesmo projeto – por mais que em alguns momentos estejam (quase) todos afinados, como no golpe de abril de 1964.

Ao final da pesquisa, a análise dos três momentos estudados – o golpe militar de 1964 e o início da ditadura, a consolidação da ordem autoritária entre outubro de 1965 e outubro de

⁴⁵ É evidente que seria necessária uma outra pesquisa para analisar as relações da imprensa com a ditadura no pós AI-5. No entanto, o já citado artigo de Juliana Gazzotti (2006) nos dá pistas do teor conservador da crítica feita pelos jornais aos militares após o endurecimento do regime.

1966, e o avanço da oposição entre 1967 e 1968 – parece-nos reveladora das trajetórias dos jornais nos primeiros quatro anos da ditadura.

O *JB*, com um perfil mais conservador, procurava dialogar com setores do governo considerados “democráticos”. Defendia, assim, a maior parte das ações da ditadura, mas procurava colocá-las sempre nos marcos da redemocratização ou do retorno à normalidade democrática, dando seu voto de confiança ao governo e ao mesmo tempo pressionando-o nesse sentido. Era também um árduo defensor da modernização capitalista, e enxergava na ação dos militares a possibilidade de sucesso dessa modernização estrutural.

O jornal criticava o que considerava alguns excessos do regime e os sinais de possível endurecimento da ditadura, por mais que muitas vezes os considerasse resultado da ação de provocadores e subversivos que queriam transformar o Brasil em uma ditadura comunista ou de políticos personalistas e oportunistas que pretendiam retornar à ordem política pré-1964.

O *CM*, por outro lado, foi árduo defensor da derrubada de João Goulart, mas passou a criticar a ditadura logo após o primeiro Ato Institucional, tornando-se referência para a oposição. No entanto, em nenhum momento reviu seu apoio ao golpe. Pelo contrário: considerava-se herdeiro legítimo do movimento que levou à ditadura, mas reconhecia na ação subsequente dos militares uma traição aos ideais mobilizados entre março e abril de 1964. O *CM* apoiou o golpe, mas negava o regime militar, enquanto o *JB* aceitava o regime militar como resultado das condições políticas da época.

Na crise de 1968, essas posições ficaram ainda mais agudas e evidentes. O *CM* dava voz às aspirações liberal-democráticas das camadas médias, o que fica claro no apoio do jornal ao movimento estudantil até a Passeata dos Cem Mil, em junho. A radicalização, no entanto, não interessava ao jornal. As ações do movimento estudantil em outubro são vistas à distância pelo veículo, que critica a repressão do Estado, mas questiona os métodos dos estudantes.

Ao tratar das greves operárias, o *CM* reconhece a sua legitimidade, mas prefere se remeter a setores mais “responsáveis” da oposição que tinham influência sobre o movimento, como setores da Igreja Católica. Como as experiências do movimento operário anticapitalista foram pontuais e isoladas, tendo sido rapidamente reprimidas pela ditadura, não havia condições para uma aproximação entre estudantes e operários.

A Passeata dos Cem Mil foi o último momento possível de articulação entre diferentes setores da oposição, pois o acirramento das tensões e a radicalização do movimento estudantil

levaram parte das camadas médias a ficar em casa no segundo semestre de 1968. A posição editorial do *CM* acompanha esse refluxo das lutas de oposição: no primeiro semestre, as camadas médias tradicionais responderam aos apelos do movimento estudantil e manifestaram suas aspirações liberais, mas as perspectivas antiditatoriais não eram as mesmas, o que levou ao afastamento no segundo semestre.

O *JB*, enquanto isso, é bem mais crítico à oposição em 1968. O jornal faz uma pequena concessão à Passeata dos Cem Mil, mas no geral a marca da sua cobertura é o distanciamento em relação à oposição e a tentativa de barrar “pelo alto” o endurecimento do regime, buscando dialogar com setores do governo, como dissemos acima. Na sua perspectiva conservadora, o *JB* representa os interesses da burguesia liberal, descontente com os rumos do governo e incomodada com o avanço do capital monopolista. A oposição burguesa tem um projeto próprio de redemocratização, mas é incapaz de mobilizar outros setores sociais na luta contra o Estado militar.

Há, no entanto, dois aspectos comuns ao *CM* e ao *JB* que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a rejeição absoluta dos dois jornais ao trabalhismo e o projeto comum – mesmo que com ênfases distintas – de reconstituição da democracia parlamentar expurgada do trabalhismo. A possibilidade de alargamento da esfera pública devido à mobilização de trabalhadores organizados e outros movimentos sociais e a possível ampliação da inserção das camadas populares na vida política nacional foram duramente rechaçadas pelos dois jornais, principalmente pelos seus métodos – as greves, as passeatas e manifestações de rua, formas de fazer política que superavam as instituições.

Isso fica evidente na insignificante cobertura dos jornais da repressão que se abateu sobre os trabalhadores organizados, movimentos sociais e organizações de esquerda desde o dia 1º de abril de 1964⁴⁶. E aí chegamos ao outro aspecto comum aos jornais analisados: a crítica aos militares dá-se apenas quando os direitos individuais são ameaçados ou cerceados, ou quando isso ocorre com as instituições políticas que compõem formalmente a democracia parlamentar. Os direitos sociais e políticos dos “de baixo” não merecem a atenção daqueles que representam os interesses liberais no Brasil. Afinados com uma perspectiva de democracia limitada, ou mais preocupados com a modernização capitalista que poderia transformar o Brasil em uma “sociedade desenvolvida”, os jornais contribuíram

⁴⁶ Ver Maria Helena Moreira Alves (2005), especialmente capítulos 2 e 3, e Décio Saes (1985), especialmente capítulos 3 e 4.

decisivamente para a legitimação dos fundamentos da ordem autoritária que teve início em 1964, mesmo que em alguns momentos tenham feito oposição à ditadura.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: *João Goulart: entre a memória e a história*. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Eliakim. O eixo do mal do jornalismo. *Direto da Redação*, 18 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.diretodaredacao.com/noticia/o-eixo-do-mal-do-jornalismo>>. Acesso em: 30 mai.2012.

ASSIS, Carolina Silva de. O *Correio da Manhã* no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0470-1.pdf>>. Acesso em: 8 fev.2011.

ATALA, Fuad. Réquiem para um leão indomado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jun. 2001.
BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “*Os intérpretes das luzes*” – liberalismo e imprensa escrita paulista: 1920 – 1945. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Irene. Os acontecimentos de 1968: notas para uma interpretação. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: 34, 2001.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil* na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CASTELLO BRANCO, Andréa. A história contada pelos protagonistas. *Revista Teoria e Debate Especial 1968*, São Paulo, p. 15-24, 2008. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/Especial68-Historia-contada.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

CASTRO, Ruy. Para o *Correio da Manhã*, com uma lágrima. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9 jun. 2001. Caderno 2, p. D-5.

CODATO, Adriano. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 40, p. 11-36, 2004.

CORREIO DA MANHÃ. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERRAZ, Lauro Pacheco de Toledo. Maria Antonia/68: o outro lado da rua. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”* – Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAZZOTTI, Juliana. O *Jornal da Tarde* e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

GLOBO, O. Niomar Bittencourt, proprietária do “Correio Da Manhã”, 87 Anos. Rio de Janeiro, 1º nov. 2003. Epitáfio.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano v.3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a caserna*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MATHEUS, Letícia; BARBOSA, Marialva. O *Jornal do Brasil* e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 35, p. 113-118, 2008. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/5374/4893>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, FFLCH-Universidade de São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SAES, Décio. 1985. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. *Revista Mediações*, v. 13, n.1-2, p. 34-53, jan/jun e jul/dez, 2008b.

VENTURA, Zuenir. 1991. Anos 60/70. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 abr. 1991. Edição do Centenário, p. 7.